



São Paulo, fevereiro de 2021.

À Comissão de Pesquisa da FAU-USP

Assunto: Relatório de atividades de Pós-doutorado

Processo n° 18.1.356.16.5

Tendo em vista a Resolução CoPq n° 7406, de 03 de outubro de 2017, alterada posteriormente pela Resolução CoPq N° 7660, de maio de 2019, venho por meio desta encaminhar o relatório de atividades desenvolvidas, sem bolsa de fomento, durante o estágio pós-doutoral realizado de 25 de abril de 2018 a 31 janeiro de 2021 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Integram esse relatório os documentos comprobatórios, conforme consta no sumário.

Sem mais, coloco-me à disposição para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas a este processo.

Atenciosamente,

Luciana Moherdau

Matrícula USP 10930862

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (FAU)
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Design
Linha de Pesquisa: Processos e Linguagens

Relatório final de Pós-doutorado

Telas urbanas
*Uma contribuição para a arquitetura
reconfigurar o espaço de fluxos*

Pesquisadora

Luciana Moherdau¹

Supervisora

Giselle Beiguelman²

Vigência

2018-2021

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Professora visitante da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

² Professora Livre-docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

Sumário

APRESENTAÇÃO	04
1 Índice dos anexos	10
2 Principais atividades desenvolvidas por período	14
3 Síntese da produção durante o estágio pós-doutoral	19
4 Avaliação da experiência	20
5 Considerações finais	22
6 Documentos comprobatórios	25

APRESENTAÇÃO

Relatório de atividades desenvolvidas no Pós-doutorado

Apresento e submeto à Comissão de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e instâncias competentes relatório no qual descrevo atividades realizadas, sem bolsa de fomento, durante o período de estágio pós-doutoral nesta faculdade. Inicialmente programado para dois anos (2018-2020), foi prorrogado por mais um, com sua conclusão efetivada no final de janeiro de 2021.

Entre 25 de abril de 2018 a 31 de janeiro de 2021, desenvolvi o plano de trabalho aprovado pela Comissão de Pesquisa no projeto intitulado “Telas urbanas – Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos”³. Ao longo do estágio, revisei bibliografia e atualizei a sua abordagem, inicialmente ancorada em fazer uma reflexão crítica, com aspectos experimentais no Vale do Anhangabaú, na região central de São Paulo, sobre como as projeções efêmeras⁴ irão reconfigurar as cidades contemporâneas quando qualquer pessoa puder reproduzir interfaces para além da tela de um *smartphone*.

Em 2019, tendo como mote desta análise o curta *Lost Memories* (2012) – produzido pelo diretor francês Francois Ferracci, que simula uma Paris (França), em 2020, administrada por dados, na qual a computação é ubíqua e as interfaces são flutuantes, não mais estáticas⁵ – organizei testes⁶ a partir de imagens do Vale, em uma tentativa de transpor àquele espaço a estética elaborada na capital francesa. A escolha do local se deveu, sobretudo, à sua densidade histórica que passou por cinco grandes mudanças nos séculos 20 e 21 (1920, 1950, 1990, 2017, 2019). A

³ A íntegra do projeto de estágio pós-doutoral aprovado pela Comissão de Pesquisa da FAU-USP está disponível em <http://bit.ly/3amXBsA>. Acesso em: jan. 2020.

⁴ BEIGUELMAN, G. Da cidade interativa às memórias corrompidas: arte, design e patrimônio histórico na cultura urbana contemporânea. 2016. Tese (Livre Docência em Linguagem e Poéticas Visuais) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ptVa4w>. Acesso em: mai. 2020.

⁵ Para saber mais sobre *Lost Memories*, ver: <https://imdb.to/2RTHYkL>. Acesso em: abr. 2020.

⁶ Os testes foram realizados pela produtora e artista multimídia Giovanna Graziosi Casimiro, integrante do grupo de pesquisa Estéticas da Memória do Século 21.

última, uma reurbanização completa da área, foi iniciada em 2019⁷. Também, o Vale se tornou um espaço de fluxos, ocupado por arte digital, com trabalhos do coletivo BijaRi, e de Realidade Aumentada (RA), sendo um dos pontos de interação com o jogo Pokémon GO.

Ao realizar essas experimentações, foi necessário estudar a legislação aplicada a tais projeções, a Lei Cidade Limpa, aprovada em 2006, e as resoluções que a complementam. A análise mais aprofundada desse conjunto de regramentos e a participação em reuniões abertas na Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, indicaram a necessidade de revisar a perspectiva do escopo inicial. Sendo assim, o ponto de vista legal, atrelado a questões políticas, estéticas e éticas, tornou-se o eixo principal do projeto de pesquisa. Foi primordial verificar de que maneira a legislação seria aplicada a essas atividades.

Essa mudança de eixo, entretanto, não excluiu outros repertórios já apresentados anteriormente para o estudo das projeções efêmeras, e os testes feitos em 2019 se revelaram pertinentes à temática pesquisada. Sobretudo em razão da comprovação da hipótese desta pesquisa, em março de 2020, que envolve a possibilidade de qualquer pessoa reproduzir interfaces em superfícies. As projeções se tornaram, além de efêmeras, coletivas e diárias, algo inédito até então. Essas telas tomaram fachadas, muros e empenas de capitais de diversos estados do País, inclusive Brasília, no Distrito Federal, a partir do dia 18 daquele mês em razão de protestos contra o negacionismo do presidente Jair Bolsonaro a respeito da disseminação desenfreada do novo coronavírus e da Covid-19.

As ações coletivas começaram um dia depois do início dos painéis, de acordo com registros do grupo de ações coletivas Projetemos⁸, um dos criadores dessas estratégias, sempre concomitantes a manifestações feitas em janelas ou varandas, por exemplo. Ao contrário do que esta pesquisadora imaginou, quando, no segundo semestre de 2017, começou a redigir o projeto de pós-doutorado para esta faculdade, essas telas são espalhadas no espaço urbano por meio de um

⁷ Para saber mais sobre a reforma no Vale do Anhangabaú, ver: <https://bit.ly/3eL1qds>. Acesso em: abr. 2020.

⁸ O arquivo digital com as inéditas projeções coletivas de março está disponível em: <https://bit.ly/2XSo11z>. Acesso em: abr. 2020.

projektor, não de um *smartphone*. Tal constatação foi publicada no Medium, no ResearchGate e no Academia.edu.⁹

É verdade que há dispositivos móveis que permitem projeções dessa natureza, incluídos os que simulam Realidade Aumentada (RA), como os da empresa 3M ou os elaborados pela RED, fabricante de câmeras cinematográficas, entre outros, e aplicativos instalados em *smartphones*, mas ainda são restritos a ambientes fechados ou não aplicados a áreas externas com a mesma expressividade que as inéditas ações coletivas de março. Seu diferencial é que foram popularizadas por meio de projetores e exibidas para além das telas dos dispositivos acima citados. Basta um computador com acesso à internet, sem a necessidade de um *software* específico. As mensagens, inclusive, são redigidas em *site* elaborado pelo Projetemos (www.projetemos.com.br).

Outra questão importante a ser mencionada são as possibilidades estéticas dessas projeções. Embora tenham sido verificados diversos formatos estéticos, essas interfaces podem reproduzir em superfícies desde metáforas analógicas (inclusive remissão ao neon) à Realidade Aumentada, pois ainda não há interatividade, como em fachadas de mídia projetadas pela operadora de telefonia T-Mobile, em Berlim, na Alemanha. Considerada a primeira fachada de mídia transparente do mundo, exibia, em 2003, mensagens enviadas por celular dos cidadãos.¹⁰

Posto assim, verifica-se que as projeções coletivas de março de 2020, realizadas no Brasil e em alguns países, como Argentina, Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, reproduzem imagens no espaço urbano, resultando em camadas informacionais permeadas por arte, filmes, games, informação, política, ativismo e orientações sobre cuidados com a saúde durante a pandemia do novo coronavírus.

Nesse sentido, a estética apresentada nos testes simulados em 2019 e nas projeções coletivas de março indica a possibilidade de uma nova pesquisa, desta vez relacionada à constituição das fachadas de mídia (*media facades*) no espaço urbano. *Media facades* são assim denominadas: “a incorporação de comunicação de uma fachada, principalmente na forma de mídia digital” (HAEUSLER, 2009, p. 12-

⁹ O ensaio está disponível, respectivamente em Medium, ResearchGate e Academia.edu: <https://bit.ly/3bsa0eu>, <https://bit.ly/3coZHIN>, <https://bit.ly/2xDezo6>. Acesso em: abr. 2020.

¹⁰ Para saber mais, ver: <https://bit.ly/3bZU575>. Acesso em: mai. 2020.

14). Elas integram a *media architecture* (arquitetura de mídia), cuja principal característica é a “representação dinâmica de texto, gráfico ou imagem, vídeo incluído, dentro ou fora de uma fachada” (HAEUSLER, 2009, p. 12-14).

Essa constatação, obtida no estágio pós-doutoral, foi incluída, entre outras, em plano de trabalho sobre jornalismo para além das plataformas, aprovado em primeiro lugar, com nota 8,8, para provimento de cargo de professor visitante na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A aprovação, publicada em novembro de 2018 no Diário Oficial, tem prazo de 12 meses para ser desenvolvido, podendo ser prorrogado para mais 12.

Importante pontuar que, no município de São Paulo, essas ações desafiaram a resolução de 2011¹¹, que integra a Lei Cidade Limpa. Pela regra em vigor, é preciso autorização para esse tipo de atividade. Exceção se deu em relação à comunicação visual sobre o novo coronavírus e a Covid-19. Restrita a iniciativas de órgãos públicos e por “terem o aval, quando couber, da autoridade de Saúde Municipal, Estadual ou Federal”, uma resolução publicada neste mês, após o prefeito Bruno Covas (PSDB-SP) declarar estado de emergência na capital paulistana, desobriga autorização prévia da CPPU.

Mesmo rigor não foi percebido em capitais como Salvador e Rio de Janeiro, com a ressalva que o prefeito da capital baiana, Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA), publicou decreto em 23 de março de 2020 em que impedia atividades sonoras, em carros de som e serviços particulares.

A reflexão sobre o amparo legal a respeito dessas projeções efêmeras é ancorada pelas valiosas contribuições, em uma série de entrevistas, da arquiteta Regina Monteiro, presidente da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) e uma das responsáveis pela elaboração da Lei Cidade Limpa, do Francisco Tiveron, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, do jornalista Leão Serva, autor de um livro sobre a lei e que acompanhou de perto sua redação, e do advogado e especialista em cultura digital Ronaldo Lemos.

Esta pesquisadora manteve ainda consultas informais com os professores Marcelo Zuffo e Roseli Lopes, coordenador e vice-coordenadora, respectivamente, do CITI – Centro Interdisciplinar em Tecnologias Interativas da USP¹², ligado à

¹¹ A íntegra da resolução que trata de projeções está disponível em: <http://bit.ly/2QQCLKL>. Acesso em: abr. 2020.

¹² Para saber mais, ver: <http://bit.ly/36kllKO>. Acesso em: jan. 2020.

Escola Politécnica, Alexis Anastasiou, produtor de *mapping* (projeção em fachadas), Aloysio Nunes Ferreira, ex-senador pelo PSDB-SP, então chefe da Casa Civil da Prefeitura em 2005 e 2006, período em que a Cidade Limpa foi pensada e aprovada, e a economista Ana Lobato, com mais de três décadas com atuação no Executivo e no Legislativo federais, cujas contribuições foram importantíssimas.

As entrevistas, as consultas informais e um estudo mais aprofundado da lei, com verificação de seu alcance e de sua aplicação diante dessa estética que se impõe para além das ações artísticas ou ativistas, resultaram em uma proposição legislativa para a cultura digital no espaço urbano. Essa conclusão foi apresentada em 2019, em aula aberta no evento Encontros AUH, organizado pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, na FAU-USP, em painel e *Flash Talk* (apresentação oral) no III Encontro de Pós-doutorandos da USP, no Centro de Difusão Internacional, na Cidade Universitária, e em artigo publicado na revista *Galáxia*, editada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Além da revisão bibliográfica e da atualização da abordagem, divulguei o projeto de pesquisa na internet¹³, fiz curadoria das atividades realizadas e das temáticas a ele relacionadas em meu perfil na rede social Facebook¹⁴, publiquei artigos em livros e em revista especializada, participei de banca de qualificação de Doutorado.

Como forma de observar metodologia de ensino, fui monitora de disciplina de Graduação *Cultura urbana na contemporaneidade*, sob responsabilidade de Giselle Beiguelman, tendo auxiliado no projeto *Intervenção nos relógios da USP*, elaborado por alunos dessa disciplina, ligada ao Departamento de Design da FAU¹⁵.

Ademais, participei, como colaboradora, de Janelas Desobedientes, projeto desenvolvido por integrantes da disciplina de pós-graduação Arte e Design de Interface em Escala Urbana da FAU-USP, cujo objetivo foi registrar sons e imagens na cidade de São Paulo durante o primeiro semestre de 2020. O projeto integrou a Bienal de Imagem em Movimento da Argentina, em setembro do mesmo ano.¹⁶

Ministrei, ainda, aula aberta no Lab de Comunicação para Mobilidade da Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) e participei, como panelista, do II Encontro de Pós-doutorandos da USP (2018). Na ocasião, apresentei

¹³ Para saber mais, acessar <http://bit.ly/3amXBsA>. Acesso em: jan. 2020.

¹⁴ Para ver mais, acessar <http://bit.ly/39UwUeA>. Acesso em: jan. 2020.

¹⁵ Para saber mais, acessar <https://bit.ly/3fnXgZ9>. Acesso em: mai. 2020.

¹⁶ Para saber mais, acessar: <https://bit.ly/2SeAoBc>. Acesso em set. 2020.

o projeto de minha pesquisa e fui aluna do *Workshop “Networking & Writing Proposals*, realizado em inglês.

Integrei o grupo de avaliadores da Etapa Internacional das edições 26 e 27 do SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP – (2018 e 2019), em que analisei 21 pesquisas, ingressei no OUTROS – Laboratório para Outros Urbanismos – da FAU-USP, e fui aprovada em seleção, por meio de chamada pública, para fazer parte do Grupo de Estudos Ética, Tecnologia e Economias Digitais (ETED), do Instituto de Energia e Ambiente (IEA), da USP, no segundo semestre de 2019. Os debates no grupo do IEA resultaram em artigo publicado em jornal de grande circulação sobre os limites da Lei Geral de Dados Pessoais (LGPD).

Para fins de informação e como complemento das atividades ligadas à minha trajetória de pesquisa no campo do jornalismo, destaco que, além da aprovação de plano de trabalho na Unifesp como continuação dos estudos desenvolvidos na FAU-USP, publiquei artigos em dois livros – um no Brasil e outro em Portugal – e elaborei pareceres para um periódico. Essas e outras atividades são descritas nos tópicos seguintes.

1 Índice dos anexos

Anexo A – Relatório técnico da pesquisa. (p.25)

Anexo B – Entrevistas com especialistas. (p. 35)

Anexo B1 – Regina Monteiro, presidente da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), e Francisco Tiveron, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. (p. 35)

Anexo B2 – Ronaldo Lemos, advogado e especialista em cultura digital. (p. 37)

Anexo B3 – Leão Serva, jornalista e autor do livro *Cidade Limpa*. (p. 39)

Anexo C – Declaração de aceite no estágio pós-doutoral da FAU-USP. (p. 42)

Anexo C1 – Declaração de matrícula no estágio pós-doutoral da FAU-USP. (p. 43)

Anexo C2 – Comprovante de prorrogação do estágio pós-doutoral na FAU-USP. (p. 44)

Anexo D – Site da pesquisa. (p. 45)

Anexo E – Artigo em livro: *Arquiteturas recombinantes*, publicado em *Fluído, Fluxo*, organizado por Pollyana Ferrari. (p. 46-59)

Anexo E1 – Artigo publicado na revista Galáxia, da PUC-SP, *Telas Urbanas: Do néon às projeções efêmeras*. (p. 60-77)

Anexo E2 – Ensaio sobre a comprovação da hipótese da pesquisa: *As inéditas projeções de março*, publicado em publicado no Medium e reproduzido no ResearchGate e na Academia.edu. (p. 78-82)

Anexo E3 – Carta de aceite de artigo sobre percurso do estágio pós-doutoral publicado em livro da UFT. (p. 83)

Anexo E4 – Ensaio com dados que comprovam a hipótese da pesquisa pós-doutoral incluído em bibliografia de curso da Uesb, 2020. (p. 84)

Anexo E5 – Artigo em jornal: *O Congresso Nacional não pode se omitir*, publicado com Aloysio Nunes Ferreira na seção de Opinião da Folha de S. Paulo, nas versões impressa e digital. (p. 85)

Anexo E6 – Colaboração no projeto *Janelas Desobedientes*, desenvolvido por alunos da disciplina de pós-graduação Arte e Design de Interface em Escala Urbana da FAU-USP. (p. 86)

Anexo E7 – O projeto Janelas Desobedientes integra a Bienal de La Imagen en Movimiento da Argentina. (p. 87-88)

Anexo F – Participação em reuniões da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU). (p. 89-90)

Anexo G – Participação em banca de qualificação de Doutorado na FAU-USP. (p. 91)

Anexo H – Laboratório: integra o LAB OUTROS – Laboratório para Outros Urbanismos, da FAU-USP. (p. 92)

Anexo I – Grupo de pesquisa: integra o grupo Estéticas da Memória do Século 21 (EMS21), da FAU-USP. (p. 93)

Anexo I1 – Grupo de pesquisa: colaboradora do TELAA – Telas eletrônicas, literatura e artes audiovisuais, do Instituto de Letras da UNB. (p. 94)

Anexo I2 – Grupo de pesquisa: membro, aprovado por edital de seleção, do grupo Ética, Tecnologia e Economias Digitais (ETED), do Instituto de Energia e Meio Ambiente, da USP. (p. 95)

Anexo J – II Encontro de Pós-doutorandos da USP (2018): declaração de participação. (p. 96)

Anexo J1 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP (2018): panelista. (p. 97)

Anexo J2 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP (2018): pôster apresentado no evento. (p. 98)

Anexo J3 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP (2018): avaliador do 26° SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. (p. 99)

Anexo J4 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP (2018): participação no *Workshop Networking & Writing Proposals*. (p. 100)

Anexo K – III Encontro de Pós-doutorandos da USP (2019): panelista. (p. 101)

Anexo K1 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP (2019): pôster apresentado no evento. (p. 102)

Anexo K2 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP (2019): apresentação em *Flash Talk*. (p. 103)

Anexo K3 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP (2019): avaliador do 27° SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. (p.104)

Anexo K4 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP (2019): participação no *Workshop Design Thinking*. (p. 105)

Anexo L – Monitoria na disciplina *Cultura urbana na contemporaneidade*, no primeiro semestre de 2019 na FAU-USP. (p. 106)

Anexo M – Divulgação de participação no Encontros AUH, organizado pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH).(p. 107)

Anexo M1 – Declaração de participação no Encontros AUH, organizado pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH). (p. 108)

Anexo M2 – Apresentação de resultado da pesquisa em seminário no Encontros AUH, organizado pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH). (p. 109-134)

Anexo M3 – Entrevista concedida ao Jornal da Cultura sobre a comprovação da hipótese da pesquisa pós-doutoral. (p. 135)

Anexo N – Aula aberta no Lab de Comunicação para Mobilidade da Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial). (p. 136)

Anexo N1 – *Slides* da aula aberta no Lab de Comunicação para Mobilidade da Aberje. (p. 137-153)

Anexo O – Aula aberta no curso de Design Educacional da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). (p. 154)

Anexo O1 – *Slides* da aula aberta do curso de Design Educacional da Unifesp. (p. 155-169)

Anexo P – Atividades complementares. (p. 170)

Anexo P1 – Aprovação de plano de trabalho para provimento de vaga de professor pesquisador em concurso para o Departamento de Comunicação Institucional da Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Unifesp. (p. 170)

Anexo P2 – Posse como professora visitante no Departamento de Comunicação Institucional da Unifesp. (p. 171)

Anexo P3 – Artigo em livro: *A verdade está nublada*, publicado em *Media Effects – Ensaio sobre Teoria da Comunicação e do Jornalismo*, organizado por Gilson Pôrto Jr, Nelson Russo de Moraes, Daniela Barbosa de Oliveira, Vilso Junior Santi e Leila Adriana Baptaglin. (p. 172-199)

Anexo P4 – Pareceres para artigos da *Comunicologia*, revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília. (p. 200-201)

Anexo P5 – Parecer para artigo da revista Pós, publicação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP. (p. 202)

Anexo P6 – Artigo publicado em livro: *Revisitando Nora Paul*, publicado em *+25: Perspectivas do Ciberjornalismo*, organizado por Gerson Luiz Martins e Diana Rivera. (p. 203-229)

Anexo P7 – Inscrição para participação em concurso público para vaga de professor-doutor na área de jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP. (p. 230)

Anexo P8 – Participação em debate por videoconferência: *A verdade, a informação e as 'fake news', o valor e a reputação*. (p. 231)

Anexo P9 – Certificado de participação como palestrante do Ciclo de Palestras ComCultura no curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). (p. 232)

2 Principais atividades desenvolvidas por período

2018

Abril

Registra o domínio www.telasurbanas.com.br e elabora projeto para o *site* que irá conter o projeto de pesquisa do estágio pós-doutoral na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU-USP (Anexo D, p. 45).

Maio

Lança o *site* do projeto de pesquisa www.telasurbanas.com.br (Anexo D, p. 45).

Junho

Torna-se membro do OUTROS – Laboratório para outros urbanismos, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU-USP (Anexo H, p. 92).

Integra o grupo de pesquisa EMS21 – Estéticas da memória do século 21, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU-USP (Anexo I, p. 93).

Setembro

Integra o grupo TELAA – Telas eletrônicas, literatura e artes audiovisuais, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília – IL-UNB, e colabora para a realização da terceira edição do evento III Encontro entre telas, realizado em 2019 (Anexo I1, p. 94).

Outubro

Publica o artigo *Arquiteturas recombinantes* no livro *Fluído, Fluxo*, organizado por Pollyana Ferrari, da editora Fi¹⁷ (Anexo E, p. 46-59).

Publica artigo *A verdade está nublada* no livro *Media Effects* (v. 4), organizado por Gilson Pôrto Júnior et al, da editora Fi¹⁸ (Anexo P3, p. 172-199).

Participa no II Encontro de Pós-doutorandos da Universidade de São Paulo – USP (Anexo J, p. 96).

¹⁷ O livro está disponível em: <https://bit.ly/2yrSjxy>. Acesso em: abr. 2020.

¹⁸ O livro está disponível em: <https://bit.ly/3btzmcn>. Acesso em: mai. 2020.

Avalia pesquisa de iniciação científica no 26° SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (Anexo J3, p. 99).

Apresenta de painel com pesquisa pós-doutoral no II Encontro de Pós-doutorandos da Universidade de São Paulo – USP (Anexo J1, p. 97).

Participa de *Workshop* no II Encontro de Pós-doutorandos da Universidade de São Paulo – USP (Anexo J4, p. 100).

2019

Fevereiro

Participa de reunião para planejamento do primeiro semestre e início da monitoria da disciplina, ministrada pela supervisora Giselle Beiguelman, às segundas-feiras, das 19h às 20h30. O planejamento incluiu como atividade principal, atrelada a discussões teóricas, o desenvolvimento de projeto de design para ocupar os relógios da USP com uma temática relacionada à aceleração do tempo (Anexo L, p. 106).

Abril

Participa de reuniões da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que deliberaram sobre projetos que envolvem *video mapping* no espaço urbano (Anexo F, p. 89-90).

Realiza entrevistas com Regina Monteiro (Anexo B1, p. 35), presidente da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, Francisco Tiveron, suplente da Secretaria, Ronaldo Lemos, advogado e especialista em cultura digital (Anexo B2, p.37), e Leão Serva, jornalista e autor de livro sobre a Lei Cidade Limpa (Anexo B, p. 35).

Integra banca de qualificação de Doutorado de Giovanna cuja abordagem tem relação direta a pesquisa pós-doutoral desenvolvida na FAU-USP (Anexo G, p. 91).

Agosto

Ministra aula aberta no evento AUH Encontros, organizado pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU-USP (Anexo M, p. 107).

Aprovada, por meio de edital, para fazer parte do grupo Ética, Tecnologia e Economia Digitais – ETED, do Instituto de Energia e Ambiente (IEA) da USP. (Anexo I2, p. 95).

Novembro

Participa do III Encontro de Pós-doutorandos da Universidade de São Paulo – USP (Anexo K, p. 101).

Avalia pesquisa de iniciação científica no 27º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (Anexo K3, p. 104).

Apresenta conclusão da pesquisa pós-doutoral em pôster e *Flash Talk* no III Encontro de Pós-doutorandos da Universidade de São Paulo – USP (Anexos K1, K2, p. 102-103).

Participa de *Workshop* no III Encontro de Pós-doutorandos da Universidade de São Paulo – USP (Anexo K4, p. 105).

Aprovada, em primeiro lugar, em concurso para o cargo de professora visitante da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp (Anexo P1, p. 170).

Redige parecer para artigo da revista *Comunicologia*, da Universidade Católica de Brasília – UCB (Anexo P4, p. 200).

Dezembro

Ministra aula aberta na Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – Aberje (Anexo N, p. 136).

Publica o artigo *O Congresso Nacional não pode se omitir* na *Folha de S. Paulo*. (Anexo E5, p. 85).

2020

Janeiro

Solicita prorrogação do estágio pós-doutoral na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU-USP por seis meses (Anexo C2, p. 44).

Fevereiro

Tem aprovada a prorrogação do estágio pós-doutoral na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU-USP (Anexo C2, p. 44).

Março

Publica ensaio em Medium, ResearchGate e Academia.edu com resultados da pesquisa de pós-doutorado (Anexo E3, p. 83).

Inscribe-se para participação em concurso público para vaga de professor-doutor na área de jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP (Anexo P7, p. 230).

Abril

Tem ensaio incluído em bibliografia do curso de Pedagogia de Ensino à Distância (EaD), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb (Anexo E4, p. 84).

Concede entrevista ao Jornal da Cultura sobre a comprovação da hipótese da pesquisa pós-doutoral (Anexo M3, p. 135).

Mai

Redige parecer para artigo da revista Comunicologia, da Universidade Católica de Brasília – UCB (Anexo P4, p. 201).

Junho

Publica artigo no livro *+25: Perspectivas para o Ciberjornalismo* pela editora RIA (Anexo P6, p. 203-229).

Ministra aula aberta a alunos e professores do curso de Design Educacional da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp (Anexos O e O1, p. 154 e 155-169).

Participa de debate por videoconferência sobre os impactos das notícias falsas na sociedade contemporânea (Anexo P8, p. 231).

Setembro

Estreia o projeto Janelas Desobedientes desenvolvido, entre março e julho, por alunos da disciplina de pós-graduação Arte e Design de Interface em Escala Urbana da FAU-USP (Anexo E6, p. 86).

Projeto Janelas Desobedientes integra a Bienal de Imagen en Movimiento da Argentina (Anexo E7, p. 87-88).

Outubro

Redige parecer para a revista Pós, publicação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP (Anexo P5, p. 202).

Publica artigo na revista Galáxia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (Anexo E1, p. 60 a 77).

Toma posse como professora visitante no Departamento de Comunicação da Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Unifesp (Anexo P2, p. 171).

Carta de aceite de artigo em livro da Universidade Federal do Tocantins – UFT (Anexo E3, p. 83).

Novembro

Participação como palestrante do Ciclo de Palestras ComCultura no curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) (Anexo P9, p. 232).

3 Síntese da produção durante o estágio pós-doutoral

Tipo	Quantidade
Artigo publicado em livro	04
Artigo publicado em revista especializada	01
Artigo publicado em jornal impresso	01
Ensaio publicado em <i>site</i>	01
Participação em Simpósio Internacional	02
Participação como palestrante	01
Avaliação de Pesquisa de Iniciação Científica	21
Banca de Qualificação de Doutorado	01
Parecer para periódico	03
Monitoria em sala de aula	01
Aula aberta	03
Apresentação de trabalho em Simpósio Internacional	02
Participação em <i>Workshop</i>	02
Participação em exposição	01
Participação em grupo e laboratório de pesquisa	04
Participação em concurso público	02
Elaboração de <i>site</i> da pesquisa	01
Entrevista concedida à imprensa	01
Debate por videoconferência	01
Desenvolvimento de produto	01
Total	54

4 Avaliação da experiência

O estágio pós-doutoral realizado na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP) me permitiu vivenciar uma experiência muito produtiva para a minha formação científica. Durante o período de desenvolvimento do projeto, pude conviver com respeitados docentes e pesquisadores de variadas áreas da USP, para além da FAU, como a Escola Politécnica (Poli) e o Instituto de Energia e Ambiente (IEA).

Nessas faculdades, tive a oportunidade de ampliar meus conhecimentos sobre temáticas relacionadas ao meu objeto de pesquisa – as telas urbanas de projeções efêmeras. A Poli contribuiu para fundamentação técnica, e o IEA foi importante para a sustentação legal. Essa interdisciplinaridade orientou e deu embasamento à conclusão do pós-doutorado.

Importante mencionar que a troca de conhecimento se deu também no âmbito da minha participação em grupos de discussão da USP (OUTROS – Laboratório para Outros Urbanismos), Estéticas da Memória do Século 21 (EMS21), da FAU, e Ética, Tecnologia e Economia Digitais (ETED), do IEA, e da Universidade de Brasília (TELAA – Telas eletrônicas, literatura e artes audiovisuais, do Instituto de Letras).

Essas atividades foram determinantes para melhora do meu desempenho em sala de aula, expressados na monitoria da disciplina *Cultura urbana da contemporaneidade*, do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH) da FAU, e na realização de três aulas abertas – na própria FAU, na Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) e na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

Outra contribuição a ser destacada foi a colaboração no projeto Janelas Desobedientes, desenvolvido por alunos da disciplina de pós-graduação Arte e Design de Interface em Escala Urbana da FAU-USP.

Também foram essenciais no trabalho que desenvolvi como avaliadora de 21 pesquisas de iniciação científica de alunos da USP, de diversos campos do saber, em duas edições de um simpósio internacional organizado anualmente pela universidade.

Foi um tempo de muita sementeira, em que pude comprovar o cenário no qual se daria o levantamento das questões envolvidas em meu objeto de estudo: como as projeções efêmeras irão reconfigurar as cidades contemporâneas quando qualquer pessoa puder reproduzir interfaces para além das telas de um *smartphone*. Exatamente o que se verificou em março de 2020, mas com um porém: em vez de *smartphones*, são projetores apontados para fachadas, muros e empenas.

Essa constatação revela a importância de o pesquisador ir além de mapear e analisar seu objeto de pesquisa, método proposto pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line da Faculdade de Comunicação (GJOL) da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA). É preciso apontar tendências e refletir a respeito de suas consequências éticas, legais e estéticas.

E as ações enumeradas nas páginas anteriores e na síntese da produção (ver p. 19) indicam que as diretrizes propostas no plano de trabalho foram cumpridas, mesmo com ajustes no ângulo – dar relevância à aplicação da Lei Cidade Limpa, o que foi absolutamente coerente quando se observa o atual estado da arte das projeções e que levou à proposição de uma Lei Geral de Cultura Digital. Esse percurso será registrado em artigo de livro publicado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Importante ressaltar que este projeto de pesquisa contou com o irrestrito apoio da minha supervisora, Giselle Beiguelman, a quem registro aqui minha imensa gratidão. Agradeço também à FAU por me acolher e por me dar acesso a um vasto recurso bibliográfico, sem o qual essa pesquisa não teria avançado, e aos colegas que fiz durante a trajetória na USP e que deram a sua contribuição, mesmo sem sabê-lo.

5 Considerações finais

Os cerca de dois anos de pesquisa no estágio pós-doutoral desenvolvido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) sobre as telas de projeções efêmeras indicaram a urgência de legisladores refletirem a respeito da elaboração de uma Lei Geral de Cultura Digital que contemple o impacto das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs) no espaço urbano.

Não restritas apenas ao âmbito municipal, a exemplo da Lei Cidade Limpa, aprovada em 2006, é preciso ultrapassar as atuais exigências para uso do espaço público e da proteção à paisagem urbana. Mais do que a discussão travada na ocasião em que a legislação foi pensada, é importante colocar em questão a liberdade de expressão, garantida pela Constituição, e os limites de reprodução de telas em fachadas, empenas, muros e equipamentos públicos, entre outros.

Em vigor desde 2007, a Lei Cidade Limpa proíbe projeções em fachadas do município de São Paulo sem autorização prévia, incluídas as manifestações de cunho político, sob pena de multa. A restrição é orientada por Resolução de 2011 da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), ligada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura. A liberação das exibições segue regras como horários e tamanhos de telas, e a publicidade é proibida. As infrações são punidas por multas a partir de R\$ 10 mil.

Orienta a Resolução de 2011:

1. A projeção temporária de filmes, desenhos, fotos e imagens em geral em fachadas de edifícios, monumentos, obras de arte de engenharia e demais construções, permanentes ou temporárias, públicas ou privadas, quando visíveis do logradouro público, deverão ser previamente aprovadas pela presidência da CPPU [...]

E continua: “8. A inobservância do disposto nesta Resolução caracteriza-se como infração, sujeitando-se os responsáveis às penalidades previstas na legislação vigente, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006”.¹⁹

¹⁹ Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cppu/index.php?p=169956. Acesso em: jan. 2021.

Exceção se deu em relação à comunicação visual na pandemia. Restrita a iniciativas de órgãos públicos e com “o aval, quando couber, da Autoridade de Saúde Municipal, Estadual ou Federal”, uma Resolução²⁰ publicada em 23 de março de 2020, após o prefeito Bruno Covas (PSDB-SP) declarar estado de emergência na capital paulistana, desobriga autorização prévia da CPPU.

Ocorre, porém, que o movimento originário das inéditas projeções de março extrapola o limite de território imposto pelo poder municipal. Quarentenados, a solução dos cidadãos foi trocar o asfalto pelas janelas. Com internet, computador e um projetor, qualquer um pode criar e replicar, na paisagem urbana, telas temporárias. Massificadas, as reproduções ganharam identidade em cidades de outros estados como, por exemplo, Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), onde não há impedimento legal específico para tais atividades.

Esse contágio reconfigurou a prática de projetar em todo o país, antes restrita a atividades artísticas e políticas, a limites temporais e a autorizações do poder público, como mencionado anteriormente. Nesse sentido, 21 de março de 2020 é considerado o marco dessa ruptura. É verdade que as projeções são realidade no país há cerca de 20 anos, mas foi naquele dia que o grupo de ações coletivas *Projetemos* oficializou as reproduções diárias, quase que em tempo real (ver p. 78).

Somam-se a essas exposições articuladas na rede social pelo *Projetemos*: *Projeção Consolação*, *Cine Janela*, *Fortuny.DJ* e *Rede Quarentena*, entre outros perfis. Desses grupos, o *Projeção Consolação* começou em 2019. Os outros quatro iniciaram as atividades diárias em março, embora o *Fortuny.DJ* tenha planejado, em 2012, exibir filmes para a vizinhança.

Intitulada *Movimento Nacional*, as ações têm origem no negacionismo do presidente Jair Bolsonaro em relação ao surto de Covid-19. De início, expressadas como manifestações políticas e, sobretudo, críticas ao governo federal, essas interfaces assumem formatos não determinados, com temáticas variadas - *game*, cinema, música, serviços e informações, entre outros.

Esse inédito movimento de março de 2020 impõe repensar a Lei Cidade Limpa e suas aplicações. Não estará a legislação insuficiente diante dessa realidade que se apresenta, mesmo tendo sido atualizada por meio de resoluções ao longo

²⁰ Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cppu/index.php?p=295461. Acesso em: jan. 2021.

dos últimos dez anos? Não seria mais coerente pensar em um projeto para além da municipalidade, com um escopo mais amplo? (ver p. 60).

Essa urgência foi defendida pelo advogado e especialista em cultura de internet Ronaldo Lemos, em entrevista para esta pesquisadora (ver p. 37):

[...] o importante aqui é que a internet não está divorciada do mundo real. A regulação das cidades, incluindo o planejamento urbano, deve considerar os impactos das TICs sobre o plano urbano. Por essa razão, as regras de zoneamento e mesmo de fiscalização das prefeituras precisam levar em consideração esses fluxos populacionais gerados pela tecnologia.

Também em colaboração para as questões abordadas neste estudo pós-doutoral, o ex-senador e ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira (PSBD-SP) e a economista Ana Lobato, com mais de três décadas de experiência no legislativo, propõem, assim como também o fez Lemos, pensar a respeito de uma lei com regras gerais, sobretudo em relação a vocabulário. Como bem lembrou Regina Monteiro, presidente da CPPU, há termos em desuso, como é o caso de *banner* (ver p. 35). “A lei não alcança esses fenômenos ao mesmo tempo em que eles acontecem. E, dificilmente, a legislação feita sobre uma questão específica tem sucesso. O desafio é identificar as questões e tentar extrair normas gerais a respeito delas”, sugere Lemos. E não é possível federalizar uma lei como a Cidade Limpa, pois há conflito de competências. Explica o advogado:

Para a União, é muito difícil legislar sobre políticas específicas das cidades. Por isso, em alguns casos, municípios e União estarão em conflito direto e competindo por regular um determinado tema. Em outros, estarão remando para o mesmo lado. Essa pluralidade vai ficar cada vez mais comum.

Outra abordagem identificada durante o estágio pós-doutoral, a ser apreciada em novo projeto de pesquisa, é a necessidade de se discutir um modelo de negócios para essas projeções, para além das impossibilidades da Cidade Limpa, que “pode se tornar obsoleta quando o voo de drones no espaço urbano se tornar cotidiano e as ferramentas de realidade aumentada tomarem completamente o espaço informacional por publicidade, mais nociva do que atual praticada”, alerta Lemos.

6 Documentos comprobatórios

Anexo A – Relatório técnico da pesquisa

O projeto de pesquisa *Telas Urbanas – Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos* foi desenvolvido, sem bolsa de fomento, de 23 de abril de 2018, após a Comissão de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo informar oficialmente a sua aprovação, até 31 de janeiro de 2021.

Objetivos iniciais:²¹

- Fazer uma reflexão crítica, com aspectos experimentais, sobre como as telas urbanas de projeções efêmeras irão reconfigurar as cidades contemporâneas, tendo como pano de fundo *Lost Memories*, produção em vídeo que aborda a base de dados como determinante na administração de uma Paris de 2020, na qual a conexão é ubíqua, a interface extrapola as telas dos *smartphones* e qualquer cidadão pode reproduzi-las no espaço urbano.²²
- Simular em uma interface multimídia a estética da Paris de *Lost Memories*, no Vale do Anhangabaú, na região central de São Paulo, a fim de responder que implicações éticas, legais e estéticas surgem a partir das telas de projeções efêmeras. O Vale foi escolhido por causa de sua densidade histórica: passou grandes modificações nos séculos XX e XXI e tornou-se um espaço de fluxos, ocupado por trabalhos de arte digital.²³
- Responder às seguintes questões: 1) Haverá sobreposição de telas? 2) Haverá limites espaciais e técnicos para essas projeções? 4) Haverá

²¹ A íntegra do projeto de estágio pós-doutoral aprovado pela Comissão de Pesquisa da FAU-USP está disponível em <http://bit.ly/3amXBsA>. Acesso em: jan. 2020.

²² Para saber mais, ver: <https://vimeo.com/49425975>. Acesso em: mai. 2020.

²³ As simulações estão disponíveis em <https://bit.ly/3b3sdP7> e <https://bit.ly/2SHSJHs>. Acesso em: mai. 2020.

regulamentações? 5) Haverá um padrão? 6) Como a arquitetura vai intervir nas paisagens midiáticas originadas por interfaces que se entrecruzarão, não mais limitadas a espaço e tempo? 7) Como a lei se adequará a esses novos formatos? 8) Há projetos para esses novos formatos? 9) Quais serão os critérios éticos e jurídicos para essas projeções?

A pesquisa alcançou seus objetivos e comprovou a hipótese apresentada – a possibilidade de qualquer pessoa projetar interfaces para além das telas de seus *smartphones*, não mais restritas a ações relacionadas à arte ou ao ativismo. Essa proposição se tornou realidade em março de 2020 em quase todo o país, em razão do isolamento social imposto por causa da pandemia do novo coronavírus e do negacionismo do presidente Jair Bolsonaro a respeito da doença causada por esse surto, a Covid-19.

Intitulada por esta pesquisadora como *As inéditas projeções coletivas de março*, essas telas passaram a ocupar fachadas, empenas e muros diariamente, a partir do dia 18 daquele mês, com orientações voltadas à saúde, notícias, entretenimento (*games* e filmes), além de trabalhos de arte e protestos contra o governo federal, conforme explicado na apresentação deste relatório (ver p. 4).

O estágio pós-doutoral também respondeu a questões formuladas no projeto (ver p. 25-26): não se verificou sobreposição de telas nem limites espaciais ou técnicos para essas projeções – com um computador, um projetor e acesso à internet, qualquer pessoa pode reproduzir telas para além de suas janelas ou varandas. Tampouco houve padrão estético ou formatos estabelecidos.

Ao que se refere à legislação, no caso de São Paulo especificamente, município no qual o escopo desta pesquisa o levantamento foi delimitado, a Lei Cidade Limpa regula ações dessa natureza. Durante a pandemia, a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, publicou uma resolução restrita a iniciativas de órgãos públicos, por “terem o aval, quando couber, da autoridade da saúde (nos âmbitos) municipal, estadual ou federal”.

Em relação aos critérios éticos e jurídicos para essas projeções, a CPPU aplica multas a partir de denúncias. Não há uma tática elaborada na Prefeitura para vigiar e

punir quem protesta ou se manifesta em fachadas ou empenas, em vez do chão, do asfalto.

O estágio pós-doutoral resultou em 54 atividades (ver p. 19), entre as quais destaco 47 exclusivamente voltadas ao projeto desenvolvido na FAU-USP e outras seis relacionadas à minha trajetória na área de comunicação e jornalismo. Entre àquelas da FAU-USP, estão: dois artigos publicados em livro, um artigo publicado em revista especializada e um artigo publicado na internet e replicado em *sites* acadêmicos. Esses quatro artigos abordam, respectivamente, o estado da arte do objeto, as constatações da pesquisa nos âmbitos legislativo e estético, bem como seu percurso metodológico (ver anexos E, E1, P3 e P6.).

Registro, ainda, três aulas abertas, um artigo publicado em jornal de grande circulação, uma monitoria em sala de aula, apresentação de trabalho em eventos, participação em simpósio internacional como avaliadora de 21 trabalhos de iniciação científica, participação de uma banca de Qualificação para Doutorado, entrevista à imprensa, além de aprovação de projeto em concurso para professor visitante em universidade federal com temática que aborda jornalismo em plataformas e *media facades*, uma amplificação do ângulo do objeto de estudo no estágio pós-doutoral:

a) Artigo completo em livro

MOHERDAUI, L. Arquiteturas recombinantes. *In*: FERRARI, Pollyana. (Org.). **Fluido, fluxo**: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, fake news e consumo neste tempo de espirais fluidas. Porto Alegre: Fi, 2018, p. 31-41.

b) Artigo completo em periódico

MOHERDAUI, L. Telas urbanas: do neon às projeções efêmeras. *In*: **Revista Galáxia**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), out, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2LzPAW5>. Acesso em: out. 2020.

c) Artigo completo em jornal de grande circulação

MOHERDAUI, L; FERREIRA, A. N. O Congresso Nacional não pode se omitir. *Folha*, São Paulo, p. A3 - A3, 16 dez. 2019.

d) Ensaio publicado na internet

MOHERDAUI, L. As projeções coletivas de março. *In: Medium*, São Paulo, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3bsa0eu>. Acesso em: abr. 2020.

e) Desenvolvimento de produto

JANELAS DESOBEDIENTES. Interface desenvolvida na disciplina de pós-graduação Arte e Design de Interface em Escala Urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo, ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/331y1s1>. Acesso em: ago. 2020.

f) Participação em exposição

JANELAS DESOBEDIENTES. *In: Bienal de La Imagen en Movimiento*, on-line, set. 2020. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <https://bit.ly/3jByLti>. Acesso em out. 2020.

g) Aula aberta

MOHERDAUI, L **Do outdoor às projeções temporárias: questões éticas, estéticas e políticas**. Aula aberta. *In: ENCONTROS AUH*, ago. 2019. Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo, 2019.

MOHERDAUI, L. **O espaço de circulação sumiu**. Aula aberta. *In: LAB DE COMUNICAÇÃO PARA MOBILIDADE DA ABERJE* (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), dez. 2019. São Paulo, 2019.

MOHERDAUI, L. **A estética das telas**. Aula aberta. *In*: Unifesp (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO), jun. 2020. Videoconferência. São Paulo, 2020.

h) Monitoria em sala de aula

Monitoria na disciplina de graduação *Cultura Urbana na Contemporaneidade*, ministrada por Giselle Beiguelman, primeiro semestre de 2019, na FAU-USP.

i) Entrevista concedida à imprensa

EMPENAS adquirem significados especiais. JORNAL DA CULTURA 1, TV Cultura, São Paulo, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2RZ8xoF>. Acesso em: abr. 2020.

j) Apresentação de trabalho em eventos

MOHERDAUI, L. **Do outdoor às projeções temporárias**: questões éticas, estéticas e políticas. Painel. Universidade de São Paulo, São Paulo, nov. 2019. *In*: III ENCONTRO DE PÓS-DOCTORANDOS DA USP. São Paulo, 2019.

MOHERDAUI, L. **Do outdoor às projeções temporárias**: questões éticas, estéticas e políticas. *Flash Talk*. Universidade de São Paulo, São Paulo, nov. 2019. *In*: III ENCONTRO DE PÓS-DOCTORANDOS DA USP. São Paulo, 2019.

MOHERDAUI, L. **Telas Urbanas** – Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos. Painel. Universidade de São Paulo, São Paulo, out. 2018. *In*: II ENCONTRO DE PÓS-DOCTORANDOS DA USP. São Paulo, 2018.

k) Participação em *Workshop*

DESIGN Thinking. Interdisciplinaridade no Pós-doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, nov. 2019. *In*: III ENCONTRO DE PÓS-DOCTORANDOS DA USP. São Paulo, 2019.

NETWORKING & Writing Proposals. Universidade de São Paulo, São Paulo, out. 2018. *In*: II ENCONTRO DE PÓS-DOCTORANDOS DA USP. São Paulo, 2018.

I) Avaliador de iniciação científica em simpósio internacional

I1 - 27º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP

KAMINSKI, N.Z.P. **Transportation in the municipality of São Paulo**: Budgetary and extrabudgetary resources for the period 1999 to 2017, nov. 2019. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 27º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2019.

PIO, M. G. **The open space systems in landscape transformations**: southeast arch of the goiânia metropolitan region, nov. 2019. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 27º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2019.

TOLEDO, E. M. **Institutional capacity analysis of the cities on the metropolitan region of paradise valley and north coast to manage plans and programs of environmental protection**, nov 2019. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 27º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2019.

PIACENTINI, A. F. **Urban development in the municipality of São Paulo**: Budgetary and extra-budgetary budgets for the period 1999 to 2017, nov. 2019. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 27º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2019.

I2 - 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP

BARBOSA, F.C. **The dignity of gentiles in hebrew law**: An approximation with the human rights (Unesp), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

CARDEIRA, N.A. **Political connections in Brazil**: A descriptive study (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

CALDERARI, R.B. **How does the TJ-SP apply proportionality?** The case of atypical measures in executions for a certain amount (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

SILVA, L.B. **Analysis of the modular organization in four houses designed by Frank Lloyd Wright** (Unicamp), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, D.V. **The nietzschean deconstruction of brazilian criminal law** (Unifenas), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

TROMBIM, F. **Legal regulation of transport by mobile applications**: a partial model (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

SILVA, A.B.A. **Criminalization of abortion**: harmful consequences to woman's choice (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

SIMÃO, H.P.C. **Sexual violence crimes in International Criminal Law** (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

CARNEIRO, D.F. **City manual and urban workshops** (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

REIS, K. P. **The international regulation of cyberspace and the adherence to the Budapest Convention by Brazil** (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

NETO, P.J.C. **Paleographic transcription and manuscripts editing from 19th century: letters from Dom Pedro II to Countess of Barral /1868-1883** (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

TAKASE, G.Y. **Architectural design of public facilities: State architecture and culture of public architectural designs, solidarity economy, fair trade, social cooperativism and culture point at the Benedito Calixto square** (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

BRIGHETTI, I. **Economic and regulatory aspects of Carbon Geological Storage in Brazil: Perspectives for CCS in Shale Formations from the Paraná Sedimentary Basin, South and Southeastern Brazil** (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

GRAMINHA, P.H. **Why shoot?** Analysis of photographic production from a the existentialist approach to images (USP), out. 2018. *In*: Etapa Internacional Do 26º

SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

MARTINS, F.C.S.R. **Utilization of altmetrics tools for study of online attention of international scientific journals of Information Science in social networks (USP)**, out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

CARVALHO, BB. **Dialogues between Brazil and Latin America through the technicians and employees in urban planning** – Bogotá, 1959 (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

SANCHEZ.L. **Electoral systems in Brazil** – A political and legal analysis under the perspective of the General Theory of State (USP), out. 2018. *In*: ETAPA INTERNACIONAL DO 26º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP. São Paulo, 2018.

m) Banca de Qualificação para Doutorado

MOHERDAUI, L.; BEIGUELMAN, G.; LOURENCO, M. C. F. Participação em banca de Giovanna Graziosi Casimiro. **A Cidade como interface museológica**. 2019. Exame de qualificação (Doutorando em Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

n) Projeto de pesquisa – professor visitante

MOHERDAUI, L. **A distribuição da informação além da World Wide Web**, out. 2019. Projeto aprovado para provimento de cargo de professor visitante no Departamento de Comunicação da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). São Paulo, 2019.

o) Ciclo de Palestras – palestrante convidada

MOHERDAUI, L. **As efêmeras projeções de março**, nov. 2020. Palestra ministrada no Ciclo de Palestras ComCultura no curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

Anexo B – Entrevistas com especialistas

Anexo B1 – Regina Monteiro, presidente da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), e Francisco Tiveron, suplente da SP Urbanismo²⁴

1. A Lei Cidade Limpa está desatualizada?

Não é que a lei esteja desatualizada. Ela tem instrumentos (justamente) para atualizá-la. A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CCPU) se reúne para entender a dinâmica da cidade e agregar as novas tecnologias. Não iremos atualizar a lei. O que estamos fazendo, na verdade, é uma avaliação de todas as pegadinhas feitas por frases com dupla interpretação. Não é atualizar a Lei, mas verificar realmente aquilo que não precisa.

2. Por exemplo?

Tem coisa que já ficou arcaica. Falamos, por exemplo, *banner*. Há, inclusive, instrumentos que não se usam mais. Então, é atualização neste sentido.

3. E a mudança vai tramitar normalmente?

Na verdade, começamos agora. Ela vai virar de uma lei que era de ordenação para um Plano Diretor, que seria uma regra para a cidade como um todo. Inclusive, porque não tentamos mexer nos edifícios. Nós apenas usamos das ruas o que vimos no sentido visual e da comunicação visual. A lei já tinha previsão a respeito de dentro do lote. Mas agora vamos dar regras para dentro do lote.

4. A lei é única ou existe em outros lugares, em outros países?

A Europa inteira tem, que é o Plano de Ordenamento da Paisagem. É diferente no caso dos Estados Unidos, em que as edificações são mais novas, mas há alguns lugares em que se tenta preservar. Por exemplo, o Central Park. Há uma série de legislações que preservam o visual dele. Japão tem, China não. Há algumas coisas, mas não são iguais.

²⁴ Entrevista feita na Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, no centro da capital paulista, em 17 abr. 2019.

5. A lei só regula a publicidade. E quando for qualquer pessoa?

A lei regula qualquer coisa.

6. Então, se eu quiser apontar meu celular (quando puder) em um prédio, isso vai ter que ser regulamentado...

Com certeza.

7. Se eu tiver um celular que, futuramente, projete a interface para fora da tela?

Não tem com regulamentar uma tecnologia que ainda não conhecemos.

8. Mas e se for um caso massivo, todo cidadão vai ter que pedir autorização?

Qualquer pessoa pode, desde que não tenha publicidade. Isso já existe

9. Posso, então, apontar, fazer uma projeção em uma fachada?

Vamos supor que você queira exibir um filme, em uma fachada, do Gordo e Magro, por exemplo, sem som. É preciso autorização à CPPU, pois pode causar algum impacto no trânsito. Não é pelo impacto visual. E você tem de assumir que não haverá publicidade. A comissão verifica onde a projeção será realizada.

10. Aí teria de ter autorização?

Aí não difere muito da projeção.

Anexo B2 - Ronaldo Lemos, advogado e especialista em cultura digital²⁵

1. Quem tem a competência para legislar sobre o espaço informacional? Município, Estado ou União?

Essa competência hoje é distribuída entre os três. A razão é que como as TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) estão em toda parte, por conta da divisão constitucional das competências, todos os entes federativos acabam tendo essa competência em diferentes áreas. Os exemplos são muitos. Por exemplo, no 5G será necessário implantar um número muito grande de novas antenas. A competência para regular implantação das antenas é dos municípios. Enquanto a competência para regular a tecnologia de modo geral permanece com a Anatel. A combinação de município mais União é o que determinará essas possibilidades.

2. Como legislar sobre hackeamento de cidades – desde cabeamento de energia a interfaces reproduzidas (em massa) em Realidade Aumentada (RA)?

Esse é um grande desafio. A lei não consegue alcançar esses fenômenos ao mesmo tempo em que eles acontecem. E dificilmente [a] legislação feita sobre uma questão específica tem sucesso. O desafio aqui é identificar as questões e tentar extrair normas gerais a respeito delas.

3. Como refletir (ou criar um conjunto de regras) sobre a ética dos dados ou em situações como a de apropriação do espaço urbano pelo espaço informacional, como as ações do Pokémon GO?

Esse desafio aparece há bastante tempo, desde os primórdios da internet. Esse conflito vai existir cada vez mais. O importante aqui é que a internet não está divorciada do mundo real. A regulação das cidades, incluindo o planejamento urbano, deve considerar os impactos das TICs sobre o plano urbano. Por essa razão, as regras de zoneamento e mesmo de fiscalização das prefeituras precisam levar em consideração esses fluxos populacionais gerados pela tecnologia. Um exemplo claro são as tecnologias de trânsito como Waze. Uma falha nesse sistema pode gerar um congestionamento de enormes proporções.

²⁵ Entrevista feita por e-mail em 14 abr. 2019.

4. É possível, no contexto do espaço informacional (hackeamento de cidade e interfaces em RA), federalizar uma lei como a Cidade Limpa, que cobre apenas a esfera municipal, em São Paulo?

É difícil essa federalização porque há um conflito de competências. Para a União, é muito difícil legislar sobre políticas específicas das cidades. Por isso, em alguns casos, municípios e União estarão em conflito direto e competindo por regular um determinado tema. Em outros, estarão remando para o mesmo lado. Essa pluralidade vai ficar cada vez mais comum.

5. Se não é possível federalizar a Lei Cidade Limpa, a Lei Geral de Proteção de Dados, o Marco Civil da Internet e a Lei Carolina Dieckmann podem convergir a essas novas configurações do espaço público?

Sem dúvida, o Marco Civil e as leis que regulam a internet podem ser concretizadas no plano dos estados e dos municípios. No Brasil, houve até municípios propondo criar sua própria lei de privacidade. O que é interessante é que essas leis criam obrigações às quais todos os entes federativos terão de se adaptar. Por exemplo, pela LGPD, todos os órgãos governamentais terão de cuidar da proteção de dados. E, em última análise, elaborar suas políticas de privacidade.

6. Como elaborar leis sobre ocupação do espaço informacional sem que se tornem defasadas, como a Cidade Limpa, que não previu o uso massivo da tecnologia LED?

Essa é a grande questão. Normas, fatos e valores mudam o tempo todo. Se o direito não muda pelo caminho das normas, ele muda pelo caminho dos fatos e dos valores.

7. No cenário mencionado anteriormente, a Lei Cidade Limpa está desatualizada?

Com certeza. Imagine só quando tivermos drones voando no espaço urbano, carros autônomos e várias outras modalidades de ocupação do espaço que podem tornar a Cidade Limpa obsoleta! Além disso, as ferramentas de realidade aumentada por tornarem o espaço virtual da cidade completamente tomado por propaganda, inclusive mais nociva do que o que estávamos acostumados.

Anexo B3 - Leão Serva, jornalista e autor do livro Cidade Limpa (2008)²⁶

1. Quem tem a competência para legislar sobre o espaço informacional?

Há diferentes competências correspondentes a cada nível federativo que, de alguma forma, dizem respeito à questão. Na época, a disputa se deu principalmente no que dizia respeito à competência do município de legislar sobre “direito de comunicar”, publicidade e propaganda. E o município ganhou o reconhecimento no Supremo Tribunal Federal de que ele não estava proibindo a propaganda e a manifestação, apenas dispendo sobre como ela pode ser exposta nos espaços públicos do município. E “paisagem urbana” é competência municipal indiscutível.

2. Como refletir (ou criar um conjunto de regras) sobre a ética dos dados ou em situações como a de apropriação do espaço urbano pelo espaço informacional, como as ações do Pokémon GO?

Acho sua pergunta interessante, porque afinal as imagens virtuais de Realidade Aumentada e casos como Pokémon GO são interações com a paisagem urbana. Mas me parece que: (a) por serem virtuais, não creio que sejam reguláveis por leis (talvez no máximo o direito ao uso das imagens, como no caso de fotos de publicidade que usem prédios públicos); (b) e são um uso muito interessante da cena urbana, por isso mesmo me parece que deve ser incentivado (e o melhor incentivo que o Estado pode dar, me parece, em geral é não se imiscuir).

3. É possível, no contexto do espaço informacional (hackeamento de cidade e interfaces em RA), federalizar uma lei como a Cidade Limpa, que cobre apenas a esfera municipal, em São Paulo?

O regramento brasileiro me parece que permite regular, em nível federal, algumas questões de posturas genéricas, mas exatamente o uso da paisagem urbana é competência municipal. Assim, levar a todo o país demandaria leis municipais em todo o país.

4. Se não é possível federalizar a Lei Cidade Limpa, a Lei Geral de Proteção de Dados, o Marco Civil da Internet e a Lei Carolina Dieckmann, por exemplo,

²⁶ Entrevista feita por e-mail em 13 abr. 2019.

podem convergir na aplicação legal a essas novas configurações do espaço público? Ou é preciso criar novos regramentos legais?

Em geral, me pauto por uma frase que ouvi no tempo do “iG”, de um advogado que discutia o impacto do e-mail sobre os direitos de privacidade etc. Ele dizia: “A invenção da pólvora e das armas de fogo não mudou o mandamento que diz ‘Não matarás’”. Não podemos criar novas leis para cada tecnologia que surge. Prefiro interpretar como adequar o direito existente às novas tecnologias. Em princípio.

5. Como elaborar leis sobre ocupação do espaço informacional sem que se tornem defasadas, como a Cidade Limpa, que não previu o uso massivo da tecnologia LED?

Exatamente como disse na resposta 4: atualizando a interpretação do espírito da lei às novas realidades. O uso “criativo” de certas lacunas da lei deve ser reprimido toda vez que for sentido como tentativa de burlar legalmente o espírito da lei; foi o caso do uso de fotografias (a lei permitia, como forma de incentivar a fotografia; as empresas começaram a colocar imensas fotografias associáveis a sua atividade, como fotos de móveis em lojas de móveis etc. e, no meio, um logotipo da empresa dentro do tamanho permitido pela lei. Isso veio a ser proibido em uma portaria da Comissão de Paisagem Urbana). Há vários casos atuais de burla ao espírito da lei, e não se precisa de uma nova lei para que isso seja reprimido.

6. No cenário mencionado anteriormente, a Lei Cidade Limpa está desatualizada?

Não creio. Basta que a CPPU interprete os novos recursos tecnológicos à luz do espírito da lei. Um grande painel de LED fere o espírito da lei e ponto.

7. Como a Lei Cidade Limpa vai ser aplicada a ações com Realidade Aumentada (RA)?

Como tal, a Realidade Aumentada é uma abstração, que não fere o espírito da lei. No entanto, podemos discutir quanto a direitos de uso da imagem de bens públicos. É só o que vislumbro.

8. Não se trata apenas de regular publicidade, mas ações massificadas de reprodução de telas em Realidade Aumentada nas cidades contemporâneas. É preciso uma nova Lei Cidade Limpa para além das atividades publicitárias?

A Lei Cidade Limpa dispõe de uma série de outras práticas que não só a publicidade (por exemplo: ela permitiu distribuição de jornais, como forma de incentivar essa indústria; mas proíbe outras distribuições de panfletos).

9. A administração de São Paulo, no âmbito público, permite intervenções não restritas a vendas de espaços publicitários? Se sim, quais intervenções e sob quais critérios?

Sim, há várias possibilidades de interação com o espaço público (hoje, a avenida Consolação está fechada para carros sem motor descerem a ladeira, em uma competição festiva; todo ano, as vacas pintadas são distribuídas pela cidade etc.), sem serem publicitárias; há outras que são permissões de publicidade em troca de investimento em melhoraria de bens e serviços públicos (empresa cuida de uma praça e pode ter um anúncio na praça). Museus podem anunciar na rua em *banners* etc.

10. Há critérios éticos e estéticos para reprodução interfaces de Realidade Aumentada nesse espaço urbano?

Sim, que é necessário definir e discutir para que se desenvolva sem prejudicar a paisagem e o uso do espaço público.

11. Qual órgão autoriza a liberação do espaço urbano para, por exemplo, o Pokémon Go operar? É o mesmo órgão que libera parcerias como a polêmica do Snapchat com o artista americano Jeff Koons, realizada em Nova York, em 2017?

Qual o uso que o Pokémon faz do espaço público? Ele não “usa” o espaço público, ele trabalha a tela do celular. Então creio que isso tem mais a ver com reuniões de multidões, gente parando na calçada (prejuízo à mobilidade) etc., que são de competência de subprefeituras, mais do que de paisagem urbana.

Anexo C, Figura 1 – Declaração de aceite no estágio pós-doutoral da FAU-USP, 2018.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Praça do Lago, 538 - Cidade Universitária - 05508-000 - Butantã - São Paulo - SP - Brasil
www.fau.usp.br • Telefone: +55 11 3091 4700 • Caixa Postal: 73003-882/30 000
+55 11 3091 4700 / 3091 4700

Declaração

Declaro, para os devidos fins que a Senhora Luciana Moherdau, código usp 3788717, cédula de identidade RG nº 20.026.544-1, é pós-doutoranda e está participando do Projeto "Telas Urbanas: uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos", sob a supervisão da Profa. Dra. Giselle Beiguelman.

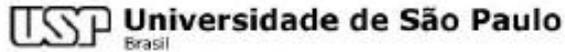
São Paulo, 25 de abril de 2018.


Leandro Silva Medrano
Comissão de Pesquisa - FAUUSP
Presidente



Fonte: ELIZABETH Melchior dos Reis. Solicitação de ingresso ao Pós-doc. Mensagem recebida no e-mail luciana.moherdau@gmail.com em 20 de abril de 2018.

Anexo C1, Figura 2 – Declaração de matrículas no estágio pós-doutoral da FAU-USP, 2020.



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que o(a) senhor(a) Luciana Moherdauí, número USP 10930862, portador(a) do documento tipo RG número 200265441, é pós-doutorando devidamente matriculado e está participando do Projeto "Telas Urbanas: Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaços de fluxos", sob a supervisão da Profa. Dra. Giselle Beiguelman.

Documento emitido às 10:27:58 horas do dia 19/10/2019 (hora e data de Brasília).

Código de Controle: BIQZ-G3Z7-WMC2-QIQS

Documento válido até: 02/04/2020

A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kY0PYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo C2, Figura 3 – Comprovante de prorrogação do estágio pós-doutoral na FAU-USP, 2020.

Atena

[https://uspdigital.usp.br/atena/ProgPdPosDoutoradoRequerimento?tipo=.](https://uspdigital.usp.br/atena/ProgPdPosDoutoradoRequerimento?tipo=)

USP Uni Bras

Pós-doutorado - Projeto e Solicitações

Projeto

Código do Projeto: 2018-437
 Situação do Projeto: Ativo
 Título do Projeto: Telas Urbanas: Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaços de fluxos
 Title: Urban screens: A contribution to architecture reconfiguring the espace of flows
 Área Pesquisa: HUMANAS E SOCIAIS
 Unidade: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
 Departamento: História da Arquitetura e Estética do Projeto
 Período de Realização: 01/04/2018 a 31/01/2021
 Arquivo do Plano de Trabalho:

Pós-doutorando
 10930662 Luciana Moherdau

Supervisor
 2106015 Giselle Beigelman FAU-História da Arquitetura e Estética do Projeto 01/04/2018 a 31/01/2021

Fomento

Fonte de Recurso	Situação	Duração	Dedicação	Arquivo
Sem Bolsa	Aprovado	01/04/2018 a 02/04/2020		
Sem Bolsa	Aprovado	03/04/2020 a 31/01/2021	20. horas	

Prorrogação do Projeto

Início	Fim	Justificativa	Situação	Arquivo	Supervisor/Pós-doc cliente?	Comentário Parecer	Data Parecer	Arquivo Parecer
03/04/2020	31/01/2021	Atraso na conclusão da pesquisa; o projeto em andamento não foi alterado.	Aprovado		Sim/Sim	Aprovado. A aluna pede continuidade para dar andamento às pesquisas ainda não concluídas. Tem anuência da orientadora e, assim, cumpre as exigências do programa para dar prosseguimento às atividades.	03/02/2020	

Situação Solicita: Situação Proj:

Aprovado Ativo

Ver 1 - 1 de 1

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kY0PYH>. Acesso em: ago. 2020.

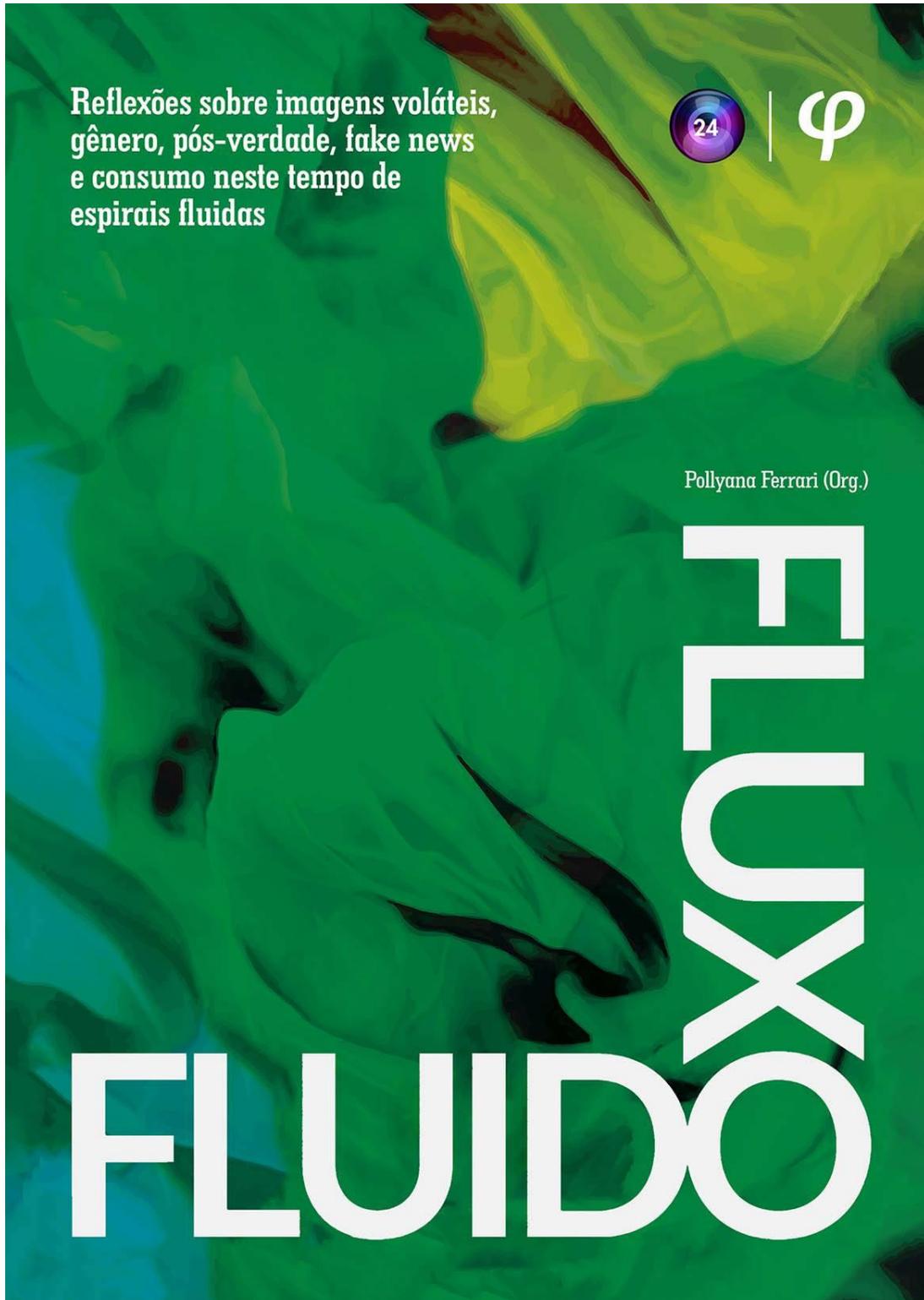
Anexo D, Figura 4 – Site da pesquisa: www.telasurbanas.com.br, 2018.



The screenshot shows a web browser window with the address bar displaying 'telasurbanas.com.br'. The page title is 'telas urbanas'. On the left, there is a navigation menu with the following items: 'luciana moherdaui', 'outros urbanismos', 'notas', '+ projetos', 'twitter', and 'para ouvir'. The main content area features a post titled 'Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos'. The text of the post discusses a post-graduate project from the Faculty of Architecture and Urbanism at the University of São Paulo (FAU-USP), focusing on experimental aspects of urban screens and projections. It mentions the work of artist and activist Francois Ferracci, specifically his 2012 video 'Lost Memories' about Paris in 2020. Below the text, the author's name 'Luciana Moherdaui' is listed. The post includes a video thumbnail showing hands interacting with a digital interface on a screen, with a caption 'post 92, 5000 views.'

Fonte: Site do projeto da pesquisa pós-doutoral. Disponível em: <http://bit.ly/2XNrr3u>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo E, Figura 5 – Capa do livro: *Fluído, Fluxo: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, fake news e consumo neste tempo de espirais fluidas*, organizado por Pollyana Ferrari, 2018.



Fonte: Editora Fi. Disponível em: <https://bit.ly/318N29Y>. Acesso em: ago. 2020.

Figura 6 – Folha de rosto (verso) do livro *Fluído, Fluxo* (FERRARI, Pollyana [Org.]. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018).

Diagramação: Marcelo A. S. Alves
 Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>
 Arte de Capa: Eric Viana

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Comunicação, Jornalismo e Educação – 24

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FERRARI, Pollyana (Org.)

Fluído, Fluxo: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, fake news e consumo neste tempo de espirais fluidas [recurso eletrônico] / Pollyana Ferrari (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

269 p.

ISBN - 978-85-5696-428-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. fake news; 2. comunicação; 3. pós-verdade; 4. consumo; 5. meios; I. Título II. Série

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 177

Figura 7 – Sumário do livro *Fluído, Fluxo* (FERRARI, Pollyana [Org.]. São Paulo: Ed. Fi, 2018).

Sumário

Prefácio	13
Acelerações espaço-temporais evanescentes Lucia Santaella	
Introdução	21
Síntomas da Pós-Verdade	
Capítulo 1	31
Arquiteturas recombinantes Luciana Moherdaui	
Capítulo 2	43
Contra fake news, educação Pollyana Ferrari	
Capítulo 3	53
O design de experiência na sociedade hipermoderna Amanda Porto	
Capítulo 4	75
O automóvel volta a ser um simples sistema de transporte Margareth Boarini	
Capítulo 5	89
Como insetos em volta da lâmpada João Luiz Peçanha Couto; Adriana Rocha Bruno	
Capítulo 6	109
Aquilo que sobra e seu tempo fluido Humberto Giancristofaro	

Figura 8 – Artigo *Arquiteturas recombinantes*. In: FERRARI, Pollyana [Org.], *Fluído, Fluxo*. São Paulo: Ed. Fi, 2018.

Capítulo 1

Arquiteturas recombinantes

Luciana Moherdau

O futuro não é mais como era antigamente

Renato Russo

A ficção é agora realidade: *Blade Runner 2049* comprova que ficou para trás aquela sensação de algo impraticável tecnologicamente como abordado em *Tempos Modernos* (1936), *Fahrenheit 451* (1966), *2001 - Uma Odisseia no Espaço* (1968), *Blade Runner* (1982) *Johnny Mnemonic* (1995), *eXistenZ* (1999) e *Videodrome* (1999), entre outros. Os clássicos de Charlie Chaplin e François Truffaut anteciparam o comando por voz e vídeo em grandes telas finas e, conseqüentemente, estratégias de vigilância e controle, assim como fez Stanley Kubrick. Em *Johnny Mnemonic*, o diretor Robert Longo criou um ciborgue que transportava em seu cérebro um arquivo de 320 *gigabytes* com a cura para uma doença do ano 2021, a Síndrome do Enfraquecimento Neurológico (SEN).

O ciborgue também está presente nos roteiros de David Cronenberg. Em *eXistenz* (1999), um console de jogo, o *GamePode* conecta-se ao jogador por meio de um orifício acoplado a sua coluna vertebral e o transporta para um imaginário de confusões, cujo limite que separa o real do ciberespaço aparece inteiramente borrado, indefinido, e o espectador fica sem saber de que se trata de um filme dentro do game. Esse tema já havia sido explorado em

Figura 9 – Idem

32 | Fluido, Fluxo

Videodrome (1983), mas delimitava a fantasia da realidade para fundi-los no corpo de um *videomaker*⁴.

Essa interação entre máquinas e cérebro, que considera dispositivos conectados como parte do homem, coloca o ser humano como máquina social, pois depende de elementos exteriores para que possa existir como tal. Implica uma complementaridade não apenas com o homem que a fabrica, ela própria está em relação de alteridade com outras máquinas sociais (GUATARRI: 2008, p. 49-50).

Nesse sentido, essa máquina transforma-se em um corpo informacional na medida em que opera em relação a outra máquina, agrupando dados biológicos, sociológicos e econômicos, cujo algoritmo que a comanda, coloca em perspectiva uma nova estética.

Se os filmes de Longo e Cronenberg precipitaram a discussão sobre a ciborguização do homem, os *scripts* de Ridley Scott e Denis Villeneuve, nas duas versões de *Blade Runner*, fazem refletir sobre a desordem visual em cenários representativos de cidades inteligentes, embora distópicas, administradas por meio de base de dados e inteligência artificial, restritos, contudo, às novidades apregoadas nos períodos em que foram filmados.

Na primeira versão, de 1982, projetava uma Los Angeles em 2020, pré-*Web* - a parte multimídia da internet surgiu no início dos anos 1990, desenvolvida pelo engenheiro britânico Tim Berners-Lee -, dividida entre ciberespaço e real, com jornal de papel, tevê de tubo, sem aparelho celular, mas com ligações por comando de voz e vídeo e projeções baseadas em animações.

Já *Blade Runner 2049* mostra uma Los Angeles cuja conexão é ubíqua e o virtual não existe mais. As informações são distribuídas para dispositivos móveis e drones recolhem, processam e entregam dados. Nessa cidade idealizada por Denis Villeneuve, as relações se estabelecem por realidade aumentada, com hologramas que inserem camadas de informação no espaço urbano.

⁴ Indivíduo que produz vídeos (artísticos, institucionais, publicitários etc.), com seus próprios recursos ou por encomenda de terceiros.

Figura 10 – Idem

Luciana Moherdaui | 33

A *Los Angeles ultra high-tech*² apresentada nessa versão de *Blade Runner 2049*, veiculada em 2017, explora o extremo da vigilância, com rastreamento, coleta e cruzamento de informações em tempo real, pois na versão de 1982 não havia mecanismos tão precisos como os exibidos na versão de 2049, e os smartphones estão no centro dessa reprogramação. Lúcia Santaella relata no artigo, *as ambivalências das cidades inteligentes* (2016), que desde os anos 80, engenheiros e cientistas computacionais realizavam pesquisas para integrar a inteligência computacional em ambientes. Tais estudos pretendiam ir além do computador pessoal: “processadores pequenos e baratos e redes de sensores sem fio espalhariam o processamento pelo ambiente”.

A percepção dessa mudança se deu com mais intensidade, após o lançamento do *iPhone 3G* pela *Apple*, em 2008. Segundo Santaella (2010), a computação urbana e as mídias locativas, antes restritas a projetos experimentais de artistas ou militantes, se tornaram realidade para quaisquer cidadãos com smartphones. O relatório *Digital News Report 2017*, do Reuters Institute³, confirma que computadores de mesa já não têm mais proeminência.

Estima-se que mais de cinco bilhões de pessoas tenham *smartphones* em todo o mundo. Somente na China há mais de um bilhão com dispositivos móveis, de acordo com dados da empresa de consultoria GSMA divulgados no início de 2017. Na Índia, o total é de 730 milhões. Todos conectados à internet⁴.

No Brasil, o número de dispositivos móveis (*notebook*, *tablet* e *smartphone*) conectados supera a população: 280 milhões (1,4 dispositivo portátil por pessoa), segundo dados da 28ª Pesquisa

² Tecnologia super avançada.

³ Disponível em: <<http://www.digitalnewsreport.org>>. Acesso 11.09.2017.

⁴ Para saber mais sobre o número de pessoas com smartphone no mundo, ver: <<http://bit.ly/ztjHhc7>>. Acesso out. 2017.

Figura 11 – Idem

34 | Fluido, Fluxo

Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas⁵, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).

Portanto, conclui Santaella (2016), na medida em que os computadores passaram a se miniaturizar para ocupar espaços públicos e privados das cidades, a capacidade de processamento de informação foi distribuindo-se por todo o espaço urbano da vida cotidiana. É dessa constatação que parte o roteiro do diretor francês Francois Ferracci⁶ em *Lost Memories*, de 2012⁷.

A princípio, o roteiro de Ferracci parece ficção. Mas não é: trata-se de uma cidade informacional, representada na Praça Trocadéro⁸, na Paris de 2020, na qual a conexão é ubíqua e as interfaces se multiplicam no ar em forma de hologramas a partir de dispositivos móveis, até uma tempestade eletromagnética causada por uma câmera *Polaroid* destruir toda a base de dados digital⁹.

Essas interfaces se configuram e reconfiguram no espaço de fluxos, não mais em espaços fixos, pré-determinados, como ocorre, por exemplo, com a disposição dos painéis publicitários da *Times Square*¹⁰, em Nova York (EUA), negociados por valores que alcançam 2,5 milhões de dólares.

Em novembro de 2014, a *Google* foi a primeira empresa a pagar essa quantia por um anúncio que ocupou, por quatro semanas, uma tela de 23 x 100 metros, tão larga quanto um campo de futebol e com a altura de um edifício de oito andares. Localizada na fachada do hotel Marriott Marqui, foi vista, naquele ano, por 300 mil pessoas que circulam diariamente na Praça¹¹.

⁵ Pesquisa FGV-SP <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19112>>

⁶ Com 14 anos de experiência na indústria cinematográfica e televisiva, Francois Ferracci é diretor de arte. Para saber mais, ver <<http://www.francoisferracci.com/#about>>. Acesso 11.09.2017.

⁷ Disponível em: <<https://vimeo.com/49425975>>. Acesso 11.09.2017.

⁸ Para saber mais sobre a Praça Trocadéro, ver <<https://goo.gl/kvG5BV>>. Acesso 11.09.2017.

⁹ O diretor tem em seu currículo vídeos dessa natureza. Ele lançou em 2015 a versão 2.0 de *Lost Memories* na qual relata a busca do protagonista pela namorada que ficou presa ao mundo analógico.

¹⁰ Para saber mais sobre *Times Square*, ver <<https://goo.gl/6wdgFV>>. Acesso 11.09.2017.

¹¹ <http://bit.ly/zyO7lpM>.

Figura 12 – Idem

Luciana Moherdau | 35

Essa cidade informacional descrita em *Lost Memories* deixa de ser um local, Castells (1999), diz que “não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos”, principal base da sociedade em rede, fundamentada em conhecimento, com processos descentralizados e empresas reorganizadas pela economia informacional¹². Por espaço de fluxos, o sociólogo espanhol define ser “a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (IBIDEM).

Castells entende os fluxos como “sequências intencionais, repetitivas e programáveis de interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade”. É nesse espaço de fluxos definido pelo sociólogo espanhol que a arquitetura se redefine: “por meio do imaginário mundo das possibilidades ilimitadas que embasam a lógica da multimídia: a cultura do *surfing* eletrônico”. Essa apropriação torna possível “reinventar todas as formas em qualquer lugar” (IBIDEM).

Essa reinvenção de formas em qualquer lugar da qual trata Castells, é amplificada pela realidade aumentada, embora ainda não tão popularizada como a realidade virtual. A grosso modo, as intervenções em edifícios, prédios ou monumentos restringem-se a projeções programadas e, em alguns casos, dependem de autorização para serem reproduzidas.

A cidade informacional, segundo o raciocínio de Castells, não compreende somente o espaço de lugares¹³, nem tampouco apenas os não-lugares descritos pelo antropólogo francês Marc Augé (2012): “instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos)”.

¹² A economia global/informacional é organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas. (CASTELLS: 1999).

¹³ Para Castells (1999, p. 512), a grande maioria das pessoas nas sociedades tradicionais, bem como nas desenvolvidas vive em lugares e, portanto, percebe seu espaço com base no lugar. Um lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física.

Figura 13 – Idem

36 | Fluido, Fluxo

Também não é a *City of Bits* (Cidades dos Bits, capital do século 21) pura, que foi idealizada na década de 1990 por William J. Mitchell, urbanista e ex-diretor do grupo de pesquisa *Smart Cities* do Laboratório de Mídia do Instituto de Tecnologia de Massachussets, uma *e-topia* ainda irrealizável, pensada no contexto do ciberespaço de William Gibson (1984). Mitchell chamou *e-topias* as “cidades eletronicamente servidas e globalmente ligadas” (1999).

A cidade informacional faz parte do espaço de fluxos, incluindo fluxos de poder, de capital, de informação, de tecnologia, de imagem, de sons e de símbolos, embora as pessoas ainda vivam em lugares: “os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede”, e os fluxos “são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica” (1999).

Se, como afirma Castells, o espaço de fluxos é a forma espacial predominante da sociedade em rede, e, nos próximos anos, a arquitetura e o design provavelmente serão redefinidos em sua forma, função, processo e valor (1999), os hologramas exibidos pelo diretor francês em *Lost Memories* impõem um problema crucial a ser tratado nas cidades contemporâneas: a superabundância de telas.

É verdade que a desordem visual abordada no curta-metragem não é completamente desconhecida: as duas versões de *Blade Runner*, 1982 e 2049, está presente no título do filme, e é a época que o filme se baseia, mas o ano dele é 2017, então vejo que tem que ser a data nesse caso, indicam a estética de uma arquitetura do espaço de fluxos, mesmo com programações visuais diversas (animações e hologramas, respectivamente). A primeira versão do clássico dirigido pelo diretor britânico Ridley Scott adiantava, embora pré-*WWW* (*World Wide Web*¹⁴), o conceito que Castells

¹⁴ A *World Wide Web*, a parte multimídia da internet, foi criada pelo engenheiro britânico Tim Berners-Lee no início dos anos 1990.

Figura 14 – Idem

36 | Fluido, Fluxo

Também não é a *City of Bits* (Cidades dos Bits, capital do século 21) pura, que foi idealizada na década de 1990 por William J. Mitchell, urbanista e ex-diretor do grupo de pesquisa *Smart Cities* do Laboratório de Mídia do Instituto de Tecnologia de Massachussets, uma *e-topia* ainda irrealizável, pensada no contexto do ciberespaço de William Gibson (1984). Mitchell chamou *e-topias* as “cidades eletronicamente servidas e globalmente ligadas” (1999).

A cidade informacional faz parte do espaço de fluxos, incluindo fluxos de poder, de capital, de informação, de tecnologia, de imagem, de sons e de símbolos, embora as pessoas ainda vivam em lugares: “os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede”, e os fluxos “são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica” (1999).

Se, como afirma Castells, o espaço de fluxos é a forma espacial predominante da sociedade em rede, e, nos próximos anos, a arquitetura e o design provavelmente serão redefinidos em sua forma, função, processo e valor (1999), os hologramas exibidos pelo diretor francês em *Lost Memories* impõem um problema crucial a ser tratado nas cidades contemporâneas: a superabundância de telas.

É verdade que a desordem visual abordada no curta-metragem não é completamente desconhecida: as duas versões de *Blade Runner*, 1982 e 2049, está presente no título do filme, e é a época que o filme se baseia, mas o ano dele é 2017, então vejo que tem que ser a data nesse caso, indicam a estética de uma arquitetura do espaço de fluxos, mesmo com programações visuais diversas (animações e hologramas, respectivamente). A primeira versão do clássico dirigido pelo diretor britânico Ridley Scott adiantava, embora pré-*WWW* (*World Wide Web*¹⁴), o conceito que Castells

¹⁴ A *World Wide Web*, a parte multimídia da internet, foi criada pelo engenheiro britânico Tim Berners-Lee no início dos anos 1990.

Figura 15 – Idem

38 | Fluido, Fluxo

completamente autônomos, espécie de cidade-robô, *open source* (*Living PlanIT's*¹⁸) e *open data* (*Masdar*¹⁹).

Pois o que publicitariamente se anuncia como *smart city* é, na realidade, um mecanismo inteligente de operação, como um sensor para ajustar níveis de iluminação ou a proposta de Mitchell para *Picadilly Circus*, cujo controle tecnológico (dados, códigos e conexão incluídos) é da administração do município (GREENFIELD, 2013).

É nesse espaço tensionado (DELEUZE; GUATTARI, 2007) que operará a arquitetura do espaço de fluxos. É preciso, porém, pensar a cidade a partir da perspectiva de projeções típicas de espaços lisos, nômades, sem delimitações, como as retratadas em *Lost Memories*. Segundo Lemos (2013), nesse sentido, talvez o mais correto hoje seja pensar em uma cidade mediada por dados, softwares e algoritmos.

Em *A Sociedade em Rede*, Castells (1999) afirma ser a arquitetura do espaço de fluxos um reflexo do pós-modernismo, pois: a arquitetura do pós-modernismo declara o fim de todos os sistemas de significados. Cria uma mistura de elementos que procura a harmonia formal por provocação estilística trans-histórica”. Na opinião do sociólogo espanhol, o pós-modernismo expressa a suplantação de lugares no espaço de fluxos.

Nesse contexto, o desafio da arquitetura do espaço de fluxos é lidar com a superabundância de telas, reflexo da ubiquidade móvel e do fim da noção de ciberespaço, divisão entre real e virtual, decretada pelo autor do termo, William Gibson²⁰, em entrevista ao jornal *The Washington Post*, em 2007. De acordo com o raciocínio de Gibson, tudo é ciberespaço agora: “O que não nos importamos mais em chamar de ciberespaço está aqui, e aqueles momentos sem conectividade, cada vez mais raros, estão lá”²¹.

¹⁸ Para saber mais sobre *Living PlanIT's*, ver <<https://goo.gl/KPujcW>>. Acesso 14.11.2017.

¹⁹ Para saber mais sobre *Masdar*, ver <<https://goo.gl/fdwx9F>>. Acesso 14.11.2017.

²⁰ O termo ciberespaço foi cunhado por William Gibson no livro *Neuromancer*, em 1984.

²¹ GARREAU, 2007.

Figura 16 – Idem

Luciana Moherdau | 39

Processo irreversível, essa ubiquidade indica que "o real engole tudo e nos põe no centro de redes interconectadas acessíveis, literalmente, na palma da mão" (BEIGUELMAN: 2013), com o celular como "ponto de conexão permanente" (IBIDEM). E é o dispositivo móvel o projetor de interfaces informacionais que se transformam em "telas de diferentes portes e com novos recursos que remodelam e redefinem os espaços públicos e privados" (IBIDEM).

Portanto, essa reflexão vai além de uma questão meramente estética: é imperativo compreender também qual o impacto da desordem visual originada dessa nova configuração. Para isso, é fundamental refletir a respeito do impacto da ficção de *Lost Memories* na realidade urbana.

Para isso, é preciso extrapolar a ficção e ampliar a definição de telas urbanas, pois não se limitam mais a serem estriadas ou de grande porte. São agora telas efêmeras, sem tamanhos determinados, orientadas por realidade aumentada, ou realidade expandida, que insere camadas de informação no ambiente (BEIGUELMAN, 2016). Essas interfaces não mais se restringem a intervenções artísticas ou ativistas, como os trabalhos do coletivo alemão *Urban Screen*²², do *Ars Electronica (ZeitRaum)* no aeroporto de Viena²³, ou o da fachada do WZ-Hotel, em São Paulo, assinado pelo brasileiro Guto Requena²⁴.

A ideia de uma cidade flutuante, pensada a partir da arquitetura do espaço de fluxo e permeada de hologramas projetados por *smartphones* graças à realidade aumentada, não é algo mais restrito somente a roteiros de ficção ou a intervenções artísticas. É tecnologicamente possível. Apple (*AR Kit*)²⁵ e Google

²² Para saber mais sobre o *Urban Screen*, ver: <<https://goo.gl/pjJSis>>. Acesso 12.nov.2017.

²³ Para saber mais sobre o trabalho do *Ars Electronica*, ver: <<https://goo.gl/E9XERV>>. Acesso 12.nov.2017.

²⁴ Para saber mais sobre a fachada interativa do WZ-Hotel, ver: <<https://goo.gl/ezjNFT>>. Acesso 12.nov.2017.

²⁵ Da Apple, a plataforma ARKit para o iOS 11. Ela permite que desenvolvedores criem objetos virtuais para colocá-los em ambientes reais através da câmera.

Figura 17 – Idem

40 | Fluido, Fluxo

(ARCore)²⁶ desenvolvem projetos dessa natureza, porém ainda limitados a seus sistemas operacionais (*IOS* e *Android*), lógica de jardins murados.

Hoje as intervenções são específicas. E quando deixarem de ser? Não só a conexão é ubíqua, o smartphone tende a ser ubíquo também.

Já se sabe que o número desses dispositivos por pessoas tem aumentado em todo o mundo. Em *Move fast and break things - How Facebook, Google, and Amazon Cornered Culture and Undermined Democracy*, Jonathan Taplin, diretor do *Annenberg Innovation Lab*, da Universidade da Califórnia, estima que em 2020 o número desses dispositivos móveis conectados à internet chegará a 6 bilhões.

Também é de conhecimento que hoje 50% da população mundial vive em cidades. Em 2050, esse percentual chegará a 75. Porém, apenas 2% do território do planeta é ocupado por cidades, ou seja, um adensamento cada vez maior, com mais pessoas vivendo juntas²⁷.

Isso significa que inteligência e dados são importantes para administrar principalmente os espaços públicos. Essa nova camada de inteligência está sendo considerada uma nova eletrificação, pois tem valor semelhante ao da eletricidade, responsável pela modernização urbana²⁸.

Portanto, há que se saber se: haverá sobreposição ou inflexão de telas? Haverá limites para projeções? Haverá regulamentações? Haverá um padrão? Mecanismos semelhantes serão aplicados em localidades sem essa desordem visual, como a Praça *Trocadéro*, em Paris, o Pateo do Collegio, no centro histórico de São Paulo, ou a Esplanada dos Ministérios, em Brasília?

²⁶ Da Google, a plataforma ARCore para Android. Ela permite que desenvolvedores criem objetos virtuais para colocá-los em ambientes reais através da câmera.

²⁷ CIDADES INTELIGENTES. In: *Expresso Futuro*. Canal Futura, Nova York, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2galyHH>>. Acesso out. 2017.

²⁸ IBIDEM.

Figura 18 – Idem

Luciana Moherdau | 41

São perguntas cujas respostas são urgentes e contribuem para entender o funcionamento das cidades na sociedade informacional. É preciso pensar ainda de que maneira a arquitetura irá intervir nas paisagens midiáticas originadas por interfaces que se entrecruzarão, não limitadas por tempo e espaço, mas como uma espécie de mapa, "aberto, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Esse mapa pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social". (DELEUZE; GUATTARI, 2004).

Outra preocupação originada a partir de *Lost Memories* é sobre a interferência das interfaces informacionais nas estruturas e nas infraestruturas (inclusive tecnológicas) no espaço de fluxos, pois essa nova configuração aumentará a já superabundância de telas existentes em localidades como, por exemplo, a *Times Square*.

Logo, à elaboração de repertórios que ajudem a pensar soluções para o que tudo indica ser esse um dos principais problemas da arquitetura de fluxos, inclui observar: se as cidades estão preparadas para a ubiquidade móvel e para interfaces que se multiplicam no ar e quais implicações éticas, legais e estéticas surgem a partir dessa nova configuração.

Resolver essas interrogações dará ao campo da arquitetura contribuição absolutamente significativa, pois indicará mecanismos de intervenção e apontará como estéticas informacionais irão se compor nas cidades contemporâneas.

Anexo E1, Figura 19 – Capa da revista Galáxia, da PUC-SP, 2020 onde foi publicado o artigo *Telas Urbanas: Do neon às projeções efêmeras*.



Figura 20 – Sumário Revista Galáxia (PUC-SP, 2020).

45 (2020) https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/issue/view/2377/showToc

Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. ISSN 1982-2553

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL [OPEN JOURNAL SYSTEMS](#)

ANTERIORES NOTÍCIAS NORMAS PARA SUBMISSÃO [Ajuda do sistema](#)

INSTRUÇÕES AOS PARECERISTAS PEPGCOS

Capa > Edições anteriores > **n. 45 (2020)**

n. 45 (2020)

Sumário

Abertura

[Expediente](#) PDF
Francisco Beltrame Trento

Artigos | Articles

[A presença de arquétipos nos youtubers: modos e estratégias de influência](#) PDF
Pedro Rodrigues Costa

[Neomaterialismo & Antropológicas](#) PDF
José Luiz W. J. G. Braga

[A pesquisa sobre as escritas: um diálogo entre Linguística, Semiótica e Antropologia](#) PDF
Isabelle Klock Fontanille

[Globalização interativa, dromocracia informacional e espaço urbano: smart cities como último refúgio do imaginário tecnoutópico contemporâneo](#) PDF
Eugênio Trivinho

[Glauber e o cinema escrito de Eduardo Coutinho](#) PDF
Fernão Pessoa Ramos

[Ócio e cinema na fotografia de Marc Ferrez](#) PDF
Mauricio Lissovsky

[Luz, sombra, penumbra e a criação de sentidos em A erva do rato](#) PDF
Ana Carolina Roure Malta de Sá, Susana Madeira Dobal

[Subjetividade e imbricamento de linguagens em Yellow Fever, curta de Ng'endo Mukii](#) PDF
Denise Tavares da Silva

[Inscrição de alteridade, artefaturização do olhar: a fotografia de sujeitos vulneráveis em Lee Jeffries](#) PDF
Angie Biondi, Rafael Tassi Teixeira

[Política na era da visibilidade total: observações conjunturais a partir do episódio The Waldo Moment, de Black Mirror](#) PDF
Moysés Pinto Neto

USUÁRIO

Login

Senha

Lembrar usuário

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos

Procurar

- Por Edição
- Por Autor
- Por título
- Outras revistas

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

- Para leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

f 2

08/10/2020 08:12

Figura 21 – idem

45 (2020)		https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/issue/view/2377/showToc
Constelações fílmicas: um método comparatista no cinema	Mariana Souto	PDF
Sob o tremor das imagens: política e ação direta na lente xavante	Gilson Costa, Dolores Galindo	PDF
Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras	Luciana Moherdaui	PDF
Consumo audiovisual em plataformas digitais: a configuração de práticas e fluxos na rotina de usuários da Netflix	Vanessa Amalia Dalpizol Valiati	PDF
Lágrimas na chuva: a publicidade no futuro e o futuro da publicidade	João Anzanello Carrascoza	PDF
Operação semiótica da categoria gênero: proposta de um modelo teórico-metodológico	Adriana Tulio Baggio	PDF
<hr/>		
Resenhas Reviews		
Ódio como potência disruptiva e instauradora de comunicação	Fagner Torres de França, Lilian Carla Muneiro	PDF
O pensamento bergsoniano para uma teoria dos estudos das teleaudiovisualidades	Ana Claudia da Cruz Melo	PDF
Um enredamento para o novo falso: um processo em nós	Davi Junqueira Marin	PDF
Fracasso como potência: uma contribuição queer às perspectivas contra-hegemônicas	Bruna Luiza de Camillo Allegretti	PDF

Figura 22 – Artigo *Telas Urbanas: Do neon às projeções efêmeras* (In: Revista Galáxia. PUC-SP, 2020)

 Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras

Luciana Moherdauí¹

<https://orcid.org/0000-0003-2372-0046>

¹ - FAU-USP

São Paulo (SP), Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir quais implicações legais serão enfrentadas quando as cidades informacionais, estruturadas no espaço de fluxo, principal base da sociedade em rede, forem ocupadas por interfaces de projeções efêmeras reproduzidas por meio de dispositivos móveis. Nesse contexto, fundamentarão essa reflexão o reexame da Lei Cidade Limpa e as noções de espaços liso, sem fronteiras, estriado, delimitado, e de Disneyworld, na qual a ordem do mundo é disnéica, para além do imaginário, em que o real se torna um parque de atrações, uma tela total.

Palavras-chave: internet; interface; cidade informacional; Disneyworld.

Abstract: **Urbans secreens: from neon to ephemeral projections** - The purpose of this article is to discuss which legal implications will be confronted when the informational cities, structured in the flow space, a main feature of the network society, become occupied by digital interfaces via mobile devices. In this context, this reflexion will be substantiated by a review of the Cidade Limpa law and the notions of smooth spaces, without borders, striated spaces, delimited, and of the Disneyworld, in which the order of the world is disneyc, beyond the imaginary, in which the real becomes an amusement park, a total screen.

Keywords: internet; interface; informational city; Disneyworld.

Antes era o néon

Apontam Asa Briggs e Peter Burke em *Uma história social da mídia – De Gutenberg à Internet* que “pode-se ver mais que um significado simbólico na mudança do vapor para a eletricidade durante as últimas décadas do século 19, pois eram as invenções elétricas que pareciam apontar mais claramente para o futuro” (2004, p. 190). A chegada da luz elétrica na segunda fase da Revolução Industrial (1850-1950) reconfigurou não apenas os sistemas de mídia e a paisagem e a infraestrutura urbanas, entre outros, mas a tornou principalmente um serviço de utilidade pública.

Figura 23 – idem

Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras

Thomas Edison, inventor da lâmpada, imaginou que o seu dispositivo só seria vendável aos milhões se a eletricidade fosse levada até a casa das pessoas, o que, de fato, ocorreu. “Na história do vapor não consta desafio semelhante” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 191). Mas, na história da internet, a chamada rede mundial de computadores, pode-se afirmar que o desafio ultrapassa sobremaneira o efeito ocasionado pela eletricidade, mesmo tendo ainda alcance menor.

Diferentemente das consequências oriundas da eletricidade, o surgimento da internet, em 1969, revelou-se uma nova forma social que produziu novas práticas sociais, com possibilidades de ações específicas (ECHEVERRÍA, 1999; MANOVICH, 2001; CASTELLS, 2002). Essa alteração é notada desde o acesso a uma gigantesca base de dados, à ruptura da temporalidade e ao aumento exponencial de estratégias de vigilância, das sociedades disciplinares, organizadas em espaços de confinamento (FOUCAULT, 1997, p. 190-214), que atingem seu apogeu no início do século 20, às atuais sociedades de controle, estruturadas ao ar livre (DELEUZE, 1992, p. 219-226), e às possibilidades de hackeamento da infraestrutura urbana (RATTI; CLAUDEL, 2016, p. 134), aperfeiçoadas com técnicas de Inteligência Artificial e tecnologias que estão cada vez mais invisíveis: “Elas se integram à vida do dia a dia, ao nosso cotidiano até serem indistinguíveis dele” (WEISER, 1991, p. 1).

É nesse contexto de consideráveis transformações culturais e tecnológicas que se forma a sociedade em rede, caracterizada pela fragmentação de sentido, originada de um sistema de comunicação hipertextual, pela emergência do tempo atemporal, com rupturas das sequências cronológicas (CASTELLS, 2011, p. 9), e pelo surgimento do espaço de fluxos, substituindo o espaço de lugares, que se opõe a, e isola, o local do global (CASTELLS, 1989, p. 348).

Conclui-se, assim, que a internet tem aplicação completamente diferente da eletricidade, embora dependa desta para operar. Integrada a essa sociedade está a cidade informacional: “não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo patrimônio estrutural do espaço de fluxos” (CASTELLS, 2002, p. 488), principal base da sociedade em rede, fundamentada no conhecimento, com processos descentralizados e empresas organizadas pela economia informacional.

Portanto, é no informacionalismo que verifica-se tal mudança. Não só relacionada à tecnologia, à economia e à sociedade, mas também à paisagem urbana das cidades contemporâneas, com a introdução da *media architecture* (arquitetura de mídia), em meados dos anos 1980, e das *media facades* (fachadas de mídia), no início dos anos 1990. “A ideia de fachada de mídia transparente surgiu em 1992, mas para ter qualidade de imagem era preciso aperfeiçoamento da tecnologia LED (componente emissor de luz), o que levou o primeiro projeto dessa modalidade a ser realizado oito anos depois” (MÜLLER, 2006, p. 6).

As *media facades* são definidas como “a incorporação de comunicação de uma fachada, principalmente na forma de mídia digital”, e a *media architecture* tem como principal característica seu aspecto dinâmico: é a representação dinâmica de texto, gráfico,

Figura 24 – idem

Luciana Moherdau

imagem ou vídeo, dentro ou fora de uma fachada (HAEUSLER, 2009, p. 12-14). Ou seja, é multimídia, como a televisão e a *World Wide Web* e aplicativos, e também contém aspectos interativos. “A definição de *media facades* não inclui as fachadas com letreiros luminosos, com os de néon, nem as janelas de vidros das igrejas medievais, que já projetavam uma imagem iluminada através do sol, à semelhança de retroprojetores” (*Ibidem*, p. 21).

Graças à relação entre arquitetura, tecnologia e internet, as *media facades* remodelam a estética dos painéis luminosos, dominante até pelo menos 1999, que tornou-se marcante em cidades como Londres (*Piccadilly Circus*)¹, Nova York (*Times Square*)², Tóquio (*Shibuya Crossing*)³ e Hong Kong (*Causeway Bay*)⁴. Na região da *Times Square*, no final da década de 1880, a eletricidade – na forma de anúncios em teatros, caso da *Broadway*, e iluminação pública – reordenou a paisagem urbana e trouxe mais segurança aos cidadãos⁵. Os primeiros passos para definir e classificar as *media facades* foram dados entre 2007 (*Media Architecture London* e *Urban Screen Manchester*) e 2008 (*Urban Screen Melbourne* e *Media Facade Festival Berlin*). Esse formato integrante da *media architecture* é dividido em cinco categorias – mecânica, eletrônica, projeção, iluminante e *display*.

Além da estética, essa reprogramação das fachadas estáticas luminosas para as *media facades*, percebida na passagem do século 20 para o 21, também leva a uma importante e urgente reflexão sobre questões legais. Há uma vasta legislação internacional sobre proteção da paisagem urbana, como a Carta de Atenas (1933), a Recomendação de Paris – Unesco (1962; 1968; 2003), a Carta de Veneza (1964), Carta da Paisagem Mediterrânea, de Sevilha (1992), a Convenção Europeia da Paisagem, de Florença (2000) e a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana – Unesco (2011), entre outras. Paris, Berlim e Nova York têm legislação para fachadas. No Brasil, o exemplo mais significativo de reordenamento da paisagem é o da Lei Cidade Limpa, do município de São Paulo.

Posto assim, este artigo se propõe a debruçar-se sobre as projeções, também denominadas *mapping* ou *video mapping*, uma das categorizações das *media facades*, iniciadas no início dos anos 2000 na capital paulista, a partir da revisão da Lei Cidade Limpa. Esse recorte objetiva iniciar uma discussão a respeito de quais serão as implicações legais relacionadas a esse formato – sobretudo quando for possível que dispositivos móveis adquiram capacidade técnica (de imagem e de alcance) para reproduzir no espaço

¹ De acordo com a Enciclopédia Britânica, os primeiros anúncios eletrônicos surgiram em 1910 em *Piccadilly Circus*. Já os outdoors são de 1923. Disponível em: <<http://bit.ly/32Xq8A1>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

² Considerada por Anthony Townsend um ambiente urbano digital, a *Times Square* teve seu primeiro grande painel eletrônico instalado em 1917. Em 1929, um painel, também eletrônico, foi usado para anunciar a vitória de Herbert Hoover à Presidência da República (1929-1933). In: HAEUSLER, 2009, p. 33.

³ O atual bairro *Shibuya* foi fundado em 1947. Para saber mais, ver: <<http://bit.ly/339a0LV>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

⁴ De baía, no século XIX, o distrito de *Causeway Bay* começa a ter publicidade em sua paisagem no século XX, principalmente na década de 1980. Para saber mais, ver: <<http://bit.ly/2XB3Hj0>> e <<http://bit.ly/35nxA9g>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

⁵ Para saber mais, ver: <<http://bit.ly/37h4KsZ>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 25 – idem

Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras

informativa telas de projeções efêmeras (BEIGUELMAN, 2016, p. 38; 68) – e apresentar diretrizes gerais para uma proposição legal para a cultura digital.

O debate apresentado nas próximas páginas está ancorado no corte temporal que faz Matthias Hank Haeusler, professor de design da Escola Australiana de Arquitetura, em *Media Facades – History, Technology, Content*, publicado em 2009, para estudar a *media architecture* e as *media facades*. O ponto de partida de Haeusler é o momento em que arquitetos e designers consideraram, pela primeira vez, a aplicação de uma tela de tevê como componente de construção em um ambiente externo, como uma parede (p. 21). Estão, portanto, excluídos desse escopo os painéis eletrônicos, como os de néon.

Segundo esse critério, o projeto dos anos 1970 do Centro Pompidou, em Paris (França), vencedor entre mais de 680 outros e que contou com Oscar Niemeyer no júri, foi o primeiro a contemplar uma *media facade*. O desenho, que incluía na fachada principal uma tela gigante exibindo mensagens eletrônicas com notícias sobre cultura e política, antecipou as estéticas da Los Angeles futurista de *Blade Runner*, de Ridley Scott (1982), e as do arquiteto japonês Toyo Ito, em Yokohama, no Japão, com a *Tower of winds* (1986). Mas, por impedimentos técnicos, não foi levado adiante (PUGLISI, 1999, p. 5-10 e p. 18-21; HAEUSLER, 2009, p. 23-27). Esses projetos serão detalhados no próximo tópico.

Essa reflexão será ainda fundamentada a partir das noções de espaços lisos, sem fronteiras, estriado, delimitado (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 180), e de Disneyworld (BAUDRILLARD, 2005, p. 122-124), na qual a ordem do mundo é disnética, para além do imaginário, em que o real se torna um parque de atrações, uma tela total (Ibidem, p. 145-146).

Agora as telas são efêmeras

A discussão da relação entre tecnologia e arquitetura não é nova. Há trabalhos que contemplam essa simbiose desde os anos 1950. Yona Friedman e Constant Nieuwenhuys e integrantes do grupo inglês *Archigram* defendiam a ideia segundo a qual computadores conectados em redes poderiam mediar a interação entre pessoas e espaços (MCQUIRE, 2009). Em 1958, Friedman publica um manifesto intitulado *Architecture Mobile*, cuja proposição envolvia automação e mobilidade. É reflexo desse pensamento o *Ville Spatiale* (1958-1962), constituído por estruturas temporárias e leves, acima do solo, em cidades ou campos, criando uma paisagem a ser apropriada pelo cidadão⁶.

Projeto semelhante – modo de vida itinerante, móvel, interligado em rede –, começou a elaborar dois anos antes, em Alba (Itália), o artista holandês Constant Nieuwenhuys. Trata-se de *New Babylon* (1956-1969), um acampamento para nômades em uma escala planetária. O nome *Babylon* foi sugerido pelo escritor francês Guy Debord, amigo de longa data de Nieuwenhuys. O artista holandês incluiu o *New* à frente, em homenagem a *New York*, *New Delhi* e *New Orleans*.

⁶ Para saber mais sobre arquitetura e tecnologia, ver: <<https://goo.gl/AfjVi7>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 26 – idem

Luciana Moherdau

Dessa corrente de pensamento surge o grupo inglês *Archigram*⁷. Fundado em 1961 por arquitetos da *Architecture Association*, foi um dos mais importantes expoentes da abordagem urbana flexível e baseada em tecnologia. O grupo enxergou a arquitetura para além de estruturas estáticas. Embora utópicos, seus projetos apontavam possibilidades como o *Plug-in-city* (1964), uma megaestrutura que conectaria toda a Europa, em evolução constante, que incorpora residências, transporte e outros serviços essenciais. Reflexo da estética do incompleto, *Plug-in-city* não foi realizado. Com repertórios semelhantes, também integram o acervo *The Walking City* ou *The Instant City*⁸.

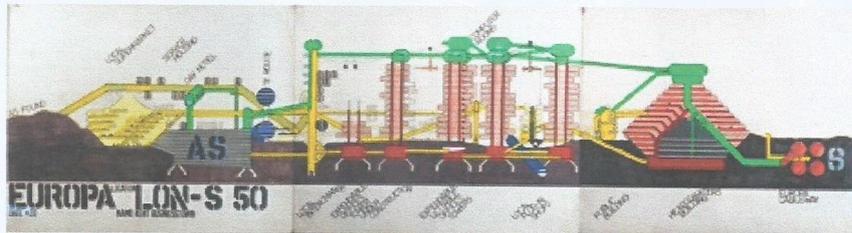


Fig. 1. Projeto *Plug-in-City*, desenhado pelo arquiteto Peter Cook. Crédito: Reprodução Archdaily.

A criação de ambientes dessa natureza levou o teórico Gordon Pask a desenvolver pesquisas pioneiras sobre cibernética em colaboração com integrantes também da *Architecture Association*, de Londres, do grupo *Architecture Machine*, do MIT (HAQUE, 2007). O cientista americano Nicholas Negroponte investigou a criação de ambientes para atender a necessidades de seus moradores. Já a integração de comandos de voz e gestos foi amplamente escrutinada em interfaces do *Xerox Palo Alto Research Center* (KALAY, 2004).

Esse potencial para desenvolvimento de projetos pensados em uma dinâmica de rede não refletia a falta de infraestrutura de conexão em um período pré-internet, portanto, antes de 1969. Quando a conexão em rede se tornou realidade, para além das esferas de governo, a partir da década de 1980, o interesse da computação na arquitetura se refletia em gráficos computacionais, animações, modelagens complexas, com o exemplo clássico do Museu Guggenheim, de Bilbao, de Frank Gehry (MCQUIRE, 2009).

Atualmente, nota-se que muitas propostas elaboradas são realidades em cidades contemporâneas, não restritas somente a construções, mas também a dispositivos móveis ou fixos, como, por exemplo, telas de tevê, sobretudo por consequência da Internet das Coisas. É nesse cenário que inserem-se a *media architecture* e as *media facades*. Embora a literatura de ficção e o cinema as tenham abordado, essas modalidades têm início, fora dessas esferas, nas décadas de 1970 e 1980, respectivamente, com o projeto do Centro Pompidou, já mencionado anteriormente (ver p. 5-6), e a *Tower of winds*, também já citada (ver p. 6) e destacada a seguir (ver p. 8).

⁷ Para saber mais sobre o grupo *Archigram*, ver: <<https://goo.gl/CwSyCP>>. Acesso em: 20 nov.2019.

⁸ Para saber mais sobre *Plug-in-city*, *The Walking City* ou *The Instant City*, ver: <<https://goo.gl/dhRcbL>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 27 – idem

Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras

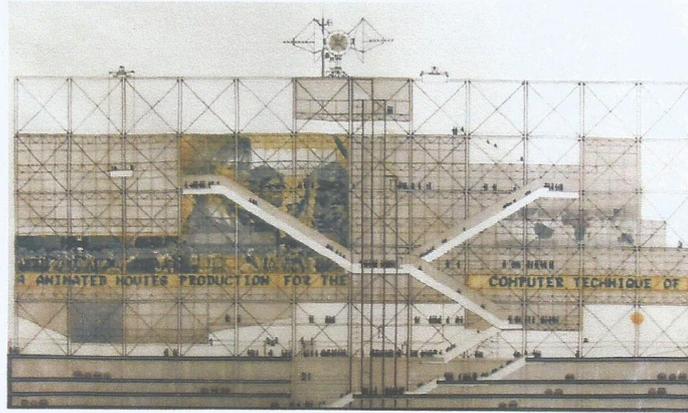


Fig. 2. Projeto do Centro Pompidou, considerado a primeira *media facade*. Crédito: Reprodução Archdaily.

Na literatura, o escritor Philip Kindred Dick é autor de variadas obras de ficção⁹ que abordaram e anteciparam estéticas tecnológicas hoje discutidas, e influenciou o diretor Ridley Scott no roteiro do clássico *Blade Runner* de 1982¹⁰. Foi baseado em *Do Androids Dream of Electric Sheep? (Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?)*, romance de ficção científica de Dick de 1968, que Scott introduziu as grandes telas nas fachadas da fictícia Los Angeles de novembro de 2019. No livro, o escritor de ficção científica entretinha os humanos com tevês em 3D. Com a inclusão das grandes telas no espaço urbano, o diretor de *Blade Runner* é considerado o precursor da *media architecture* (HAEUSLER, 2009, p. 23-24).



Fig.3. Telas gigantes exibidas em *Blade Runner* de 1982. Crédito: Reprodução.

⁹ Para saber mais sobre as obras de PKD, ver: <<http://bit.ly/340m2bj>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

¹⁰ Um breve resumo de *Blade Runner*: no século XXI, uma corporação desenvolve clones humanos para serem usados como escravos em colônias fora da Terra, identificados como replicantes. Em 2019, um ex-policia é acionado para caçar um grupo de fugitivos vivendo disfarçados em Los Angeles, nos Estados Unidos.

Figura 28 – idem

Luciana Moherdau



Fig.4. Holograma em *Blade Runner 2049*, de 2017. Crédito: Reprodução.

É preciso registrar, porém, que a estética de uma cidade flutuante, ladeada por placas luminosas de propaganda não começa em *Do Androids Dream of Electric Sheep?* e em *Blade Runner*, de 1982. A *Metropolis*, cidade-máquina da escritora Thea Von Harbou, em livro de mesmo nome, é ladeada por luzes coloridas de néon (1925, p. 35; 45). Embora mudo e em preto e branco, o filme, originário de sua obra e dirigido por seu então marido, o cineasta Fritz Lang, exhibe a paisagem da cidade construída com blocos de luz¹¹, e a organização de seu espaço urbano, como os veículos voadores e as vias que o circundam, está presente em *Blade Runner*. Fora das telas do cinema, outro precursor da *media architecture* é o arquiteto japonês Toyo Ito, com a obra *Tower of winds* (Torre dos Ventos), em Yokohama, no Japão, em 1986. A *Tower of winds* é controlada por computador e suas ações são programadas, explica o *Archdaily* (2012)¹².



Fig. 5. Torre dos ventos, considerada precursora da *media architecture*. Crédito: Reprodução Archdaily.

No caso das *media facades*, a primeira grande fachada de mídia transparente do mundo foi instalada em 2003 na *T-Mobile*, empresa alemã de telefonia celular, com

¹¹ A íntegra de *Metropolis* está disponível em: <<http://bit.ly/2XMld2V>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

¹² Para saber mais, ver: <<http://bit.ly/2rOfvmb>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 29 – idem

Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras

lâminas horizontais em uma superfície de 300 metros quadrados, dispostas na fachada de vidro. Os LED's integrados às lâminas permitiam uma encenação midiática da arquitetura, e os cidadãos podiam enviar imagens por meio de smartphones, com atualização em tempo real. Também as fachadas têm sido utilizadas para transmissão de eventos, como o Campeonato Mundial de Futebol de 2006. A competição foi exibida ao vivo pela fachada da Galeria *Kaufhof*, na Praça Alexanderplatz, em Berlim, com tamanho especificado pela norma urbanística do local (MÜLLER, 2006, p. 10; 77).

É importante anotar que a experimentação de técnicas de projeção não é recente, surgiu no século 18. O pioneiro dessa estética foi o mágico e ilusionista Étienne-Gaspard Robert em seus shows. Chamado de fantasmagoria, “é o resultado de uma condensação de várias experiências de ilusão de ótica, consistindo em montar uma lanterna mágica sobre trilhos para produzir personagens e figuras de tamanhos variados, projetados por fumaça” (MAX MILNER, 1982 *apud* PARENTE, 2016).



Fig. 6. Fachada transparente de LED da T-Mobile, em 2003, em Berlim. Crédito: Reprodução T-Mobile.

Modalidade das *media facades*, as projeções nos espaços urbanos têm início no mundo em 2000. Naquele ano, em Frankfurt, na Alemanha, um festival transdisciplinar, organizado na feira *Light + Building*, com o propósito de tornar a cidade, localizada à beira do rio Reno, em um amplo laboratório de abordagens com luz. Esse experimento deu origem, dois anos depois, a *The Luminale – Biennial of Lighting Culture*, contou Helmut Bien, curador e idealizador do evento, ao *Media Architecture Institute*¹³.

¹³ Para saber mais, ver: <<http://bit.ly/334Mxvp>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 30 – idem

Luciana Moherdau

Hoje essas telas urbanas, com projeções temporárias ou *media facades* dispostas por período indeterminado, entre outras estéticas, integram a paisagem na Ásia (Japão, China e Coreia do Sul), na Europa (além da Alemanha, Espanha, França, Holanda, Bélgica, Croácia, Inglaterra, Áustria e Polônia), Américas (Canadá, Estados Unidos, Peru e Brasil), Oceania (Austrália), África e Oriente Médio (Emirados Árabes, Líbia e Arábia Saudita), desde trabalhos de arte, ativismo e marketing (HAEUSLER; TOMITSCH; TSCHERTEU, 2012).

São essas novas configurações que extrapolam os espaços estriados, com fronteiras delimitadas (DELEUZE; GUATTARI, p. 180) de exibição de painéis – de eletrônicos a 3D –, como a *Times Square*, por exemplo, chamada de *Disneyfied* (ou “*disneyficada*”), consumível por toda a família, como em um parque comercial de entretenimento. A *Disneyfication* começou nos anos 1990, quando a companhia Disney abriu uma loja naquela cidade (HAEUSLER, 2009, p. 34-35). Ocorre, porém, que em um mundo cada vez mais intermediado por telas, a *Disneylândia*, característica da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997), foi substituída pela *Disneyworld* (BAUDRILLARD, 1997).

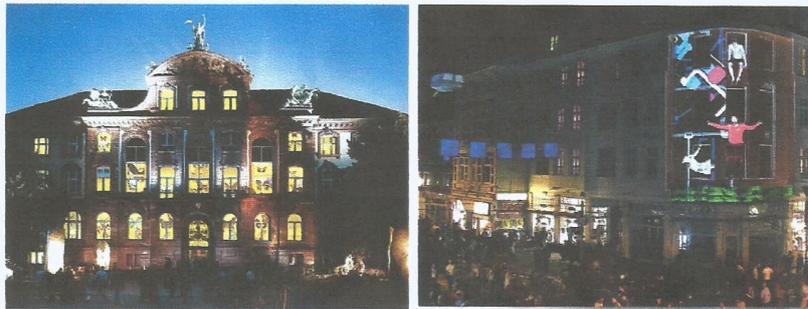


Fig. 7. Projeções em Frankfurt e Bremen (Alemanha) - 2004 e 2007. Crédito: Reprodução HAEUSLER, 2009).

É uma ordem “disnéica”, inserida em uma lógica de tela total, na qual o real se torna o centro das atrações, um parque de diversões. “Não é mais o contágio do espetáculo que altera a realidade, mas a própria realidade é o espetáculo, e o sujeito não é mais espectador alienado e passivo, mas figurante interativo desse imenso reality show” (BAUDRILLARD, 1997, p. 122-124; 145-146). Nesse contexto, o mundo virou “uma performance interativa” (*Ibidem*).

Essa tela total é constituída no espaço de fluxos da cidade informacional, em que a computação e a internet são ubíquas, portanto sem mais dividir o mundo em digital e real, ou conectado e desconectado, “totalmente dependente das telecomunicações” para funcionar, o que Paul Virilio denominou cidade-mundo em *O espaço crítico* (2014). É nesse contexto que se dá a transformação do espaço público clássico no qual se redefine toda uma realidade coletiva, em um universo hi-tech de imediatez das imagens, escreveu o jornalista Paulo Roberto Pires ao apresentar o livro de Virilio. As projeções efêmeras são parte dessa reconfiguração.

Figura 31 – idem

Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras

Mas é preciso, porém, registrar que, embora regradas por leis, normatizadas conforme determinação de cada governo local, as projeções efêmeras operam por meio de estratégias típicas de espaços lisos, sem fronteiras, nomádicos (DELEUZE & GUATTARI, p. 180). Ou seja, há uma tensão constante em suas tratativas para ocupar o espaço urbano, que se manifesta no universo das leis. Por um lado, a Constituição, em seu artigo 5º, garante o livre pensar: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”¹⁴. Por outro, o poder municipal regula desde períodos de exibição a conteúdos. Trata-se de um constante revezamento, em que “o espaço liso não deixa de ser constantemente convertido em espaço estriado, e o espaço estriado é constantemente revertido a um espaço liso. Há misturas e passagens de um para outro, graças a movimentos completamente diferentes” (*Ibidem*).

Essa tensão desafia os avanços tecnológicos. Embora seja razoável concordar que as “tecnologias não são planejadas, elas surgem conforme a cultura evolui” (KALAY, 2004, p. 475) e que “a realidade bastante diversa de nosso tempo caracteriza-se por um permanente estado de transição e, diante das exigências tecnológicas em transformação permanente, jamais chegará um momento em que finalmente as alcançaremos” (CRARY, 2016, p. 46-49), é preciso compreender que, do ponto de vista legislativo, é possível encontrar um equilíbrio nesse descompasso, como será proposto a seguir.

Implicações legais

Nesse contexto de estado permanente de transição está o aparelho celular, que há muito tempo perdeu sua função primeira de fazer e receber chamadas. Em *Distrust that particular flavor* (2012), William Gibson, um dos mais importantes estudiosos sobre a cultura da internet, escreveu: “A rua descobre seus próprios usos para as coisas – usos que nem o mercado imaginava” (p. 157). O autor do termo ciberespaço, nos anos 1980, se referiu às apropriações feitas de dispositivos que alteram suas funções originais.

O celular tornou-se um computador, habilitado para diversas funções, como reproduzir interfaces em superfícies externas, como MotoZ2 Play, da Motorola, e o Quantum V, da Positivo, o primeiro no Brasil com projetor a laser. Porém, ainda não é possível tecnicamente exibir tecnologias como holografia, Realidade Aumentada (RA) e Realidade Virtual (RV) para além do limite de sua tela, a exemplo de jogos (Pokémon GO) e trabalhos de arte (Jeff Koons e Sebastian Errazuriz).

Experimentos têm sido testados por empresas como Samsung (patenteou a tela holográfica em 2018), LG (anunciou uma grande tela dobrável no mesmo ano), Sony (apresentou dispositivo que rastreia movimentos gestuais em 2019), Qualcomm (anunciou um chip para facilitar a RA) e RED (fabricante de câmeras cinematográficas, estuda um celular para ser a primeira máquina holográfica de bolso do mundo). Já é possível, há pelo menos quatro anos, simular uma tela retroprojetora de hologramas por meio do uso de acetato¹⁵.

¹⁴ A íntegra do artigo 5º da Constituição está disponível em: <<http://bit.ly/37sXUAL>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

¹⁵ Para saber mais, ver: <<http://bit.ly/2QUGOpw>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 32 – idem

Luciana Moherdau

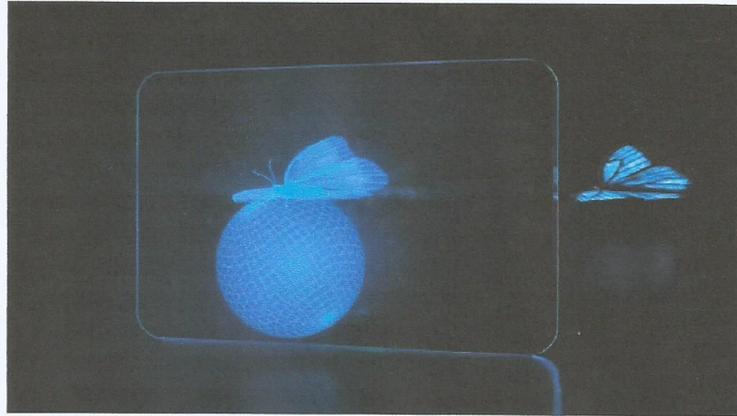


Fig. 8. Reprodução da RED de protótipo de smartphone que simula Realidade Aumentada.

A apropriação do smartphone como reproduzidor de telas efêmeras é um exemplo a ser considerado no que se refere à elaboração de leis face aos avanços tecnológicos. Os testes para novas possibilidades de inserção de camadas de informação no espaço informacional indicam que não tardará a tornarem-se realidade. Ou seja, não se trata de uma tecnologia não planejada ou de uma transformação que não se pode alcançar. Tal exemplo é um alerta aos legisladores. Mas ocorre que os regramentos são elaborados sob demanda, não são planejados de forma a serem aplicados a inovações.

Com um recorte orientado para as projeções, uma das categorias das *media facades*, esse método foi verificado por esta pesquisadora em análise da Lei Cidade Limpa, aprovada no município de São Paulo em 2006. Considerada exemplar, não só no Brasil, mas também no exterior, a lei tem o mérito de reordenar a paisagem urbana paulistana. Um inegável avanço. Mas é preciso ir além. O atual contexto exige uma reflexão acerca de sua atualidade.

Em vigor na capital desde 2007, a norma tem sido frequentemente complementada por resoluções, por não dar conta dos formatos originados mesmo antes de sua concepção, como as *media facades*. As projeções mapeadas ilustram essa dissonância. Em ações isoladas, essas modalidades começam a aparecer na paisagem urbana de São Paulo no fim dos anos 1990 e no início dos anos 2000: “Na calada da noite de domingo, apontava os equipamentos para os prédios vizinhos e observava os resultados”, contou o VJ Alexis Anastasiou em *Mappingfest – Projection Mapping Manifesto* (2007, p. 75).

As projeções começam a ter um planejamento para exposições em espaços públicos em 2004¹⁶, e o primeiro espetáculo foi realizado na capital em 2008, na fachada do Teatro Municipal (ANASTASIOU, 2017, p. 71; 76; 81), um ano após a Lei Cidade Limpa começar a valer. Outro evento de grande porte foi o Vídeo Guerrilha, em 2010. Essa, considerada

¹⁶ São Paulo não é a única localidade brasileira a ter eventos dessa natureza: Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Brasília e Pará, entre outros, também recebem festivais com *mapping*.

Figura 33 – idem

Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras

a primeira grande ação de *mapping*, começou em um prédio da rua Augusta, na região central, ocupado por sem-teto (Ibidem, p. 115).



Fig. 9. Projeção em prédio da rua Augusta, em São Paulo, em 2010. Reprodução: Visualfarm.

Naquelas ocasiões, a regra não contemplava essa estética. Foi preciso anexar uma resolução, e a medida não foi redigida imediatamente. Sua publicação se deu em 2011, mais de uma década após o início dessas iniciativas. A resolução regulamenta especificamente as projeções temporárias (e conteúdos permitidos) de filmes, desenhos, fotos e imagens, em geral em fachadas de edifícios (públicos ou privados), monumentos, pontes, viadutos e demais construções permanentes ou temporárias. Quando visíveis do logradouro público, têm de ser previamente aprovadas pela Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), órgão ligado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano¹⁷.

Esse é um dos casos em que foi necessário elaborar regramento específico para ser aplicado junto com a lei. Outra situação envolveu os painéis de LED dispostos em estabelecimentos comerciais na região central e na Avenida Paulista. Incomuns na época em que a lei foi pensada, o crescimento do uso desse tipo de propaganda motivou outra mudança¹⁸. “Em 2006, era muito caro, ninguém imaginava que iriam quebrar edifício para falar do próprio produto. Se espalhou, conforme foi barateando”, afirmou Regina Monteiro, presidente da CPPU¹⁹.

Embora tenha sido retomada em 2005 pela Prefeitura, a discussão sobre a poluição visual em São Paulo tem origem na década de 1990 (SERVA, 2008, p. 16). Daquele momento em diante, houve muitas tentativas de reordenamento da paisagem urbana, com o objetivo de eliminar a poluição visual da cidade, porém sem incluir a *media architecture* ou as *media facades* em seu projeto final.

Por essa razão e com o intuito de dar início a uma discussão sobre sua atualidade, como evitar que as resoluções se sobreponham à lei – há cerca de 50 –, esta pesquisadora entrevistou Ronaldo Lemos, advogado e especialista em cultura digital; Leão Serva, jornalista e autor do livro *Cidade Limpa – O projeto que mudou a cara de São Paulo* (2008);

¹⁷ A íntegra da Resolução sobre projeções está disponível em: <<http://bit.ly/2QQCLKL>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

¹⁸ A íntegra da resolução sobre painéis eletrônicos está disponível em <<http://bit.ly/2OK1Nc1>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

¹⁹ Para saber mais, ver: <<https://bit.ly/2QjdEgZ>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 34 – idem

Luciana Moherdau

Regina Monteiro, presidente da CPPU; Aloysio Nunes Ferreira, com larga experiência política – foi eleito deputado estadual pelo PMDB em 1982 –, então chefe da Casa Civil da Prefeitura durante a discussão e a aprovação da lei²⁰; e a economista Ana Lobato, com mais de três décadas com atuação no Executivo e no Legislativo federais.

Está previsto no artigo 47 da Lei Cidade Limpa que “novas tecnologias e meios de veiculação de anúncios, bem como projetos diferenciados não previstos nesta lei, serão enquadrados e terão seus parâmetros estabelecidos pela Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU”. O artigo dá segurança à complementaridade da lei para o que não foi previsto à época de sua aprovação. Mas permite reeditar a lei praticamente sem limite algum.

Para dirimir essa ambiguidade, há duas soluções. Uma delas, proposta por Aloysio Nunes e por Ana Lobato é revisar a atual legislação, incluindo regras gerais de orientação e léxico. A norma atual remete a metáforas analógicas, não apenas em relação ao uso publicitário, mas também no que diz respeito ao vocabulário. Há, por exemplo, em seu texto mais de 40 variações do verbo instalar – projeções são exibidas, não são instaladas.

Na opinião da presidente da CPPU, Regina Monteiro, a Cidade Limpa tem instrumentos para atualizá-la: “O que estamos fazendo é uma avaliação de frases com dupla interpretação e verificando aquilo que realmente não precisa, que ficou arcaico. Falamos *banner*, por exemplo. Mas não há como regulamentar uma tecnologia que ainda não existe”. Leão Serva defende que “a CPPU interprete os novos recursos tecnológicos à luz do espírito da lei. Em sua percepção, “não podemos criar novas leis para cada tecnologia que surge. Prefiro interpretar como adequar o direito existente às novas tecnologias”.

A outra, proposta por Ronaldo Lemos, é elaborar uma lei geral de cultura digital que contemple o impacto das Tecnologias de Informação e da Comunicação no espaço urbano. Lemos alerta para a necessidade de refletir sobre a ocupação do espaço urbano: “Imagine quando tivermos drones voando – ou carros autônomos e outras modalidades que podem tornar a Cidade Limpa obsoleta?”. E completa: “Além disso, as ferramentas de realidade aumentada podem tornar o espaço virtual da cidade completamente tomado por propaganda, inclusive mais nociva do que estamos acostumados”.

Sendo assim, as contribuições anteriores levam à compreensão segundo a qual é coerente pensar em uma lei de cultura digital, orientada para as Tecnologias de Informação e de Comunicação do espaço urbano, com regras gerais e vocabulário não obsoleto. Além do que, o debate deste artigo indica a urgência de revisar as leis no país, não apenas a Cidade Limpa, mas a outras, como a que criminaliza hacker ou à que pune vazamentos de informações. Pois, se “as invenções elétricas pareciam apontar para o futuro”, a rede aponta para o presente, como afirmou Lemos: “quem acha que a internet já provocou mudanças demais ainda não viu nada”²¹.

²⁰ Para saber mais sobre a Lei Cidade Limpa, ver: <<http://bit.ly/33v8GmZ>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

²¹ Para saber mais, ver: <<http://bit.ly/37N6Dhm>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 35 – idem

Telas urbanas: do néon às projeções efêmeras

Luciana Moherdau é pós-doutoranda na FAU-USP, onde pesquisa a influência das telas de projeções efêmeras nas cidades contemporâneas. Estuda os impactos da internet no jornalismo. É autora de *Guia de Estilo Web, Produção e Edição de Notícias On-line*, (SENAC, 2000; 2002; 2007) e *Jornalismo sem manchete - A implosão da página estática* (SENAC, 2016).

lucianamoherdau@usp.br

Referências

- ANASTASIOU, A. **Mappingfesto**: projection mapping manifesto. São Paulo: Visualfarm, 2017.
- BAUDRILLARD, J. **Tela total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- BEIGUELMAN, G. **Da cidade interativa às memórias corrompidas**: arte, design e patrimônio histórico na cultura urbana contemporânea. 2016. Tese (Livre Docência em Linguagem e Poéticas Visuais) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/32FMIND>>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- _____. "Arte pós-virtual: criação e agenciamento no tempo da Internet das Coisas e da próxima natureza". In: **Cyber-arte-cultura**: a trama das redes. Seminários Internacionais Museu Vale 2013, Vila Velha, 201. p. 147-171.
- BRIGGS; BURKE. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- CASTELLS, M. **The informational city**. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.
- _____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço. In: **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, 2011, n. 5, p. 8-21. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- CRARY, J. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu, 2016.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 219-226.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs** - Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, v. 5, 2007.
- ECHEVERRÍA, J. **Los señores del aire**: telépolis y el tercer entorno. Barcelona: Destino, 1999.
- GIBSON, W. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2014.
- _____. **Distrust that particular flavor**. EUA: Penguin, 2012.
- HAEUSLER, M. H.; TOMITSCH, M.; TSCHERTEU, G. **New media facades**: a global survey. Alemanha: Avedition, 2012.
- HAEUSLER, M. H. **Media facades**: history, technology, content. Alemanha: Avedition, 2009.
- KALAY, Y. E. **Architecture's new media**: principles, theories, and methods of computer-aided design. EUA: MIT, 2004.
- MANOVICH, L. **The language of new media**. Cambridge: MIT, 2001.

Figura 36 – idem

Luciana Moherdaui

- MCQUIRE, S. Mobility, cosmopolitanism and Public space in the media city. In: **Urban Screens Reader**. Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2009.
- MITCHELL, W. J. **City bits: space, place, and the infobahn**. Cambridge/MA: MIT Press, 1996.
- MÜLLER, R. et al. **AG4 media facades**. Cologne: DAAB, 2006.
- PARENTE, A. Do quase ao pós-cinema: o cinema como efeito. In: SANTAELLA, L. (Org.). **Novas formas do audiovisual**. São Paulo: 2006.
- PUGLISI, P. L. **Hyper Architecture: spaces in the electronic age**. Suíça: Birkhauser, 1999.
- RATTI, C; CLAUDEL, M. **The city of tomorrow: sensors, networks, hackers and the future of urban life**. EUA: Yale University Press, 2016.
- SANTOS, R. E. **A iluminação pública como elemento da paisagem urbana**. 2005. 109 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curitiba, 2005.
- SERVA, L. **Cidade Limpa: o projeto que mudou a cara de São Paulo**. São Paulo: Clio, 2008.
- VIRILIO, P. **Espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- WEISER, M. The computer for the 21st century. **Scientific american**, vol. 265, no. 3, pp. 94–104, 1991.

*Artigo recebido em 30/11/2019
e aprovado em 29/02/2020.*

Fonte: (figuras 19 a 36) Revista Galáxia. Disponível em: <https://bit.ly/2LzPAW5>. Acesso em: outubro de 2020.

Anexo E2, Figura 37 – Ensaio sobre a comprovação da hipótese da pesquisa: *As inéditas projeções de março*, publicado em publicado no Medium, 2020.

As inéditas projeções coletivas de março

Luciana Moherdau*

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2372-0046>

| - FAUUSP

São Paulo (SP), Brasil



Crédito: Reprodução do Instagram

Uma análise das recentes projeções organizadas na capital paulistana indica que é [inédita no Brasil](#) a ação iniciada no último dia 21, intitulada [Movimento Nacional](#). Diferente dos panelaços de 2016, contrários à então presidente Dilma Rousseff, com ações específicas, as manifestações políticas deste ano desfavoráveis a Jair Bolsonaro incluíram também o video mapping coletivo.

Apontei que essa massificação seria realidade no meu [projeto de pós-doutorado](#) aprovado em 2018 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Acertei a popularização, errei o dispositivo. Acreditei que seriam os

Figura 38 – idem

2

smartphones os propulsores dessa mudança paradigmática. Não foram. São os projetores os protagonistas.

Antes restrita, agora contém um [guia de operação](#). Para reproduzir telas indiscriminadamente, basta um computador e um projetor, e não é necessário um software específico. A mensagem pode ser redigida em www.projetemos.com.br.

Essas interfaces que tomaram a paisagem urbana não estão mais relacionadas somente a manifestações políticas e artísticas, envolvem também entretenimento, como cinema e games, informação e saúde, conforme observado no caso do novo coronavírus e da Covid-19.

É verdade que as projeções são uma realidade no país há aproximadamente 20 anos. Mas foi neste ano de 2020 que se espalharam em fachadas e empenas, em diversas localidades, orquestradas no Instagram pelo [Projeção Consolação](#), pelo [Projetemos](#), pelo [Cine Janela](#), pelo [Fortuny.DJ](#) (cuja ideia teve origem em 2012) e pela [Rede Quarentena](#), entre outros perfis. Desses grupos, Projeção Consolação começou em 2019. Os outros quatro iniciaram as atividades diárias em março, embora o Fortuny.DJ tenha planejado em 2012 exibir filmes para a vizinhança.

Anônimos em São Paulo, capital na qual vigora desde 2007 a [Lei Cidade Limpa](#) e que proíbe projeções em fachadas sem autorização prévia, incluídas as manifestações de cunho político, sob pena de multa, os movimentos ganham identidade em cidades de outros estados, como Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), onde não há impedimento legal específico para essas atividades.

Tanto é que, entrevistados pela revista [Piauí](#), integrantes paulistanos do Projeção Consolação falaram sob a condição de anonimato. Eles sabem que há restrições legais para as suas atividades:

“Na cidade de São Paulo, projeções em fachadas são regulamentadas por uma resolução de 2011 da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CCPU), subordinada à secretaria municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura. Pela regra, é necessário pedir

Figura 39 – idem

3

autorização antes de realizá-las. A aprovação é condicionada a certos parâmetros, como horários e dimensões, e a publicidade é proibida. As infrações são punidas com multas — a primeira é de R\$ 10 mil. Os ativistas do Projeção Consolação nunca pediram autorização (e também nunca foram multados)”, explica a reportagem.

Nunca pediram autorização até agora. Mas deveriam fazê-lo, segundo reza a lei.

A resolução de 2011 é clara: “a projeção temporária de filmes, desenhos, fotos e imagens em geral em fachadas de edifícios, monumentos, obras de arte de engenharia e demais construções, permanentes ou temporárias, públicas ou privadas, quando visíveis do logradouro público, deverão ser previamente aprovadas pela presidência da CPPU”.

E continua: “a inobservância do disposto nesta Resolução caracteriza-se como infração, sujeitando-se os responsáveis às penalidades previstas na legislação vigente, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006”. Ocorre, porém, que a CPPU tem aplicado penalidades a partir de denúncias. Não há uma tática elaborada na Prefeitura para vigiar e punir quem protesta ou se manifesta em fachadas ou empenas, em vez do chão, do asfalto.

Exceção se deu em relação à comunicação visual sobre o novo coronavírus e a Covid-19. Restrita a iniciativas de órgãos públicos e “terem o aval, quando couber, da Autoridade de Saúde Municipal, Estadual ou Federal”, uma [Resolução publicada neste mês](#), após o prefeito Bruno Covas (PSDB-SP) declarar estado de emergência na capital paulistana, desobriga autorização prévia da CPPU.

Mas as projeções coletivas de protestos ao governo federal por causa de sua reação negacionista a respeito da emergência imposta pela disseminação do novo coronavírus alteraram essa dinâmica. Em quarentena, a solução dos cidadãos é [usar a janela](#).

Essa modificação impõe refletir a respeito da Lei Cidade Limpa e de suas aplicações. Não estará ela insuficiente diante dessa realidade que se apresenta? Já passa da hora de o

Figura 40 – idem

4

Brasil começar a discutir uma lei geral de cultura digital que contemple o impacto das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs) no espaço urbano.

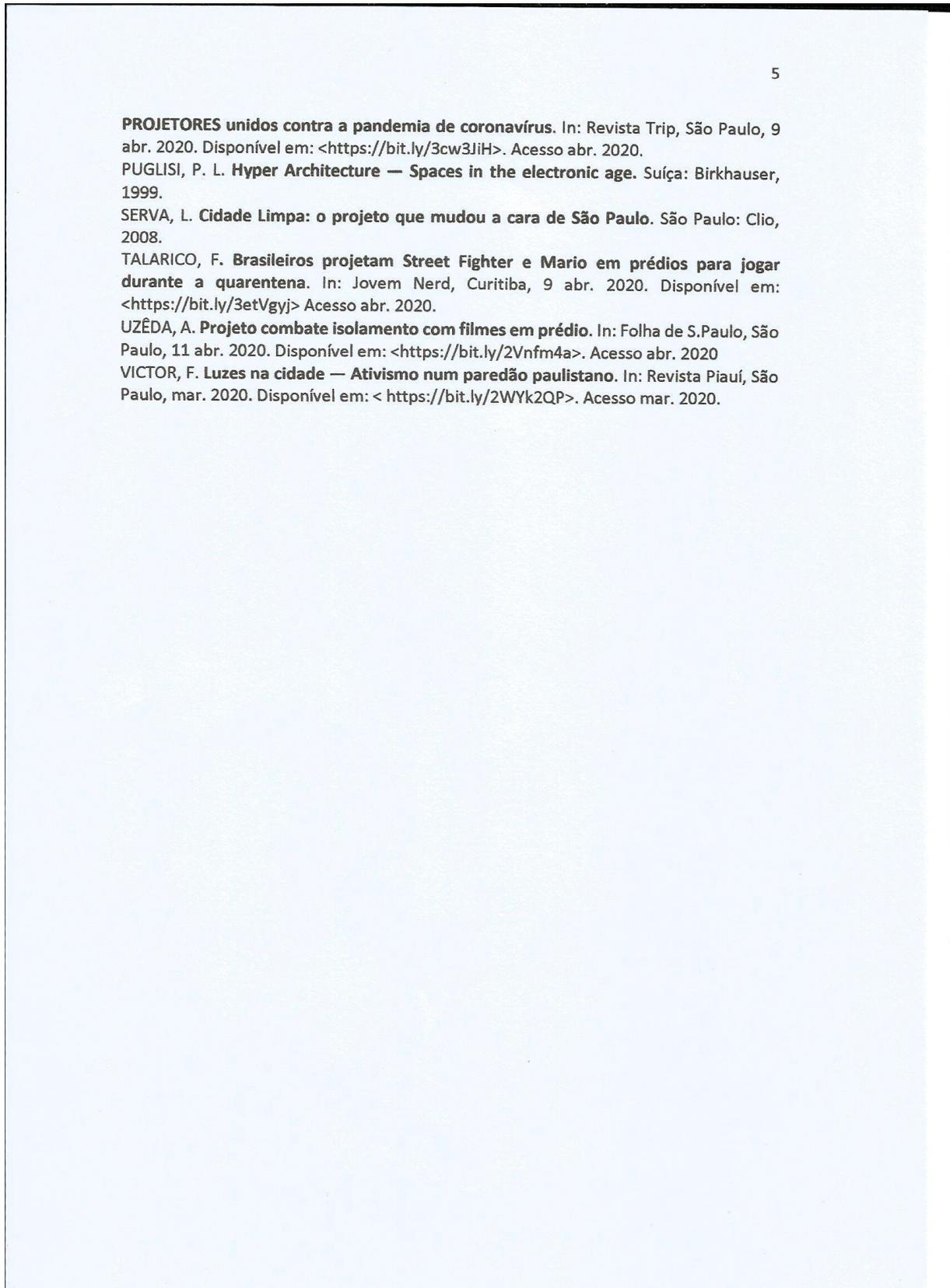
Luciana Moherdau estuda os impactos da internet no jornalismo há cerca de 25 anos. É autora de *Guia de Estilo Web, Produção e Edição de Notícias Online*, (Senac, 2000; 2002; 2007), primeiro do gênero no Brasil, e *Jornalismo sem manchete - A implosão da página estática* (Senac, 2016). Pós-doutoranda na FAU-USP, [pesquisa](#) a influência das telas de projeções efêmeras nas cidades contemporâneas.

lucianamoherdau@usp.br

Referências

- AMANTES** do cinema projetam filmes em prédios em Berlim, na Alemanha. In: Edição das 10h, GloboNews, Rio de Janeiro, 19 abr. 2020. Disponível em <<https://glo.bo/2VOVIP1>>. Acesso abr. 2020.
- ANASTASIOU, A. **Mappingfesto — Projection mapping manifesto**. São Paulo: Visualfarm, 2017.
- ASSIS, T. D. Quem está por trás de meme de Bolsonaro visto em painéis. In: Veja SP, São Paulo, 28 mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2RmPpR6>>. Acesso mar. 2020.
- BEIGUELMAN, G. **Coronavida 2: Estéticas do confinamento projetam desejos de mudança e a revolta**. In: Revista seLecT, São Paulo, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/34nRIIX>> Acesso mar.2020.
- BOERE, N. **'Netflix': Cinéfilo faz sucesso projetando filmes em parede de prédio em Niterói**. In: O Globo, Rio de Janeiro, 8 abr. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/3a1Dqil>>. Acesso abr. 2020.
- EMPENAS** adquirem significados especiais. In: Jornal da Cultura 1, TV Cultura, São Paulo, 21 abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2RZ8xoF>>. Acesso abr. 2020.
- FERRAZ, A. **Projeções viram nova forma de se manifestar**. In: O Estado de S.Paulo, São Paulo, 29 mar. 2020. Disponível em < <https://bit.ly/3aRvEce>>. Acesso mar. 2020.
- FINOTTI, I. **Projeções em prédios ganham espaço em painéis contra Bolsonaro**. In: Folha de S.Paulo, São Paulo, 7 abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ebYTJ4>>. Acesso abr. 2020.
- HAEUSLER, M. H; TOMITSCH, M; TSCHERTEU, G. **New media facades — A global survey**. Alemanha: Avedition, 2012
- HAEUSLER, M. H. **Media facades — History, technology, content**. Alemanha: Avedition, 2009.
- LEMOS, A. **Coronavírus: isolamento digital é um luxo para poucos em um país de miseráveis**. In: Correio da Bahia, Salvador, 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/3e6MPIS>>. Acesso abr. 2020.
- MOREIRA, M. **Projeto transforma janelas em salas de projeção de filmes em Salvador**. In: Correio da Bahia, Salvador, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/2RrJ4nP>>. Acesso abr. 2020.
- MÜLLER, R. et al. **AG4 media facades**. Cologne: DAAB, 2006.

Figura 41 – idem



Fonte: (figuras 37 a 41) Medium. Disponível em: <https://bit.ly/3bsa0eu>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo E3, Figura 42 – Carta de aceite de artigo sobre percurso do estágio pós-doutoral publicado em livro da UFT.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO – OBSERVATÓRIO DE
 PESQUISAS APLICADAS AO JORNALISMO E AO ENSINO

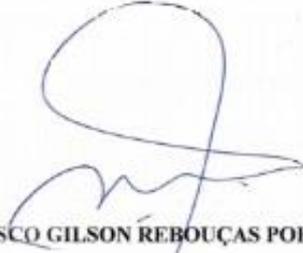
Avenida NS 15, ALCNO 14, Bl. IV, Sl. 207 | 77001-090 | Palmas/TO
 (63) 3232-8122 | www.uft.edu.br | opaje@uft.edu.br



DECLARAÇÃO – OPAJE/UFT

Palmas, 27 de outubro de 2020

Declaramos para os devidos fins que a professora **DRA. LUCIANA MOHERDAUI** teve o artigo intitulado “A importância da interdisciplinaridade na pesquisa” aprovado para publicação na coletânea “Formação de excelência: experiências em supervisão e redes de pesquisa no pós-doutoramento”, organizada pelos professores Gilson Pôrto Jr (UFT) e Vilso Junior Santi (UFRR), que está no prelo e será publicado pela selo da EdUFT.



FRANCISCO GILSON REBOUÇAS PORTO JUNIOR
Professor Doutor Matrícula nº 3030257
 Líder do Grupo de Pesquisa
 Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino - OPAJE

Fonte: E-mail do Professor Gilson Porto. Jr., recebido por luciana.moherdau@gmail.com, em 27 de outubro de 2020.

Anexo E4, Figura 43 – Ensaio com dados que comprovam a hipótese da pesquisa pós-doutoral incluído em bibliografia de curso da Uesb, 2020.



Apresentação da disciplina Seminário Integrador VIII

Fonte: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <https://bit.ly/3hbRevd>. Acesso em: ago. 2020. *Print screen* de tela. Acervo pessoal.

Anexo E5, Figura 44 – Artigo em jornal: *O Congresso Nacional não pode se omitir* publicado com Aloysio Nunes Ferreira na seção de Opinião da Folha de S. Paulo, p. A3, 2019.

O Congresso Nacional não pode se omitir

Compartilhamento de dados pessoais fere a lei

Aloysio Nunes Ferreira e Luciana Moherdaui

Advogado, ex-senador (PSD-SP) e ex-ministro da Justiça (2001-2002, governo FHC)

Jornalista e pós-doutoranda na FAU-USP

É preocupante o decreto assinado pelo governo federal que permite ao Estado compartilhar dados pessoais com órgãos públicos sem informar a sua finalidade ao cidadão, como exige a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Essa megabase será formada por variados cadastros, desde o CPF à folha de pagamento do Programa Bolsa Família, além de dados sensíveis, como a biometria. Não se pode ignorar as eleições municipais de 2020.

A medida contraria a LGPD. O artigo 6º é claro: “a realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos e informados ao titular”, “de acordo com seu contexto” e “limitados ao tratamento necessário”. E o artigo 9º garante ao cidadão ser informado: “se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento

original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.”

Não é o que se verifica no decreto presidencial. Embora aponte, no artigo 3º, que a coleta, o tratamento e o compartilhamento pelo Estado seguirão as diretrizes da LGPD, o documento dá ao controlador dos dados poder decisório sobre o que pode ser distribuído, sob a justificativa de aprimorar a gestão de políticas públicas, conforme o artigo 21, que define as alçadas de um Comitê Central de Governança de Dados.

Nesta *Folha*, em 14 de outubro, o colunista Ronaldo Lemos alertou que o problema pode ser a forma pela qual a medida foi redigida. Essa redação, segundo Lemos, faz com que “o cidadão perca o controle so-

bre onde seus dados vão parar no âmbito federal”. É verdade. Mas o propósito de um decreto, de competência exclusiva do presidente da República, não é burlar a legislação, mas regulamentá-la com objetivo à fiel execução das leis, definido no artigo 84 da Constituição.

Essa contradição leva ainda a outra questão: como garantir que a ampliação do acesso a essa megabase não levará a abusos? Essa é uma das funções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Mas a ANPD perdeu autonomia ao ser vinculada ao Executivo como órgão da administração pública direta, e não indireta como proposto no projeto original.

O Estado não tem o direito de controlar informações pessoais. Por isso, vem em boa hora a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), com tramitação na Câmara, que inclui a proteção de dados entre direitos e garantias fundamentais.

Mas o Congresso Nacional pode fazer mais. Tem atribuição garantida pelo artigo 49 da Carta para “sustar atos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa”, e a gravidade da medida que institui a megabase de dados é um caso que não pode ser ignorado pelo Parlamento. Já somam cinco os projetos protocolados para reverter essa interligação de bases.

O que fará o Congresso?

Fonte: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://bit.ly/2TscFxr>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo E6, Figura 45 – Colaboração no projeto Janelas Desobedientes, desenvolvido por alunos da disciplina de pós-graduação Arte e Design de Interface em Escala Urbana da FAU-USP, 2020.



Fonte: Janelas desobedientes. Disponível em: <https://bit.ly/2YcruHK>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo E7, Figura 46 – Projeto Janelas Desobedientes integra a Bienal de Imagem em Movimento da Argentina.



Figuras 47 e 48 - idem



Fonte. Mirarnos a los ojos. In: Bienal de La Imagen en Movimiento, Buenos Aires, set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2SeAoBc>. Acesso em: out. 2020.

Anexo F, Figura 49 – Lista de participação em reuniões da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), 2019.


CIDADE DE SÃO PAULO
 DESENVOLVIMENTO URBANO

COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA-CPPU/SMDU
LISTA DE PRESENÇA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA
 16/04/2019

NOME LEGÍVEL	PROCESSO	NOME DO INTERESSADO (CONSTANTE DA PAUTA)
Jesus Sabe		Contareis Norte Smpy
Genaldo Carvalho		CANTAREIRA NORTE Smpy
Gabriel Guimarães		Adriana Ramalho
João Paulo		THALES VITORIO
TANIA CINQUINI	DEUSO	
JANAINA PACHECO CORTINAVE	—	—
Luciana Inohedau		✓

Página 1

Anexo G, Figura 51 – Participação em banca de qualificação de Doutorado na FAU-USP, 2019.

Janus - Sistema Administrativo da Pós-Graduação



Universidade de São Paulo

ATA DE QUALIFICACAO

Ata do Exame de Qualificação do(a) Senhor(a) Giovanna Graziosi Casimiro no Programa de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo do(a) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo realizado em 30 de Abril de 2019.

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Examinadora proclama o resultado:

Participantes da Banca	Instituição	Resultado
Giselle Beiguelman (Presidente)	FAU - USP	Aprovado
Maria Cecilia França Lourenço	FAU - USP	Aprovado
Luciana Moherdau	Externo	Aprovado

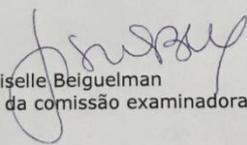
Resultado Final: _____

Eu, (nome) _____ (assinatura) _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores.

São Paulo, 30 de Abril de 2019.


 Maria Cecilia França Lourenço


 Luciana Moherdau


 Giselle Beiguelman
 Presidente da comissão examinadora

Fonte: Janus – Sistema Administrativo de Pós-Graduação da USP. Impresso. Foto: Acervo pessoal.

Anexo H, Figuras 52 e 52a - Grupo de pesquisa LAB OUTROS – Laboratório para Outros Urbanismos, da FAU-USP, 2018.

The image displays two screenshots of the website 'OUTROS – Laboratório para Outros Urbanismos – FAUUSP'.

The top screenshot shows the profile of **LUCIANA MOHERDAUI**. It features a large image with the text "LOST MEMORIES" and a "U S T" logo. Below the image is a bio: "Luciana Moherdau é jornalista, pós-doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP na Linha Pesquisa Processos e Linguagens, na Área de Concentração Design, sob supervisão da professora Giselle Beiguelman. Estuda o impacto das telas de projeções efêmeras projetadas por dispositivos móveis na reconfiguração das cidades contemporâneas. Uma das principais pesquisadoras no Brasil do campo das novas mídias, tem desenvolvido ao longo dos últimos 22 anos diversos trabalhos sobre o impacto da tecnologia na constituição de interfaces na internet que refletem o estado da arte do design informacional. É autora de *Jornalismo sem manchete – A implosão da página estática* (Senac, 2016) e *Guia de Estilo Web – Produção e edição de notícias on-line* (Senac, 2000), primeiro do gênero no Brasil. Integra os grupos Laboratório para OUTROS Urbanismos (FAUUSP) e Comunidata (PUC-SP). Foi bolsista da Capes (modalidade II) e fez parte do Programa Boisa UOL Pesquisa-2008. Entre outros prêmios, venceu o 2º Prêmio de Mídia do Estádio em duas categorias em 1999 [pesquisa e estudante] com o trabalho *Diários Paulistanos na Web* [editado pelo jornal o Estado de S. Paulo]."

The bottom screenshot shows the "QUEM SOMOS?" page. It lists researchers under two categories:

- Pesquisadores USP**
 - Docentes**
 - Ana Castro
 - Joana Mello
 - Giselle Beiguelman
 - Guilherme Wisnik
 - Nílice Aravecchia Botas
 - Renato Cymbalista
 - Pós-graduação**
 - André Dieck
 - Artur Cordero
 - Cássia Hosni
 - Didiana Prata
 - Giovanna Casimiro
 - Laura Sobral
 - Lucas Bambozzi
 - Luciana Moherdau**
 - Nathalia Lavigne
 - Rodrigo Milan Valdes
 - Stephanie Guerra
 - Victor Martins de Aguiar

Fonte: OUTROS – Laboratório para Outros Urbanismos. Disponível em: <https://bit.ly/2Yf2hfH>. Acesso em: ago. 2020. *Print screen* de tela. Acervo pessoal.

Anexo I, Figura 53 – Grupo de pesquisa EMS21 - Estéticas da Memória do século 21, da FAU-USP, 2018.

Gmail - Você foi adicionado ao grupo ems21 https://mail.google.com/mail/u/0?ik=441473c309&view=pt&search=all...

 Luciana Moherdauí <luciana.moherdauí@gmail.com>

Você foi adicionado ao grupo ems21

ems21 <ems21+noreply@googlegroups.com> 21 de setembro de 2018 23:55
 Para: luciana.moherdauí@gmail.com

ems21 Google Groups 

Olá Luciana Moherdauí,
arturvc@usp.br adicionou você ao grupo **ems21**.

Mensagem de arturvc@usp.br

oba Luciana! aqui é Artur, a Giselle pediu pra te adicionar aqui no grupo da EMS21. abraço,

Sobre esse grupo

Grupo de pesquisa CNPQ/FAUJSP Estéticas da Memória no Século 21

Os Grupos do Google permitem que você crie e participe de fóruns on-line e grupos de e-mail com grande experiência em comunidades. Você também pode usar o grupo para compartilhar documentos, imagens, agendas, convites e outros recursos. [Saiba mais](#).

Se você não quer ser membro deste grupo, [cancele a inscrição](#). Se acha que este grupo pode conter spam, [denuncie](#) o grupo por abuso. Para outras informações, consulte nossa [Central de Ajuda](#).

Ver esse grupo

Se não quiser mais ser adicionado a Grupos do Google, [desative o recurso aqui](#).

[Inicie um novo grupo](#). [Acesse a Central de Ajuda](#).

Fonte: Grupo EMS21. Aviso de inclusão no grupo recebido no e-mail luciana.moherdauí@gmail.com em 21 de setembro de 2018.

Anexo I1, Figura 54 – Grupo de pesquisa TELAA - Telas eletrônicas, literatura e artes audiovisuais, do Instituto de Letras da UNB, 2018.

participantes - TELAA <http://telaa.com.br/participantes1.html>

TELAA

PÁGINA INICIAL

QUEM SOMOS

III ENCONTRO ENTRE TELAAS

MAIS...

Participantes

Prof. Dr.ª. Junia Barreto (Coordenadora) - TEL - PósLit/UnB

Prof. Dr. Augusto Rodrigues - TEL - PósLit/UnB

Prof. Dr. Ciro Inácio Marcondes - UCB

Prof. Dr. Daniel Teixeira - TEL/UnB

Gérard Wormser - Revista Sens Public e Coletivo Brasil

Luciana Moherdauj - Jornalista e Pós-doc em Design - FAU/USP

Fernanda Paixão - Doutoranda em Literatura - PósLI/UnB

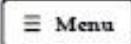
Fonte: TELAA. Disponível em: <https://bit.ly/3kSj2qV>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo I2, Figura 55 – Grupo de pesquisa: ETED - Ética, Tecnologia e Economias Digitais do Instituto de Energia e Meio Ambiente, da USP, 2019.

Lista de aprovados para atividades do segundo semestre de 2019 – Ética, ... <https://eticatecnologia.wordpress.com/2019/08/02/lista-de-aprovados-pa...>

Ética, Tecnologia e Economias Digitais

Grupo de estudos fundado na Universidade de São Paulo em janeiro de 2016.

 Menu

Lista de aprovados para atividades do segundo semestre de 2019

⌘ 2 minutos

Em atendimento ao edital publicado pelo Grupo de Ética, Tecnologia e Economias Digitais do Instituto de Energia e Ambiente (<https://eticatecnologia.wordpress.com/2019/06/27/chamada-publica-para-atividades-do-segundo-semester/>), tomamos pública a lista de aprovados para participação no ciclo de leituras da obra *Re-Engineering Humanity* (<https://eticatecnologia.files.wordpress.com/2019/06/chamada-do-grupo-c389etica-tecnologia-e-economias-digitais-usp-2019.pdf>) no segundo semestre de 2019.

Os critérios de diversidade de gênero orientaram o processo de seleção dos membros, porém não atingiram equilíbrio. Dos 27 participantes, 10 são do gênero feminino e 17 do masculino. 38% dos participantes são de nível Doutor/Doutorado, 26% do nível Mestrado/Mestrando e 36% do nível Graduado/Graduação.

A lista dos selecionados contém nome, instituição de formação/vinculação e área do conhecimento humano.

1. Livia Pazianotto Torres (FD/USP, Direito)
2. Nathalia Sautchuk Patrício (POLI/USP, Engenharia de Computação)
3. Nicolas Figueiredo (IME/USP, Computação Musical)
4. Mariana Mello Henriques (FD/USP, Direito)
5. Gabriela de Oliveira Junqueira (FD/USP, Direito)
6. Ricardo Kozesinski (FEA/USP, Economia)
7. Raquel Rachid (USP, Educação)
8. Paulo Tavares (UFPE, Direito)
9. Luciana Moherdawi (FAU, Comunicação)
10. Leandro Módolo Paschoalotte (Unicamp, Sociologia)
11. Viviane Ceolin Dallasta Del Grossi (FD/USP, Direito)
12. Cesar Solé (POLI/USP, Engenharia/Energia)
13. José Benedito de Abreu e Silva Filho (Univ. Mogi das Cruzes, Direito)
14. Rafael Mott Farah (PUC, Direito)
15. Kahun Bernardo (Casper Líbero, Comunicação)
16. Nuria López (PUC, Neurofilosofia)
17. André Gualtieri de Oliveira (PUC, Filosofia do Direito)
18. Song Wong Park (POLI/USP, Engenharia Química)
19. Rafael Vinícius Mendes Romani (Unicamp, Ética)

1 of 2 19/10/2019 14:19

Fonte: Ética, Tecnologia e Economias Digitais. Disponível em: <https://bit.ly/2DXJBua>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo J, Figura 56 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP: declaração de participação, 2018.

Pró-Reitoria de Pesquisa

 **Universidade de São Paulo**
Brasil

II Encontro de Pós-Doutorandos da USP - participantes

Declaro, para os devidos fins que

Luciana Moherdau participou do **II Encontro de Pós-Doutorandos da USP**,
ocorrido em 18 de outubro de 2018 na cidade de São Paulo/SP, com carga horária de 9
horas.

São Paulo, 26 de outubro de 2018

Prof. Sylvio Canuto

Pró-Reitor de Pesquisa

Documento emitido às 10:59:06 horas do dia 26/10/2018 (hora e data de Brasília).

Código de controle: YGRH-7HSH-W4CE-WVFL

A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kYOPYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo J1, Figura 57 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP: panelista, 2018.

Pró-Reitoria de Pesquisa

 Universidade de São Paulo

II Encontro de Pós-Doutorandos da USP - apresentação de posters

Declaro, para os devidos fins que

o trabalho "Telas urbanas - Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos", de autoria de Luciana Moherdaut, foi apresentado no II Encontro de Pós-Doutorandos da USP, ocorrido dia 18 de outubro de 2018 na Cidade de São Paulo / SP.

São Paulo, 26 de outubro de 2018

Prof. Sylvio Canuto

Pró-Reitor de Pesquisa

Documento emitido às 10:58:19 horas do dia 26/10/2018 (hora e data de Brasília).

Código de controle: FJSH-3XS1-TMK2-7UYG

A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kYOPYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo J2, Figura 58 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP: pôster apresentado no evento, 2018.

TELAS URBANAS

Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos
www.telasurbanas.com.br

LUCIANA MOHERDAUI
Pós-doutoranda

GISELLE BEIGUELMAN
Supervisora

O PROJETO

O objetivo deste projeto é fazer uma reflexão crítica, com aspectos experimentais, sobre como as telas urbanas de projeções efêmeras irão reconfigurar as cidades contemporâneas. Por meio da realidade aumentada, inserem novas camadas de informação no espaço de fluxos. Programam-se e reprogramam-se constantemente e não estão mais limitadas a intervenções de artistas ou ativistas, específicas ou localizadas. (BEIGUELMAN: 2016).

O PONTO DE PARTIDA

Lost Memories (2012), produção em vídeo do francês François Ferracci: a Paris de 2020 é uma cidade administrada por base de dados, na qual a conexão é ubíqua e a interface extrapola as telas dos smartphones. Mas tal abordagem não será completa sem uma análise que ultrapasse a ficção, e o espaço adequado para estudar os efeitos dessa estética é o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, por sua inegável densidade histórica.

MÉTODO

Hoje o Anhangabaú é um espaço de fluxos, ocupado por arte digital, como A ponte do Anhangabaú, do coletivo BijaRi, intervenção realizada em 2013, que dialoga com sua história, além de realidade aumentada, com Pokémon GO, com criaturas capturadas por humanos que lutam entre si. Por isso, mapear o Vale e nele simular em uma interface multimídia a estética de Lost Memories poderá responder que implicações éticas, legais e estéticas surgem a partir das telas de projeções efêmeras.







RESULTADOS ESPERADOS

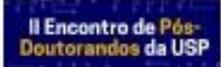
- Analisar as novas relações possíveis entre arquitetura e espaço público em contextos marcados pela presença da abundância de redes e dados em fluxo.
- Estabelecer quais implicações estéticas, éticas e, sobretudo, legais surgem a partir dessa configuração, principalmente relativas à segurança e à vigilância
- Desenvolver um repertório crítico e conceitual, a partir do caso de São Paulo, que forneça subsídios para o desenvolvimento de Interfaces Informacionais para além dos efeitos visuais programados.
- Apontar que ações permitem essas novas intervenções urbanas nesse espaço de fluxos, já que dispositivos móveis autorizam deslocamentos impessoais, como bilhetes de trem ou metrô ou cartões de crédito, porém também com funções de vigilância.
- Verificar e analisar a presença de interfaces informacionais e da mídia arquitetura em cidades marcadas pelo uso massivo de telas urbanas, como, Nova York, Londres, Tóquio e Hong Kong.

Portanto, há que se saber: haverá sobreposição ou inflexão de telas? Haverá limites para projeções? Haverá regulamentações? Haverá um padrão? São perguntas cujas respostas são urgentes e contribuem para entender o funcionamento das cidades contemporâneas.



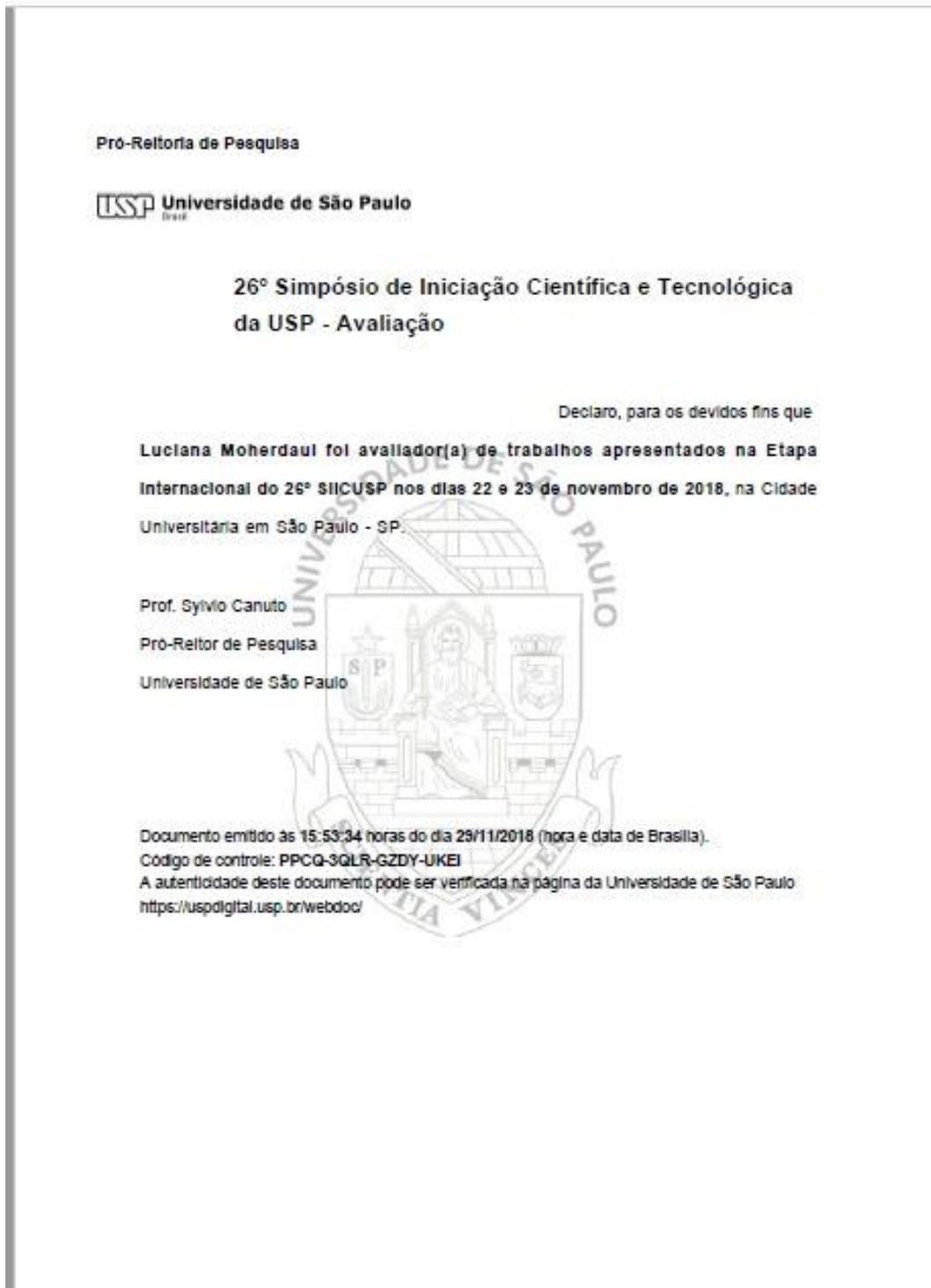
Área de concentração:
DESIGN

Linha de pesquisa:
PROCESSOS E LINGUAGENS



Fonte: MOHERDAUI, Luciana. Telas Urbanas – Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos (Apresentação da pesquisa), 2018. Pôster.

Anexo J3, Figura 59 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP: avaliador do 26° SIICUSP - Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP, 2018.



Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kY0PYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo J4, Figura 60 – II Encontro de Pós-doutorandos da USP: participação no *Workshop Networking & Writing Proposals*, 2018.

Pró-Reitoria de Pesquisa

 **Universidade de São Paulo**
Brasil

**II Encontro de Pós-Doutorandos da USP -
Networking and Writing Proposals**

Declaro, para os devidos fins que

Luclana Moherdau participou da Oficina Networking and Writing Proposals,
ministrada por Ana Paula Magalhães e Cristina Borba em 19 de outubro de 2018
em São Paulo / SP, com carga horária de 08 (oito) horas.

São Paulo, 29 de outubro de 2018.

Prof. Sylvio Canuto

Pró-Reitor de Pesquisa

Documento emitido às 14:54:05 horas do dia 29/10/2018 (hora e data de Brasília).

Código de controle: BYCQ-NKU4-BZFN-DPPP

A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kYOPYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo K, Figura 61 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP: panelista, 2019.

Pró-Reitoria de Pesquisa

 Universidade de São Paulo

3º Encontro de Pós-Doutorandos da USP

Declaro, para os devidos fins que

Luciana Moherdaui apresentou o pôster *Do outdoor as projeções efêmeras: Implicações éticas, estéticas e políticas durante o 3º Encontro de Pós-Doutorandos da USP realizado no dia 6 de novembro de 2019, na cidade de São Paulo/SP.*

Prof. Dr. Sylvio Canuto
Pró-Reitor de Pesquisa
Universidade de São Paulo

Documento emitido às 17:15:55 horas do dia 12/11/2019 (hora e data de Brasília).
Código de controle: 1QAU-2ZQP-RR83-4EEB
A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kYOPYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo K1, Figura 62 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP: pôster apresentado no evento, 2019.

TELAS URBANAS

Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos
www.telasurbanas.com.br

LUCIANA MOHERDAUI
Pós-doutoranda

GISELLE BEIGUELMAN
Supervisora

OBJETIVO

Problematizar as projeções temporárias exibidas por meio de dispositivos móveis no espaço urbano a partir de questões éticas, estéticas e políticas relacionadas à Lei Cidade Limpa, aprovada em 2007 no município de São Paulo.

IMPLICAÇÕES

- > mobilidade
- > impacto na paisagem urbana
- > tempo das projeções
- > infraestrutura
- > custo
- > hackeamento
- > urbanismo de dados
- > revisão legal

QUESTÕES

- > liberdade de expressão x competência do município sobre uso do espaço público
- > limitar espaço para projeções massivas?
- > fim da discussão sobre preservação e proteção de fachadas e do mobiliário urbano?



Projeto de 1971 do Centro Pompidou, em Paris, considerado uma fachada de vidro.



Projeção na Praça Mauá, 2014 (Rio de Janeiro)
Projeto Visualis: Autor: Yul Pinheiro



Projeção na Praça Mauá, 2014 (Rio de Janeiro)
Projeto Visualis: Autor: Valério Benedetti



T-Mobile, Berlin, 2007 (Alemanha). Considerada a primeira grande fachada de vidro transparente do mundo.

CONCLUSÃO

Não se pode negar a importância da Lei Cidade Limpa no reordenamento da paisagem urbana na capital paulistana.

Mas é preciso ir além.

É importante refletir a respeito do processo de regramento legal em relação às mudanças tecnológicas que reconfiguram a interface da cidade, como as fachadas de mídia.

A Lei Cidade Limpa tem sido constantemente emendada por resoluções por não dar conta de novos padrões estéticos.

PROPOSTA

- > revisão da Lei Cidade Limpa, orientada para a cultura digital, com normas gerais
- > convergência de legislação: TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) em toda parte
- > regulação tem de considerar o impacto das TICs no espaço urbano
- > revisão de vocabulário



Área de concentração:
DESIGN

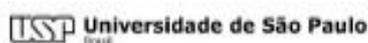
Linha de pesquisa:
PROCESSOS E LINGUAGENS



Fonte: MOHERDAUI, Luciana. *Telas Urbanas – Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos* (Conclusão da pesquisa), 2019. Pôster.

Anexo K2, Figura 63 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP: apresentação em *Flash Talk*, 2019.

Pró-Reitoria de Pesquisa



Apresentação de Flash Talks - 3º Encontro de Pós-Doutorandos da USP

Declaro, para os devidos fins que

Luciana Moherdaul apresentou em formato de Flash Talks o seu trabalho de pesquisa intitulado "Do outdoor às projeções efêmeras: implicações éticas, estéticas e políticas", durante o 3º Encontro de Pós-Doutorandos da USP, realizado no dia 6 de novembro de 2019, na cidade de São Paulo/SP.

Prof. Dr. Sylvio Canuto
Pró-Reitor de Pesquisa
Universidade de São Paulo



Documento emitido às 17:51:48 horas do dia 22/11/2019 (hora e data de Brasília).
Código de controle: PANQHG1Y-7S(U-7SUK
A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kYOPYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo K3, Figura 64 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP: avaliador do 27º SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP, 2019.



27º SIICUSP - Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo

Declaração de Participação

Declaro para os devidos fins que **Luciana Moherdaul** participou como Avaliador(a) na Mostra de Destaques IC/IT do 27º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP - SIICUSP, em 2019.



Prof. Dr. Sylvio Roberto Acololy Canuto
Pró-Reitor de Pesquisa
Universidade de São Paulo

Documento emitido às 16:45:07 horas do dia 14/11/2019 (hora e data de Brasília).

Código de controle: AENU-A1BP-NRPB-LQCE

A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
<http://uspdigital.usp.br/webdoc>

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kY0PYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo K4, Figura 65 – III Encontro de Pós-doutorandos da USP: participação no *Workshop Design Thinking*, 2019.

Pró-Reitoria de Pesquisa

 **Universidade de São Paulo**
Brasil

Workshop Design Thinking

Declaro, para os devidos fins que

Luciana Moherdaul participou do Workshop Design Thinking ministrado por Irene Karagullia Ficheman e Roseli Lopes durante o 3º Encontro de Pós-Doutorandos da USP, no dia 6 de novembro de 2019, com carga horária de 4 horas, na cidade de São Paulo/SP.

Prof. Dr. Sylvio Canuto
Pró-Reitor de Pesquisa
Universidade de São Paulo

Documento emitido às 17:47:36 horas do dia 11/11/2019 (hora e data de Brasília).
Código de controle: 66QA-DIZJ-MDU1-EZG5
A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
<https://uspdigital.usp.br/webdoc/>

Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3kY0PYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo L, Figura 66 – Monitoria na disciplina *Cultura urbana na contemporaneidade*, 2019.

AUH2814 - Cultura Urbana na Contemporaneidade I (2019): Perfil pesso... <https://edisciplinas.usp.br/user/view.php?id=265956&course=68172>

The screenshot displays the user profile for Luciana Moherdau on the e-Disciplinas platform. The navigation menu on the left includes sections for 'Administração', 'Navegação', and 'Início'. The 'Navegação' section is expanded to show the path: Início > Painel > e-Disciplinas > Meus Ambientes > 2019 > FAU > AUH > AUH2814-101-2019 > Participantes > Luciana Moherdau. The user profile card shows a photo of Luciana Moherdau and her name. Below the profile card are three main sections: 'Detalhes do usuário', 'Detalhes do curso', and 'Atividade de login'. The 'Detalhes do usuário' section includes fields for 'Endereço de email' (lucianamoherdau@usp.br), 'País' (Brasil), 'Cidade/Município' (Sao Paulo), and 'Número USP' (10930862). The 'Detalhes do curso' section shows 'Cursos inscritos' (AUH2814 - Cultura Urbana na Contemporaneidade I (2019)) and 'Papéis' (Monitor). The 'Atividade de login' section shows the 'Último acesso ao curso' (segunda, 16 set 2019, 09:22 (52 segundos)).

Detalhes do usuário
 Modificar perfil
 Endereço de email
 lucianamoherdau@usp.br
 País
 Brasil
 Cidade/Município
 Sao Paulo
 Número USP
 10930862

Detalhes do curso
 Cursos inscritos
 AUH2814 - Cultura Urbana na Contemporaneidade I (2019)
 Papéis
 Monitor

Atividade de login
 Último acesso ao curso
 segunda, 16 set 2019, 09:22 (52 segundos)

Fonte: e-Disciplinas, plataforma de ensino da USP. Disponível em: <https://bit.ly/318F7JH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo M, Figura 67 – Aula aberta no evento Encontros AUH, organizado pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, 2019.



Fonte: Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP. Pôster para divulgação distribuído em 28 de junho de 2019. Digital e impresso.

Anexo M1, Figura 68 – Declaração de participação no AUH Encontros, 2019.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Rua do Lago, 670 - Cidade Universitária - 05508-900 - Buzand - São Paulo - SP - Brasil
www.fau.usp.br • fau@usp.br • Caixa Postal: 72000-093/092
+55 11 2601.6796 / 2601.6707

São Paulo, 07 de agosto de 2019.

Prezada Senhora
Luciana Moherdau

Venho agradecer sua valiosa participação no AUH Encontros, ministrando a palestra "Do Outdoor às Projeções: questões éticas, estéticas e políticas", no dia 07 de agosto de 2019, nesta Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Atenciosamente,


Prof. Dra. Beatriz Mugayar Kühl
Chefe do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto



Fonte: Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP. Declaração de participação emitida em 7 de agosto de 2020. Impresso.

Anexo M2, Figura 69 – Apresentação de resultado da pesquisa em seminário no Encontros AUH, organizado pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, 2019.

do outdoor às projeções temporárias:
questões éticas, estéticas e políticas

lucianamoherdai@usp.br
pós-doc  FAUUSP

Figura 70 – idem

lei Cidade Limpa, 2006

lucianamoherdai@usp.br
pós-doc  FAUUSP

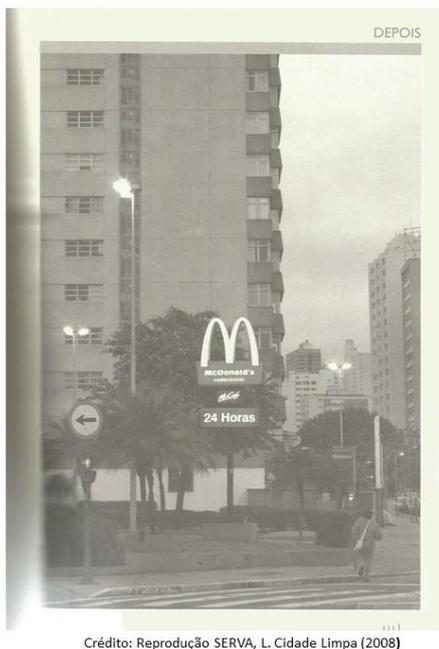
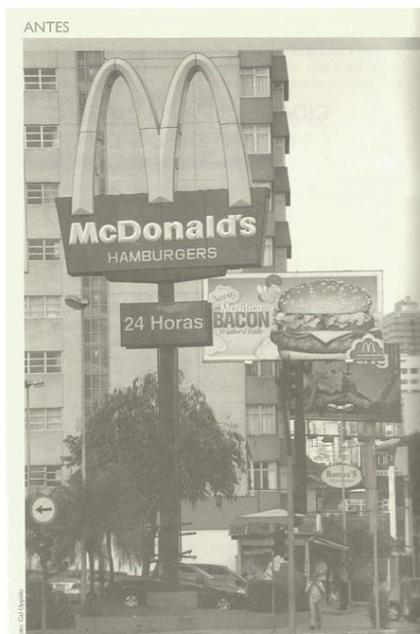
Figura 70a – idem

- aprovada em 2006 por 45 votos a favor e um contrário
- entra em vigor em 2007
- esforço para ordenar a paisagem da cidade
- combate à poluição visual
- batalha contra a publicidade ilegal espalhada por SP

lucianoherdau@usp.br
pós-doc



Figura 71 – idem



lucianoherdau@usp.br
pós-doc



Figura 72 – idem

12 anos depois

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 73 – idem

polêmica do LED

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 74 – idem



Vitrine de LED na loja Marisa da avenida Paulista – Crédito: Estadão (Reprodução do site do jornal, 2018)

Cidade Limpa não regulou o painel eletrônico de publicidade por ser incomum quando foi criada

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 75 – idem

“Em 2006 era muito caro (painel de LED), **ninguém imaginava que iriam quebrar edifício para falar do próprio produto.**”
“Se espalhou conforme foi barateando.”

Regina Monteiro, presidente da CPPU
(Comissão de Proteção à Paisagem Urbana) – Estadão, set. 2018

- **em outubro de 2018**, a CPPU publica no DOU de SP resolução que regulamenta o uso do painel eletrônico

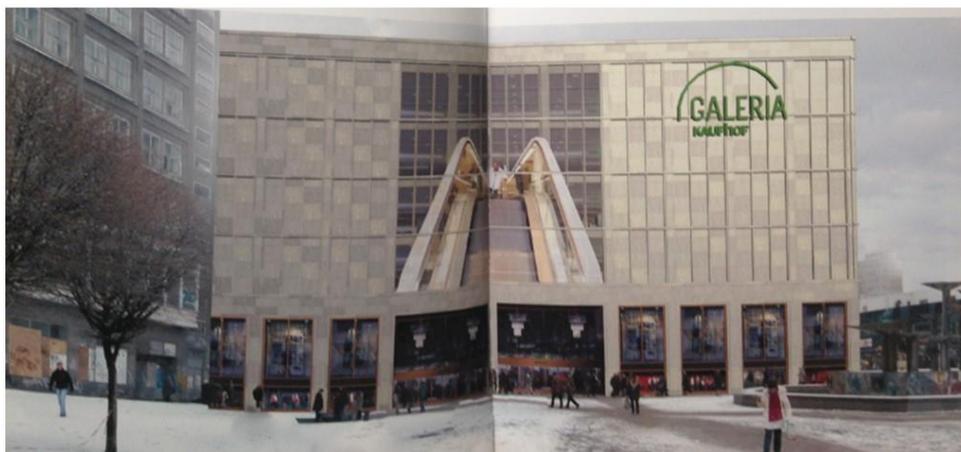
lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 76 – idem

para comparar...

lucianoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 77 – idem



Fachada de
mídia de
galeria em
Berlim, 2005

lucianoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 78 – idem



Crédito: Reprodução AG4 Media Facade: EUA, 2006

Fachada de mídia de galeria em Berlim, 2005

En el marco de una remodelación de su inmueble, Galeria Kaufhof (unos grandes almacenes) de la Alexanderplatz de Berlín planea la integración de una fachada mediática en la nueva fachada de piedra natural. La propuesta de ag4 consiste en una fachada mediática transparente que se instala delante de los grandes escaparates. A diferencia de un panel LED de vídeo tradicional que iba a colocarse a modo de sello delante de la fachada de piedra natural, la fachada mediática se funde con la arquitectura y se ajusta por su tamaño a la normativa urbanística prescrita para la Alexanderplatz.

Con la fachada propuesta por ag4, Galeria Kaufhof puede escenificar mediáticamente su marca comercial en el propio edificio y al mismo tiempo en una concurrida plaza de la ciudad. Además, puede emplearse como gran pasarela para exhibiciones de moda u otros productos. El edificio se pone a la altura de la urbanidad de la Alexanderplatz, transmitiendo en directo desde su fachada eventos importantes, tales como el Campeonato Mundial de Fútbol de 2006. En el discurrir cotidiano, la fachada mediática transparente lleva al exterior lo que sucede en el interior, y unas cámaras proyectan en la fachada la escalera mecánica central de cristal del edificio con su trasiego de gente como suceso autoactivo en directo.

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc



Figura 79 – idem



Crédito: Reprodução AG4 Media Facade: EUA, 2006

T-Mobile, Berlim, 2003

➤ considerada a 1ª fachada de mídia transparente do mundo

➤ LEDs integrados a lâminas em fachada de 300m²

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc



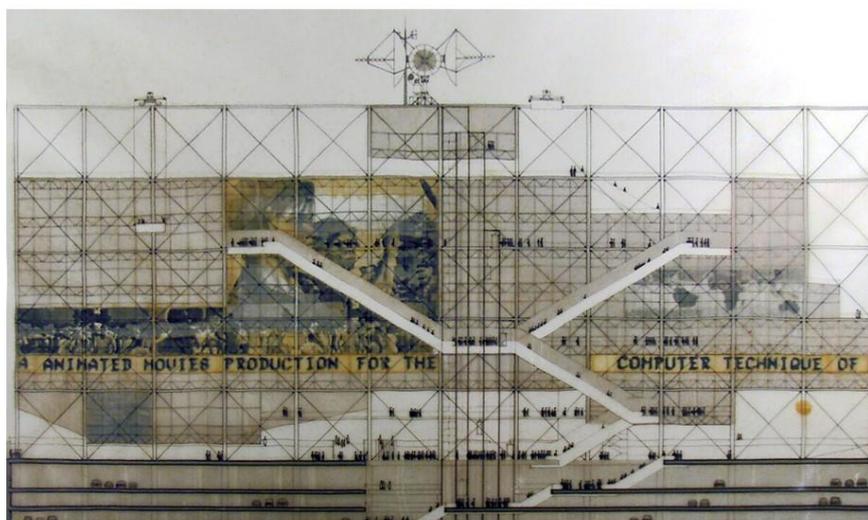
Figura 80 – idem

contexto

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc



Figura 81 – idem



Crédito: Reprodução www.archdaily.com

➤ Projeto de 1971
do Centro Pompidou,
em Paris, considerou
fachada de mídia
(HAEUSLER, 2009)

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc



Figura 82 – idem

Blade Runner (1982) é o precursor da arquitetura de mídia (HAEUSLER, 2009)

- no livro que deu origem ao filme, “Andróides”, de **Philip Dick**, usa **TV em 3D**
- no filme de ficção, **Ridley Scott** inclui **as grandes telas nas fachadas de Los Angeles**



Crédito: Reprodução Blade Runner, 1982

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc
FAUJSP

Figura 83 – idem



Credito: Reprodução Toyo Ito & Associates

Torre dos ventos, Yokohama (1986)

- fora da tela do cinema, projeto do arquiteto japonês Toyo Ito é considerado o **precursor da arquitetura de mídia**

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc
FAUJSP

Figura 84 – idem

projeções temporárias

lucianamherdau@usp.br
pós-doc



Figura 85 – idem



Projeção no museu Senckengerg , Frankfurt (Alemanha) – Crédito: Reprodução HAEUSLER, 2009

Projeção em museu
de história natural,
Frankfurt, 2004

lucianamherdau@usp.br
pós-doc



Figura 86 – idem



Projeção de Richard Gardner, ZeroOne Art Festival, San Jose (EUA) – Crédito: Reprodução HAEUSLER, 2009

Abertura do Festival
ZeroOne Art,
San Jose, 2006

lucianamherdau@usp.br
pós-doc



Figura 87 – idem

embora as projeções mapeadas
tenham iniciado em 2004 em SP,
**é de 2008 (pós-Cidade Limpa) o 1º
espetáculo desse tipo;**

➤ Teatro Municipal

(ANASTASIOU, 2017)



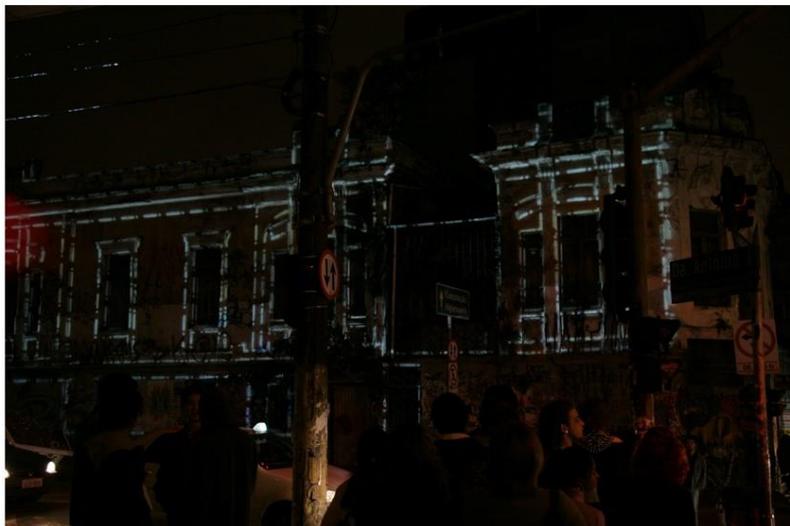
Crédito: Reprodução Mappingfest – Projection Mapping Manifesto (ANASTASIOU, 2017)

lucianamherdau@usp.br
pós-doc



Figura 88 – idem

➤ resolução de 2011



Crédito: Reprodução Flickr da Vídeo Guerrilha

elaborada após a **Vídeo Guerrilha, de 2010**, ação iniciada com projeções em um prédio da Augusta ocupado por sem-teto; a 1ª extensa.

lucianamherdau@usp.br
pós-doc  FAUJSP

Figura 89 – idem

voltando à resolução de 2011...

lucianamherdau@usp.br
pós-doc  FAUJSP

Figura 90 – idem

➤ resolução de 2011

regulamenta especificamente as **projeções temporárias de:**
filmes, desenhos, fotos e **imagens em geral**

onde:

em fachadas de edifícios (públicos ou privados) e monumentos;
quando visíveis do logradouro público têm de ser previamente
aprovados pela CPPU

horário:

entre 19h e 23h

Figura 91 – idem

➤ resolução de 2011

entre as exigências da CPPU estão:

- ❖ Carta com a documentação do projeto, com **cópia digital da projeção**
- ❖ **Autorização** do proprietário do imóvel ou do órgão responsável
- ❖ **Aprovação emitida pela CET**
- ❖ **Infraestrutura:** projetores, geradores e mesa de controle, entre outros
- ❖ Fotos do local proposto, **indicando fachada do imóvel, perímetro e dimensões**

Figura 92 – idem



Projeção de Rafael Marchetti e Rachel Rosalen no Eletronika, em Belo Horizonte (MG), 2015 – Crédito: Rafael Marchetti

Belo Horizonte,
2015lucianamoherdau@usp.br
pós-doc

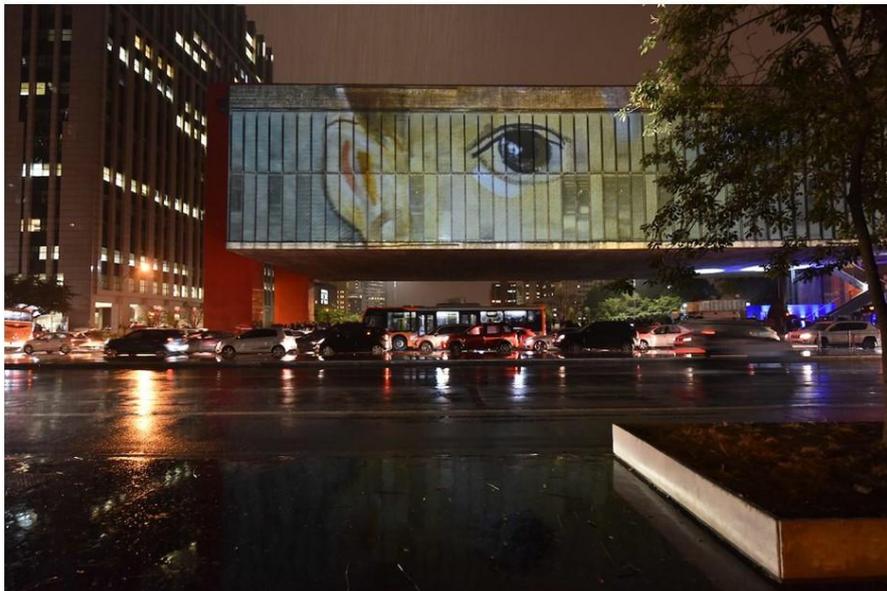
Figura 93 – idem



Projeção de Lucas Bambozzi no Amazônia Mapping em Belém (PA), 2017 – Crédito: Divulgação

Belém,
2017lucianamoherdau@usp.br
pós-doc

Figura 94 – idem



Projeção na fachada do Masp, na avenida Paulista, 2018 – Crédito: VJ Alexis Anastasiou

São Paulo,
2018

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc  FAUUSP

Figura 95 – idem

outras estéticas

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc  FAUUSP

Figura 96 – idem

objetivo principal

- problematizar as **projeções temporárias** no espaço urbano - por meio de smartphones - não restritas a intervenções específicas, como arte e ativismo

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 97 – idem



Crédito: Reprodução Lost Memories, 2012 (Praça Trocadéro, Paris - França)

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 98 – idem



Crédito: Reprodução Google Street View

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 99 – idem



Crédito: Reprodução Lost Memories, 2012 (Praça Trocadéro, Paris - França)

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 100 – idem



Projeção na Praça Mauá, no Projeto Visualismo, Rio de Janeiro (RJ), 2014 – Crédito: Eduardo Magalhães

lucianoherdau@usp.br
pós-doc
FAUUSP

Figura 101 – idem

parece ficção, mas não é....

lucianoherdau@usp.br
pós-doc
FAUUSP

Figura 102 – idem

- embora não seja **AINDA** realidade...
- **Samsung** patenteia tela holográfica (2018)
- **Sony** apresenta dispositivo que rastreia movimentos gestuais (2019)
- **Qualcomm** anuncia chip para facilitar RA em smartphones (2019)
- **RED** lança o que considera a “primeira máquina holográfica do mundo no seu bolso” (2018-2019)
- **Facebook** anuncia que câmera do celular será plataforma em RA; empresa desenvolve sensor para ser possível digitar com a mente (2017)

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 103 – idem



interface do
smartphone
da RED com
display holográfico

Crédito: Reprodução RED

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 104 – idem



Shenzen (China), 2018
LED

há 40 anos, a área
era apenas uma aldeia
de pescadores; virou
um polo tecnológico;

abriga Huawei, WeChat
e a maior fábrica de
drones do planeta (DJI)

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc



Figura 105 – idem



➤ contra crueldade a animais,
holograma em 3D em circo alemão

➤ desde 2018, o circo Roncalli não apresenta
animais vivos; em vez disso, 11 projetores
reproduzem holografia em 360° a espectadores
sentados ao redor da arena

Crédito: BBC, 2019

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc



Figura 106 – idem

não é algo simples de se fazer...

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc
FAUJUSP

Figura 107 – idem



Crédito: Reprodução Flickr Vídeo Guerrilha, 2010

- a CPPU iniciou uma discussão sobre projetor adequado para as intervenções temporárias realizadas em SP, de modo a não impactar a paisagem e prejudicar a mobilidade

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc
FAUJUSP

Figura 108 – idem

um estúdio com fundo preto; uma câmera envia ao projetor imagens capturadas ao vivo



Agigantador de pessoas - Crédito: Reprodução Flickr Vídeo Guerrilha, 2010

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc  FAU USP

Figura 109 – idem

as projeções temporárias **não são preocupação recente:**

- William J. Mitchell (1944-2010), criador do LAB Smart Cities (MIT), propôs em **2005** o que ele chamou de **arquitetura dinâmica** em Picadilly Circus, em Londres: que **cartazes publicitários** tinham de ser **programados para mudar** em diferentes momentos do dia

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc  FAU USP

Figura 110 – idem

implicações

lucianoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 111 – idem

- mobilidade
- impacto na paisagem urbana
- tempo das projeções
- **infraestrutura, técnicas de exibição e conexão (5G)**
- custo
- hackeamento
- urbanismo de dados/vigilância
- **revisão de legislação**

lucianoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 112 – idem

art. 47 da lei 14.223/2006

Art. 47. Novas tecnologias e meios de veiculação de anúncios, bem como projetos diferenciados não previstos nesta lei, serão enquadrados e terão seus parâmetros estabelecidos pela Comissão de Proteção da Paisagem Urbana - CPPU.

➤ a lei tem sido emendada por resoluções

lucianoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 113 – idem

mudança de perspectiva

lucianoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 114 – idem

revisão da lei*

- **orientada para a cultura digital, com normas gerais**
- convergência de legislação: TICs em toda a parte
- regulação deve considerar o impacto das TICs no espaço urbano
- revisão de vocabulário

questões:

- liberdade de expressão x competência da CPPU sobre uso do espaço público
- projeções temporárias ou definitivas?
- limitar espaço para projeções massivas ou aplicar a regra do grafite?
- fim da discussão sobre preservar e proteger fachadas e mobiliário urbano?

(*ANASTASIOU; FERREIRA; LEMOS; LOBATO; MOHERDAUI; MONTEIRO; SERVA, 2019)

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 115 – idem

“Com certeza. Imagine só quando tivermos drones voando no espaço urbano, carros autônomos e várias outras modalidades de ocupação do espaço que podem tornar a Cidade Limpa obsoleta?”

“Além disso, as ferramentas de realidade aumentada podem tornar o espaço virtual da cidade completamente tomado por propaganda, inclusive mais nociva do que o que estávamos acostumados”

Ronaldo Lemos, advogado e um dos mais importantes especialistas em direito digital do país, **ao ser perguntado por esta pesquisadora sobre a atualidade da lei Cidade Limpa**

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 116 – idem

“Não creio. Basta que a CPPU interprete os novos recursos tecnológicos à luz do espírito da lei”

“Como tal, a RA é uma abstração que não fere o espírito da lei. Não podemos criar novas leis para cada tecnologia que surge. prefiro interpretar como adequar o direito existente às novas tecnologias”

Leão Serva, jornalista e autor de “Cidade Limpa – O projeto que mudou a cara de São Paulo (2008)” -, ao ser perguntado por esta pesquisadora sobre a atualidade da lei Cidade Limpa

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 117 – idem

“a rua descobre seus próprios usos para as coisas, usos que nem o mercado imaginava”

William Gibson, 2012
Rocket Radio
(In: Disrupt this particular flavor)

lucianamoherdau@usp.br
pós-doc 

Figura 118 – idem

luciana moherdau
pós-doutoranda

giselle beiguelman
supervisora



Fonte: (figuras 69 a 118) MOHERDAUI, Luciana. *Do outdoor às projeções temporárias: questões éticas, estéticas e políticas*, 2019. 49 slides.

Anexo M3, Figura 119 – Entrevista concedida à TV Cultura sobre a comprovação da hipótese do pós-doutorado, 2020.



Figura 119a – idem



Fonte: Jornal da Cultura. Disponível em <https://bit.ly/2RZ8xoF>. Acesso em: ago 2020. *Print screen* de tela. Acervo pessoal.

Anexo N, Figura 120 – Aula aberta no Lab de Comunicação para Mobilidade da Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), 2019.



Fonte: CMR Aberje. Certificado de participação em aula aberta. Mensagem recebida no e-mail luciana.moherdau@gmail.com em 11 de dezembro de 2019.

Anexo N1, Figura 121 – Slides da aula aberta no Lab de Comunicação para Mobilidade da Aberje, 2019.

o espaço de circulação sumiu...

Luciana moherdaui



Figura 122 – idem

campanha NTT DoComo

- operadora é a primeira adotar medidas educativas contra uso inadequado de smartphones (desde fevereiro de 2012)
- ação no metrô de Tóquio em 2013

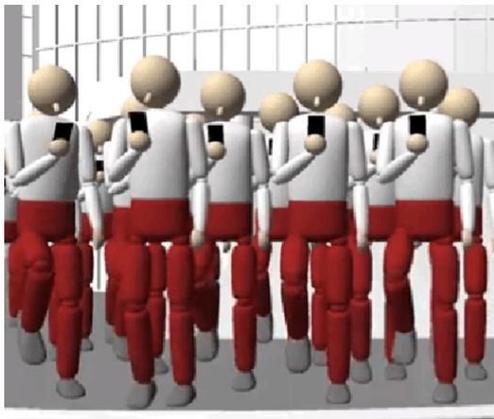


Luciana moherdaui



Figura 123 – idem

DoComo e Universidade de Aichi



Luciana moherdau

➤ simulação mostra **o que acontece quando 1,5 mil pessoas atravessam cruzamento em Shibuya**, um dos mais movimentados de Tóquio, com os olhos grudados no celular

❖ resultado:

- ✓ 547 atravessaram o cruzamento
- ✓ 446 colisões
- ✓ 103 quedas de pedestres
- ✓ 21 smartphones caíram no chão



Figura 124 – idem



Luciana moherdau



Figura 125 – idem

o que fazer?

luciana moherdaui



Figura 126 – idem

reorganização dos espaços
de circulação de pedestres

luciana moherdaui



Figura 127 – idem



Reprodução

luciana moherdau

Chongqing (China), 2014



Reprodução



Figura 128 – idem



Reprodução

luciana moherdau

Washington (EUA), 2015



Reprodução



Figura 129 – idem



Reprodução

Estocolmo (Suécia), 2015

luciana moherdaui



Figura 130 – idem



Reprodução

Hayward (Califórnia), 2015

luciana moherdaui



Figura 131 – idem

sistemas de alerta

luciana moherdaui



Figura 132 – idem



Reprodução

metrô de Hong Kong tem alerta por som desde 2013



luciana moherdaui



Figura 133 – idem



Reprodução

luciana moherdaui

Augsburgo (Alemanha), 2016

luzes vermelhas instaladas nas linhas dos bondes para que os pedestres não precisem olhar para cima



Figura 134 – idem

smartphone zombies

- problema: as pessoas que têm de ver os anúncios passam por eles com os olhos colados nas telas de seus smartphones (e muitos usam também fones de ouvidos)

luciana moherdaui



Figura 135 – idem

➤ solução: interferir na (des)atenção do pedestre

Luciana moherdaui



Figura 136 – idem

Ilsan (Coreia do Sul), 2019

- faixa de pedestres high tech emite luzes coloridas e piscantes e projeta raios laser na rua para alertar pedestres
- sistema usa também radar e visão térmica para detectar a aproximação de carros e pedestres.
- alerta é dado por app: uma mensagem avisa: “Espere, um carro está vindo”



Crosswalk embedded LED light

South Korea's cross walk warning system in action. KICT

Reprodução

Luciana moherdaui



Figura 137 – idem**apps de alertas**

- **type n walk** permite envio de texto enquanto a câmera mostra o que está à frente
- **audio aware** interrompe a música se detectar ruídos ou carros se aproximando

❖ app da Universidade Rutgers (Universidade Estadual de Nova Jérsei) bloqueia a tela quando detecta trânsito

* alerta é dado no GPS ou em sensor de sapato

luciana moherdaui

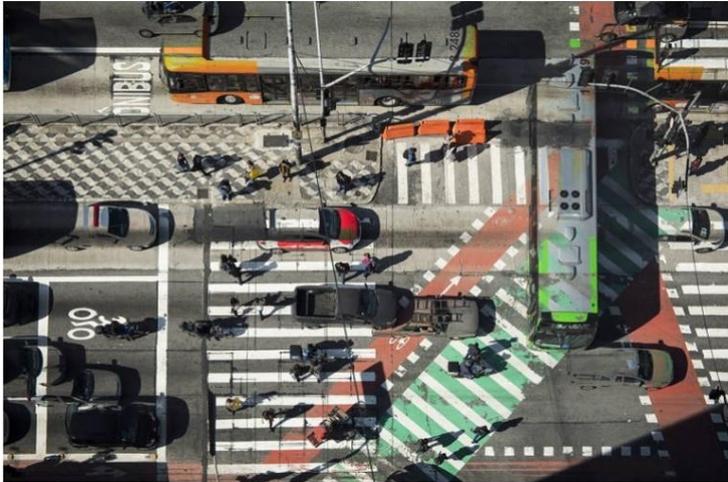
**Figura 138 – idem**

são paulo

luciana moherdaui



Figura 139 – idem



Reprodução: Folha de S.Paulo

luciana moherdau

mais uma faixa?



Figura 140 – idem



Reprodução: Folha de S.Paulo

São Paulo



Reprodução: Folha de S.Paulo



Reprodução: Folha de S.Paulo

luciana moherdau



Figura 141 – idem



Reprodução: Folha de S.Paulo

uso de celular em
ônibus dificulta a
circulação de
passageiros

luciana moherdau



Figura 142 – idem

atitude cidadã - 2015, linha amarela do metrô



Reprodução: campanha da ViaQuatro

luciana moherdau



Figura 143 – idem

segurança ao digitar no celular – 2017
linha amarela do metrô



Reprodução: campanha da ViaQuatro

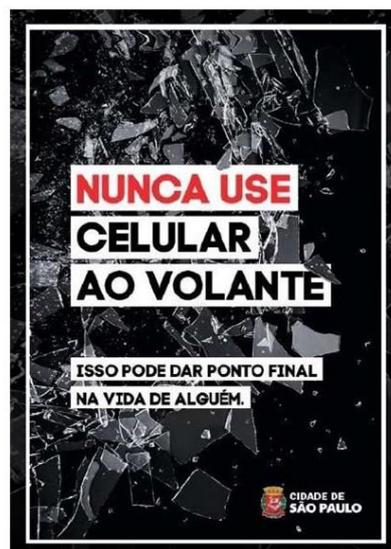
luciana moherdaui



Figura 144 – idem

- difícil mensurar dados em São Paulo, pois não há especificado no BO uso do smartphone como causa de morte ou de acidente
- ação específica para pedestre prevista para 2020, na terceira fase da campanha **Hoje não**

campanha da Prefeitura (junho – 2019)



Divulgação

luciana moherdaui



Figura 145 – idem

- embora tenha aumentado o número de mortes de pedestres causadas por uso do celular, o aparelho não é o fator determinante nos EUA

registro de um pedestre morto em 2015 por digitar mensagem de texto

Table 1: U. S. Pedestrian Fatalities Involving Pedestrian Use of Portable Electronic Devices

Year	Pedestrian Fatalities Involving Pedestrian Use of Portable Electronic Devices	All Pedestrian Fatalities	Percent of Device-Involved Pedestrian Fatalities
2015	12	5,376	0.2%
2014	1	4,910	0.0%
2013	5	4,779	0.1%
2012	5	4,818	0.1%
2011	9	4,457	0.2%
2010	6	4,302	0.1%

Departamento de trânsito de NY

luciana moherdaui



Figura 146 – idem

- a maioria dos acidentes envolveu motoristas, ciclistas e passageiros, em vez de pedestres

	Estimate of Cell Phone-Related Injuries on a Street/Highway	Estimate of All Pedestrian Injuries
2015	2,469	70,000
2014	3,475	65,000
2013	2,812	66,000
2012	2,096	76,000
2011	1,673	69,000
2010	1,731	70,000
2009	1,656	59,000

Departamento de trânsito de NY

luciana moherdaui



Figura 147 – idem

- primeira e segunda fases objetivam reduzir o número de mortes e acidentes no trânsito (mobilização e motociclistas)



luciana moherdaui

Divulgação

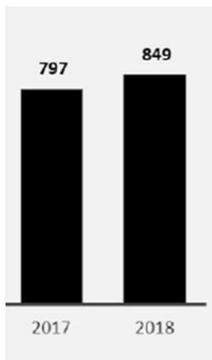


Divulgação



Figura 148 – idem

sobe nº de mortos



luciana moherdaui



Figura 149 – idem

- uso do smartphone aumenta risco de acidente em até 400% (Organização Mundial de Saúde)
- 1 em cada 5 brasileiros admite usar smartphone enquanto dirige (Vigitel, Ministério da Saúde)
- acidentes de trânsito são a 2ª maior causa de mortes por fator externo (Vigitel, Ministério da Saúde)
- acidentes envolvendo celular são a 3ª maior causa de mortes (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, Abramet)

luciana moherdaui



Figura 150 – idem

- motoristas ficam entre 4 e 5 segundos desatentos enquanto manuseiam o celular (Centro de Experimentação e Segurança Viária)
 - ❖ isso equivale a percorrer uma distância de 12 carros enfileirados, com os olhos completamente fechados, se o condutor estiver a uma velocidade de 80 km/h
 - ❖ **responder WhatsApp é ainda mais perigoso:** o tempo gasto pode variar entre 12 e 23 segundos, o equivalente a percorrer uma distância de um campo de futebol com os olhos vendados ou fechados

luciana moherdaui



Figura 151 – idem

há saída?

luciana moherdai



Figura 152 – idem

➤ **educação e tecnologia**

luciana moherdai



Figura 153 – idem

Luciana moherdaui



Fonte: (figuras 121 a 153) MOHERDAUI, Luciana. O espaço de circulação sumiu. 2019. 33 slides.

Anexo O, Figura 154 – Aula aberta no curso de Design Educacional da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), 2010.



Fonte: Intranet da Unifesp. Certificado de aula aberta emitido em 26 de junho de 2020.

Anexo O1, Figura 155 – Slide da aula aberta do curso de Design Educacional da Unifesp, 2020.

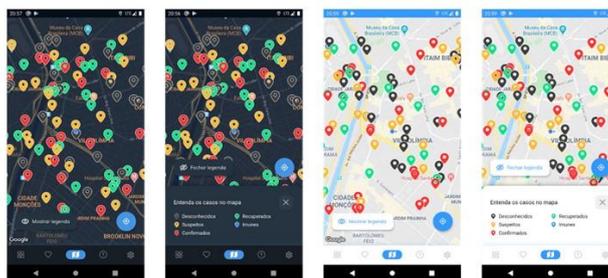
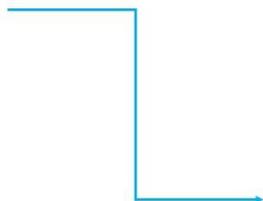
a estética das telas

luciana moherdaui



Figura 156 – idem

internet – 1969
 WWW – 1990
 smartphone/iphone – 2007
 APPS – popularizam-se em 2008



app para mapear casos de Covid-19, desenvolvido pelo engenheiro Manoel Lemos

luciana moherdaui

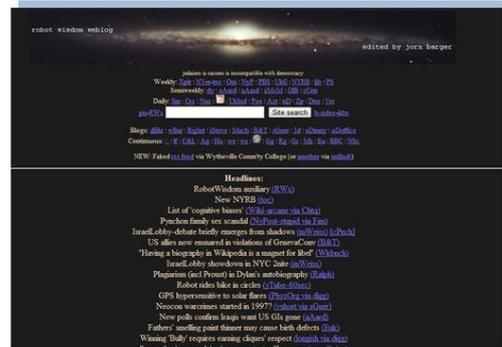


Figura 157 – idem

blogs e sites – 1990

❖ sites começam a surgir no WWW em 1990

❖ o primeiro blog é de 1992, assinado por Tim Berners Lee (inventor do WWW):
“What’s news in 92”



Luciana Moherdaui



Figura 158 – idem

redes sociais – 2004

facebook	twitter	instagram
2004	2006	2010
127 mi - Brasil	30 mi – Brasil	70 mi - Brasil
2.2 bi - mundo	500 mi – mundo	1 bi - mundo

comunicação instantânea

whatsapp -2009
130 mi – Brasil
2 bi – mundo



Luciana Moherdaui



Figura 159 – idem

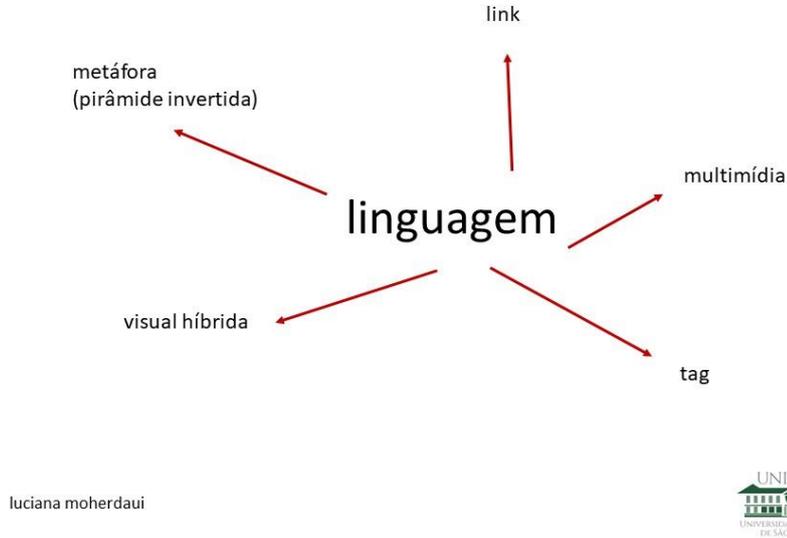


Figura 160 – idem

projeções temporárias - 2020



luciana moherdau



Figura 161 – idem



luciana moherdau



Figura 162 – idem

o usuário de notícias

luciana moherdau



Figura 163 – idem

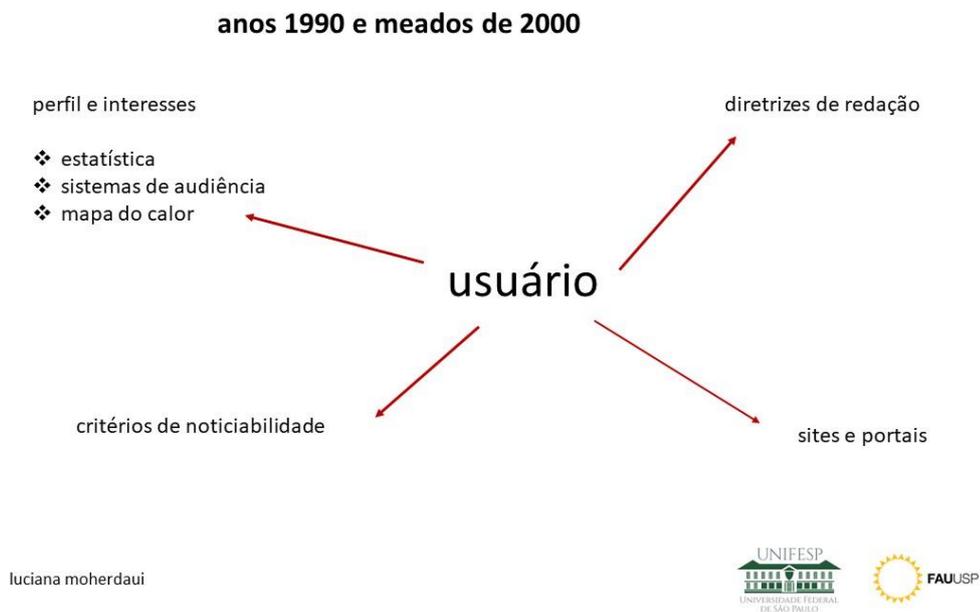


Figura 164 – idem

a composição da página noticiosa

luciana moherdau

Figura 165 – idem



Figura 166 – idem

tag para desenhar

Figura 167 – idem

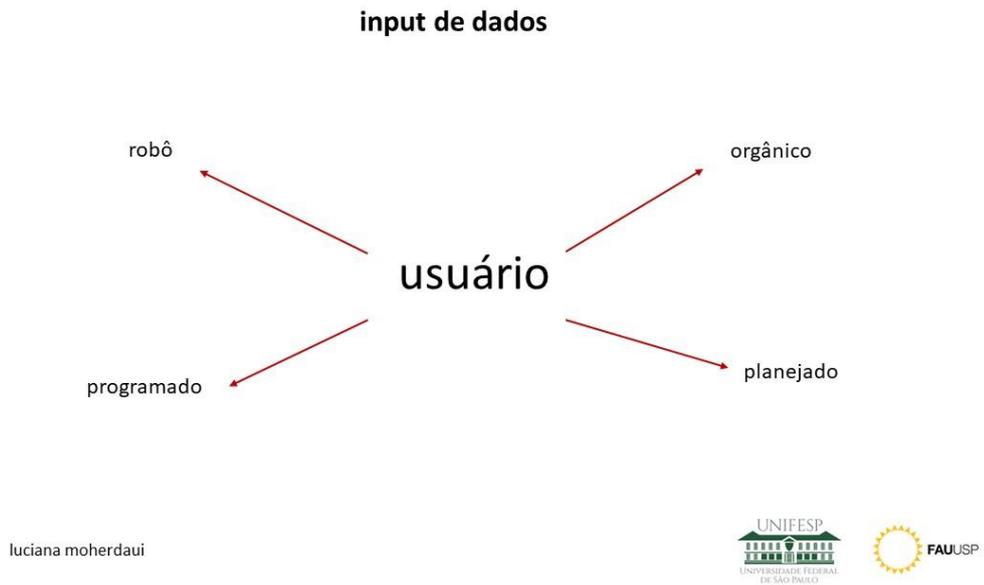


Figura 168 – idem

Trending Topics do Twitter,
Brasil, 31 de maio de 2020

Política - Assunto do Momento	▼
AI-5	
32,1 mil Tweets	
Notícias - Assunto do Momento	▼
#CNNLixo	
27,4 mil Tweets	
Brasil - há 5 horas	
Grupo de Sara Winter protesta com tochas em Brasília	
Política - Assunto do Momento	▼
#Anonymous	
762 mil Tweets	
Assunto do Momento em Brasil	▼
PM de SP	
12,6 mil Tweets	
Política - há 3 horas	
Apoiadores de Bolsonaro fazem ato em Brasília	

luciana moherdaui

Figura 169 – idem



luciana moherdaui



Figura 170– idem

#somos70%
economista Eduardo Moreira

luciana moherdaui



Figura 171 – idem

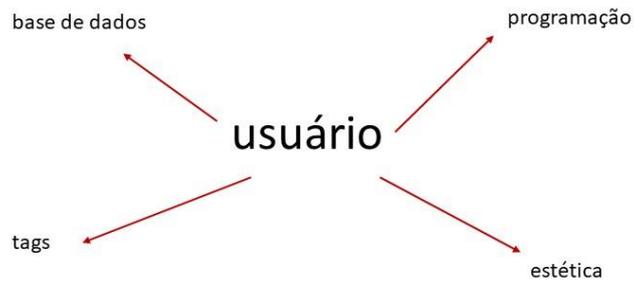
a influência da arte digital

luciana moherdaui



Figura 172 – idem

des (hierarquizar)



luciana moherdaui



Figura 173

Your life
Our Movie

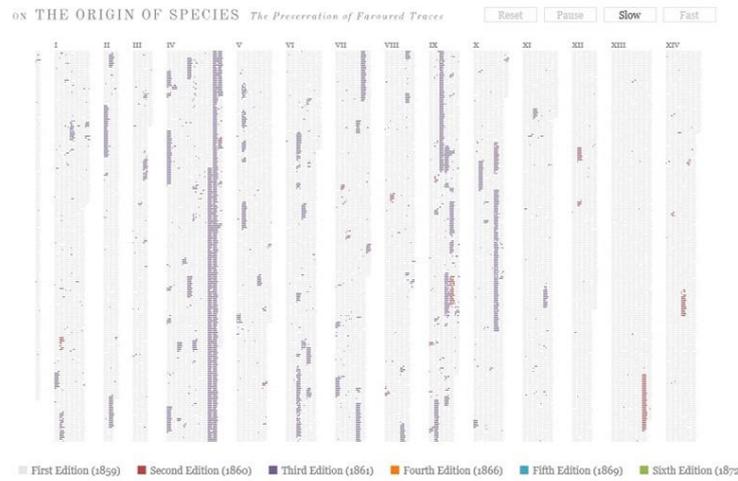
Fernando
Velázquez,
2008



luciana moherdaui



Figura 174 – idem



"The Origin of Species", de Bem Fry, mostra as atualizações feitas nas seis edições do clássico de Charles Darwin, cuja primeira edição foi publicada em 1859.

luciana moherdaui



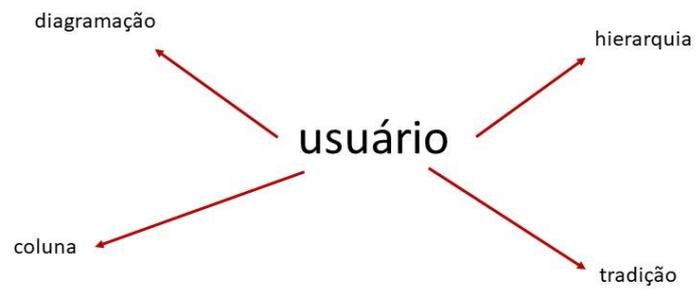
Figura 175– idem

a implosão da página estática

luciana moherdaui



Figura 176 – idem



luciana moherdaui



Figura 177 – idem

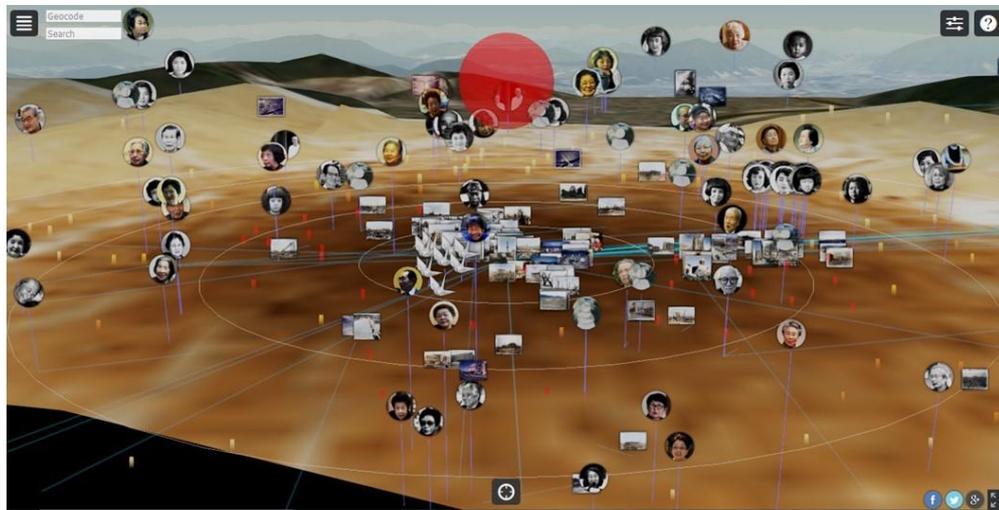
Projeto de reformulação do site do jornal O Globo, 2003



luciana moherdaui



Figura 178 – idem



Hiroshima archive – base de dados colaborativa sobre os 66 anos da bomba de Hiroshima feita na plataforma Google Earth. O resultado é um arquivo em 3D com depoimentos de sobreviventes e dados oficiais,

luciana moherdaui



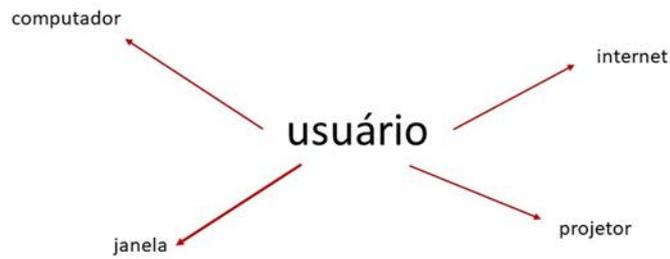
Figura 179 – idem

a informação na empena

luciana moherdaui



Figura 180 – idem



luciana moherdaui



Figura 181 – idem



Figura 182 – idem

pesquisas

- ❖ teste de personalidade
- ❖ análise em tempo real
- ❖ análise por amostragem
- ❖ análise preditiva

luciana moherdaui



Figura 183 – idem

luciana moherdaui



Fonte: (figuras 155 a 183) MOHERDAUI, Luciana. *A estética das telas*. 2020. 29 slides.

Anexo P, Figura 184 – Atividades complementares

Anexo P1, Figura 185– Aprovação em concurso da Unifesp para professor visitante do Departamento de Comunicação Institucional da Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 227, segunda-feira, 25 de novembro de 2019

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

EDITAL

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DOS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DE PROFESSOR VISITANTE

A PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando o que dispõe o 37, inciso IX e 207 da Constituição Federal de 1988, as Leis Federais nº 8.745, de 9/12/1993; nº 9.394, de 20/12/1996, nº 9.784, de 29/01/1999, nº 12.772, de 28/12/2012, com alterações da Lei nº 12.863, de 24/09/2013; nº 13.325, de 29/7/2016; nº 13.656, de 30/4/2018; o Decreto nº 9.739, de 28/3/2019; a Instrução Normativa nº 01, de 27/08/2019, do Ministério da Economia; a Resolução CONSU nº 155, de 12/09/2018, disponível em <http://www.unifesp.br/resolucoes>; a Orientação Normativa SRH/MP nº 5, de 28/10/2009 e a Instrução Normativa nº 01, de 09/09/2019 da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - ProPGPq, disponível em <https://www.unifesp.br/reitoria/proppq/2014-08-29-19-31-24>, resolve:

Homologar o Resultado dos Processos Seletivos Simplificados de Professor Visitante, regulamentados pelos editais abaixo elencados no Edital de Abertura publicado no DOU de 01/10/2019, S. 3, pp. 85 e retificado no DOU de 03/10/2019, S. 3, p. 99.

Edital de Homologação nº	Unidade / Campus	Nº edital/ código da área	Área/Subárea	Nº de vagas	Classificação	Aprovados	Nota
636	Reitoria	562	Mediação de Conflitos/Justiça Restaurativa	01	1º 2º 3º	Carla Maria Zamith Boin Aguiar Cristina Rego de Oliveira Ademir Buitoni	8,85 7,84 7,02
637	Secretaria de Relações Internacionais/Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/Reitoria	563	Relações Internacionais/Cooperação Universitária	02	1º	Vera Raquel Aburesi Salvadori	9,85
638	Departamento de Comunicação Institucional/Reitoria	564	Comunicação Institucional	01	1º 2º 3º	Luciana Moherdaui Lucas Vieira de Araújo Agnes de Sousa Arruda André Rosa de Oliveira	8,81 8,06 7,82 7,81
639	Departamento de Comunicação Institucional/Reitoria	565	Comunicação Institucional/Planejamento	01	1º 2º 3º	Franklin Larnubia Valverde Eduardo Pereira Lima Christine Bahia De Oliveira	8,72 8,60 7,67
640	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC/Reitoria	566	Gênero e Sexualidade/ Saúde Sexual, Sexualidade, Transgêneridades, Políticas de Saúde voltadas à População Transgênero, Saúde Coletiva, Psicologia Médica, Bioética	01	1º 2º 3º 4º 5º	Denise Leite Vieira Patrícia Duarte Rangel Luana Pagano Peres Molina Pablo Perez Navarro Fabiana Mara Estecca	9,03 8,95 7,81 7,73 7,59
641	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC/Reitoria	567	Inovação Tecnológica e Social Multidisciplinar com ênfase em políticas públicas e desenvolvimento econômico e social multidisciplinar /Projetos e práticas de inclusão social	01	1º 2º	Alexandre de Oliveira e Aguiar Barbara Ilze Semensato	9,25 7,00

Os presentes processos seletivos simplificados terão validade de 1 (um) ano a partir de sua publicação, podendo ser prorrogados por igual período de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, e interesse da Administração.

Para o edital 566 da área de Gênero e Sexualidade foi aplicado o Quadro de Vagas x Quantidade Máxima de Candidatos, estabelecidos pelo Anexo II do decreto nº 9739 de 28/03/2019 e Anexo IV do Edital.

A relação de recursos deferidos/indeferidos contra classificação preliminar desses processos seletivos simplificados estará disponível no site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa em: <http://www.unifesp.br/reitoria/proppq/proppq/professor-visitante/editais-2019>.

LIA RITA AZEREDO BITTENCOURT

Fonte: Diário Oficial da União. Resultado final do concurso público divulgado em 25 de novembro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/34cCLel>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo P2, Figura 186 – Posse como professor visitante no Departamento de Comunicação Institucional da Unifesp

EXTRATO DE CONTRATO Nº 357/2020

PROCESSO Nº 23089.114703/2019-13

ESPÉCIE: Contratar de acordo com o contrato de locação de serviços e com base no inciso IV do Art. 2º da Lei nº 8.745, que celebram entre si, a Universidade Federal de São Paulo e LUCIANA MOHERDAUI.

OBJETO: Prestação de serviços como Docente.

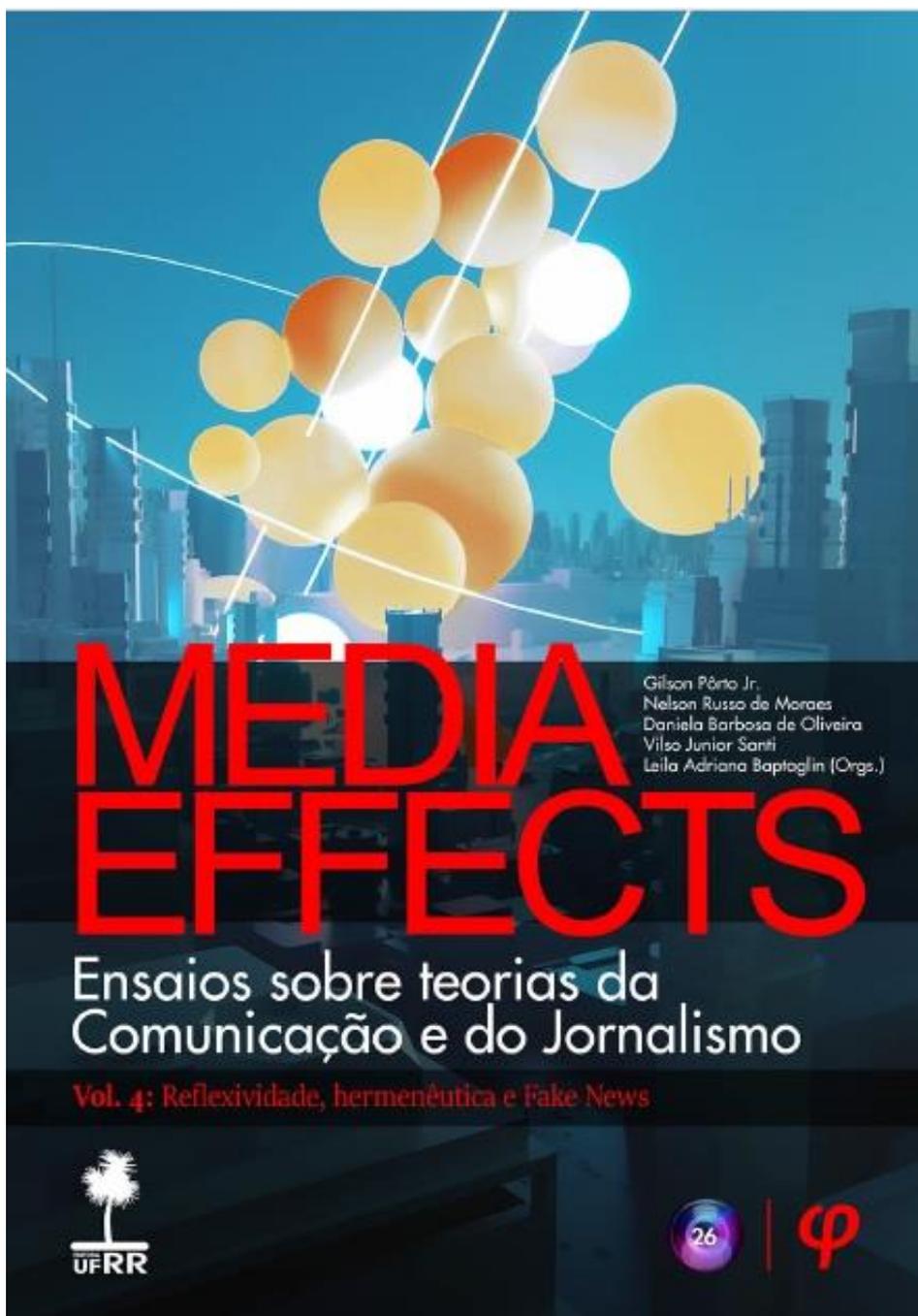
VALOR: A Contratante pagará ao Contratado mensalmente a importância equivalente a remuneração de Professor Visitante, Adjunto, Classe C, Nível I, em regime de 40 horas, reajustável na proporção dos vencimentos dos Docentes da Contratante.

INÍCIO: 13/10/2020

TÉRMINO: 13/10/2021

Fonte: Diário Oficial da União – Sessão 3, nº 196. Extrato de contrato divulgado em 13 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 05302020101300073. Acesso em: dez. 2020.

Anexo P3, Figura 187 – Capa de livro: *Media Effects – Ensaios sobre Teoria da Comunicação e do Jornalismo*, organizado por Gilson Pôrto Jr et al, 2018.



Fonte: Editora Fi. Disponível em: <https://bit.ly/3iPwj1q>. Acesso em: ago. 2020.

Figura 188 – Folha de rosto (verso) de livro: *Media Effects – Ensaio sobre Teoria da Comunicação e do Jornalismo*, organizado por Gilson Pôrto Jr et al, 2018.

Diagramação: Marcelo A. S. Alves
Capa: Lucas Margoni
Arte de capa: Penguin Kao - www.behance.net/penguinkao

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Comunicação, Jornalismo e Educação – 27

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PÓRTO JR., Gilson et al (Orgs.)

Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo, Vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr. et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, Boa Vista: EdUFRR, 2018.

224 p.

ISBN - 978-85-5696-458-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ensaio. 2. Jornalismo. 3. Ética. 4. Comunicação. 5. Cultura. I. Título. II. Série.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

Figura 189 – Sumário de livro: *Media Effects – Ensaio sobre Teoria da Comunicação e do Jornalismo*, organizado por Gilson Pôrto Jr et al, 2018.

Sumário	
Apresentação	13
Leila Adriana Baptaglin	
Prefácio	15
Os organizadores	
Capítulo 1	19
Comunicação e reflexividade	
Lavina Madeira Ribeiro	
Capítulo 2	61
O texto sob as lentes da hermenêutica: afastamentos e aproximações	
Alda C. Costa; Nathan N. Kabuenge; Sergio do E. S. F. Junior; Thaís L. C. Braga	
Capítulo 3	77
Arte urbana e seu poder comunicacional: aproximação das produções artísticas de Roraima/Brasil e Venezuela	
Leila Adriana Baptaglin; Norah Shallymar Gamboa Vela	
Capítulo 4	105
A verdade está nublada	
Luciana Moherdaui	
Capítulo 5	131
A teoria do efeito da terceira pessoa no compartilhamento de fake news	
Carlos Oliveira Santos; João Kwanha Xerente	
Capítulo 6	147
A fake news no caso marielle franco e a cobertura online do jornal do Tocantins	
Cleide das G. V. dos Santos; Ruy Alberto P. Bucar; Francisco Gilson R. P. Júnior	
Capítulo 7	175
O enquadramento da morte da vereadora Marielle Franco nas coberturas de Veja e Carta Capital	
Janaina C. Rodrigues; Maria L. A. S. Gomes; Cynthia M. Miranda; Amanda M. P. Leite	
Capítulo 8	201
Caso de Marielle Franco: impacto do efeito da terceira pessoa a partir de uma fake news	
Janaina V. da Silva; Glês C. do Nascimento; Liliam Deisy Ghizoni; Liana Vidigal	

Capítulo 4

A verdade está nublada

Luciana Moherdauí

Introdução

“O pior é que o oposto da verdade, ou seja, a mentira nua e crua, esta não escapa ao jornalismo. A mentira de imprensa é tão antiga quanto a imprensa”, escreveu Eugênio Bucci, jornalista e professor da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo (ECA-USP), no artigo *Pós-política e corrosão da verdade*, que integra o Dossiê USP Pós-Verdade e Jornalismo (2018)².

Tem razão o professor Bucci. Tobias Peucer, considerado um dos precursores da teoria do jornalismo, já indicava, em 1690, quando defendeu sua tese doutoral na Universidade de Leipzig, na Alemanha, o falso como um componente da noticiabilidade na imprensa tradicional. Sua pesquisa sobre “relações e relatos sobre novidades”, realizada no século XVII, ocorreu em um período de florescimento dos jornais pelas seguintes razões: 1) desenvolvimento da tipografia (1540); 2) expansão da indústria do

¹ Jornalista, é pós-doutoranda na FAU-USP com a pesquisa *Telas Urbanas - Uma contribuição para a arquitetura reconfigurar o espaço de fluxos* <<https://bit.ly/2NBPrQy>>. Escreveu *Guia de Estilo Web, Produção e Edição de Notícias On-line*, (Senac, 2000), primeiro do gênero no Brasil, e *Jornalismo sem manchete - A implosão da página estática* (Senac, 2016). Foi bolsista do UOL Pesquisa (2008), participou da criação do iG e do Último Segundo (2000) e venceu dois Prêmios de Mídia do Estadão (1999). E-mail: luciana.moherdau@gmail.com.

² A íntegra do Dossiê USP Pós-Verdade e Jornalismo está disponível em: <<https://bit.ly/2Lbenlt>>. Acesso em jul. 2018.

Figura 191 – idem

106 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

papel; 3) interesse de negociantes nas notícias como mercadorias lucrativas; e 4) necessidade noticiário econômico e o aumento do fluxo de informações (SOUZA: 2004).

Naquele período, o pesquisador alemão, notava que faltava à imprensa homogeneidade. A falsificação da verdade, percebeu, integrava a rotina produtiva dos jornais. Sua configuração reunia notícias sobre pessoas importantes (reis ou aristocratas), crimes, catástrofes e batalhas, entre outros: “(...) Muitas das notícias publicadas eram descarada e totalmente falsas, abusando da credulidade de uma população pouco instruída, supersticiosa e profundamente religiosa” (IBIDEM).

E a mentira atravessou o século XVII: “(...) Quando olhamos os jornais da virada do século XVIII para o século XIX na Europa e nos Estados Unidos, vemos um festival de calúnias e xingamentos sem nenhum compromisso com o equilíbrio, a ponderação e a objetividade” (BUCCI: 2018). Ou seja, a mentira faz parte da democracia: “(...) Os diários que conquistaram na prática a liberdade de imprensa primavam pela violência da linguagem e mentiam à vontade” (IBIDEM).

Mesmo com a melhora da qualidade do jornalismo e com a missão de entregar a verdade ao leitor, os séculos seguintes também foram marcados pela publicação de inverdades na imprensa tradicional, intencionalmente ou não, por parte de fontes e governos.

No Brasil, na metade da década de 1990, o caso mais grave foi o da Escola Base, em São Paulo. Localizado em um bairro de classe média alta na capital paulista, o colégio foi envolto em um escândalo sexual: seus proprietários foram acusados de abusar de garotas de quatro anos de idade.

Feita por pais e confirmadas pelas crianças e pelo delegado que estava à frente do caso na época, a denúncia, amplamente divulgada pela imprensa tradicional – jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão -, mais tarde se revelou inverídica: o avanço das investigações não comprovou a materialidade das suspeitas. Mas era

Figura 192 – idem

Luciana Moherdau | 107

tarde, o estrago já havia sido feito, com proporções irrecuperáveis: a escola foi fechada e os seus donos chegaram a ser presos³.

Outro fato de grande repercussão foi a campanha de invenções para os Estados Unidos invadirem o Iraque, em 2003, na época governado por George W. Bush. Anos depois, foi confirmado que a acusação era uma fraude. Conta Bucci (2018):

“(...) Manchetes mentirosas – orientadas, toleradas ou induzidas pelo Pentágono – davam conta de que o ditador do Iraque, Saddam Hussein, fabricava armas químicas de destruição em massa. Jornais de boa reputação e de altas tiragens deram destaque para essa história, o que ajudou a convencer a opinião pública que era acertada a decisão de enviar tropas lideradas pelos Estados Unidos, com o apoio entusiástico de Tony Blair, primeiro-ministro britânico, para invadirem o Iraque”.

A construção noticiosa para justificar a invasão do Iraque, retratada anteriormente, é um de vários exemplos da atualidade que indicam a falsificação da verdade na imprensa tradicional, sem origem direta nas redes sociais. Cabe aqui registrar que o relato que envolveu a Escola Base e a guerra capitaneada pelo governo George W. Bush contra o Iraque são anteriores às criações de Facebook (2004), Twitter (2006) e WhatsApp (2009), que atualmente estão no epicentro das discussões envolvendo as notícias falsas.

Muito criticadas por não controlar as informações que circulam em suas plataformas e por, muitas vezes, permitir publicações de inverdades, tratadas também como opinião, como a recente polêmica envolvendo o Holocausto – Mark Zuckerberg, dono do Facebook, defendeu em entrevista do site *Recode* a manutenção de postagens que negam o genocídio em massa de milhares de judeus no século XX⁴ –, as redes sociais e os aplicativos de comunicação instantânea dissociam-se dos veículos de mídia tradicional por não seguirem

³ Para saber mais sobre o caso da Escola Base, ver: <<https://bit.ly/2NBPrQy>>. Acesso em ago. 2018.

⁴ A íntegra da entrevista e sua repercussão estão disponíveis em: <<https://bit.ly/2NrJegS>> e <<https://bit.ly/zzTKxwD>>. Acesso em jul. 2018.

Figura 193 – idem

108 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

critérios editoriais e, conseqüentemente, amplificarem exponencialmente conteúdos considerados falsos.

Exemplo disso é a eleição americana de 2016. Fortemente influenciada por notícias falsas disseminadas principalmente no Facebook, a campanha que elegeu Donald Trump à presidência dos Estados Unidos é alvo de investigação por suposta colaboração de agentes russos na produção e na distribuição de conteúdo elaborado para afetar o eleitor. A mais famosa entre elas foi o apoio do Papa Francisco a Trump. A falsa informação foi desmentida não só pela internet, mas também pela imprensa tradicional, mas é ainda impossível mensurar o alcance e a eficácia da correção.

Na imprensa tradicional, dificilmente uma inverdade como essa teria a perenidade que a internet lhe confere. A mídia opera por uma série de critérios, com mecanismos de correção incluídos e direito de resposta legalmente constituído, ao contrário do que ocorre nas plataformas sociais, mesmo com estratégias como parcerias com agências de checagens. Essas regras da imprensa tradicional e das redes, por exemplo, não podem ser auferida no WhatsApp, pois o aplicativo não foi constituído para essa finalidade. É inexequível rastrear seu tráfego informativo.

Mas há uma questão para além das notícias falsas que também merece reflexão: o viés. Embora as eleições americanas de 2016 tenham incluído o falso no centro do debate em todo o mundo, em vários campos do saber, o viés (angulação, abordagem ou recorte) escolhido por um meio de comunicação para uma reportagem pode levar à falsificação da verdade.

Elemento do *gatekeeper*, do *newsmaking* e do *agenda-setting*, o viés é um importante orientador da construção noticiosa, junto à seleção de conteúdo a ser publicado e a seus processos produtivos, como os critérios de noticiabilidade – a saber: atualidade, fatos históricos, notícias negativas, como catástrofes ou corrupção, ou sobre celebridades e temas insólitos, entre outros assuntos de interesse do leitor. *Newsmaking*, *gatekeeper* e *agenda-setting* serão detalhados mais adiante.

Figura 194 – idem

Luciana Moherdau | 109

Foi o viés que levou a revista *Time* a publicar, em sua versão impressa, polêmica capa em 21 de junho de 2018. A foto de uma menina hondurenha chorando diante do presidente Trump levantou a questão do relato falso, pois a imagem ilustra reportagem que abordou a separação de pais e filhos detidos na fronteira do México quando tentavam entrar ilegalmente nos Estados Unidos, resultado da política migratória americana contra os imigrantes. Ocorre, porém, que a pequena Yanela não foi separada dos pais como sugere a publicação.

No mesmo dia, à noite, uma entrevista do pai ao jornal *The Washington Post* e à agência de notícias *Reuters* recolocou a verdade em seu lugar. Yanela e sua mãe, Sandra Sánchez, foram detidas juntas na divisa de McAllen (Texas), contou Denis Javier Valera Hernández.

Construções noticiosas como as relatadas anteriormente contribuem para confundir ainda mais o leitor, já exposto a um imenso volume de informações com checagem duvidosa, em redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea, a respeito da veracidade dos fatos divulgados pela imprensa tradicional, o que o leva a questionar sua credibilidade.

Nesse sentido, o *Digital News Report 2018* é revelador: a pesquisa do Reuters Institute feita com 74 mil pessoas em 37 países indicou que o jornalismo de má qualidade (42%) ocupa o primeiro lugar no ranking de desinformação. Em seguida estão: textos com fatos distorcidos (39%), manchetes com aspectos de notícias, mas que são, na realidade, anúncios (34%), uso do termo *fake news* para desacreditar a mídia (31%), matérias elaboradas por razões comerciais ou políticas (26%) e sátira (23%)⁵.

Porque, como explicou Pablo Ortellado, professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), em

⁵ A pesquisa completa do Reuters Institute está disponível em: <<https://bit.ly/2NCgJag>>. Acesso em jul. 2018.

Figura 195 – idem

110 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, em 26 de julho passado, “a não ser em casos muito explícitos, a linha entre notícia falsa e tendenciosa não é tão clara”⁶. É essa a zona cinzenta mencionada por Ortellado que será abordada nas seguintes páginas.

A construção da notícia⁷

O jornalismo é, por definição, “a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias, ou que comentam os fatos do momento. O jornalista é quem está envolvido nesse processo (KUNCZIK: 1998, p. 16). Juarez Bahia, um dos mais importantes pesquisadores da área de comunicação, definiu notícia como “o modo pelo qual o jornalismo registra e leva os fatos ao conhecimento do público. Notícia é sinônimo de acontecimento, matéria, dado, verdade, mentira, certeza, dúvida, jornalismo, informação, comunicação” (1990, p. 35).

É de Bahia a famosa afirmação: “Toda notícia é uma informação, mas nem toda informação é uma notícia”. Outro estudioso de igual importância, Nilson Lage, afirma que notícia é contar uma história: “um modo corrente de transmissão da experiência – isto é, a articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou” (LAGE: 2001, p. 49).

Ao contrário do pressuposto na Teoria do Espelho - as notícias são um reflexo da realidade -, a construção da notícia passa por um processo que envolve o *newsmaking*, o *gatekeeper* e o *agenda-setting*: a notícia é a construção social de uma suposta realidade, na qual as informações a serem publicadas são filtradas a partir de critérios de noticiabilidade.

O *newsmaking* compõe os critérios que irão definir o que é notícia e orientar a hierarquia e a diagramação na página de um

⁶ A íntegra da entrevista está disponível em: <<https://bit.ly/2mNg75X>>. Acesso em jul. 2018.

⁷ Esse tópico foi extraído do e-book editado pelo Senac-SP *Jornalismo sem manchete – A implosão da página estática* (MOHERDAUI: 2016).

Figura 196 – idem

Luciana Moherdau | 111

jornal (nas versões impressa e digital) ou nas chamadas de rádio e tevê. O *gatekeeper* selecionará quais serão noticiadas pela imprensa. O *agenda-setting* lista o que é considerado interesse do público.

A reflexão sobre o jornalismo é tradicional nos Estados Unidos desde o século XIX, embora tenha se intensificado principalmente após o célebre livro *Public Opinion*, de Walter Lippmann, publicado em 1922. Entre 1928 e 1930, o sociólogo Otto Groth lançou em quatro volumes a obra *Die Zeitung* (O Jornal), resultado de um estudo iniciado em 1910 sobre a compreensão do jornalismo e suas implicações com a sociedade. A teoria de Groth baseia-se em atualidade, universalidade, periodicidade e difusão.

No início do século XIX, o jornalismo passou a ser o quarto poder e se confundiu com democracia. Para o escritor Alexis de Tocqueville, a soberania dos povos e a liberdade de imprensa são inseparáveis. A teoria democrática aponta que o jornalismo deve atuar vigiando os poderes políticos e protegendo os cidadãos, oferecendo informações à sociedade para que os cidadãos possam usar e cobrar serviços públicos.

Autores como Jorge Pedro Sousa afirmam, porém, que a tese de doutorado de Tobias Peucer, defendida na Universidade de Leipzig, na Alemanha em 1690, é a pioneira em teoria do jornalismo. Peucer apontou caminhos para a pesquisa e reflexão que outros autores só começaram a seguir anos mais tarde. As discussões do autor são temas centrais da teoria contemporânea⁸.

Para Sousa, os estudos de Peucer sugerem que a construção da notícia não é uma invenção anglo-saxônica: “em princípio, toda a notícia deve ater-se àquelas circunstâncias já conhecidas que se costuma ter sempre em conta em uma ação tais como a pessoa, o objeto, a causa, o modo, o local e o tempo” (PEUCER apud SOUSA: 2004, p. 10).

Em 1948, o pesquisador Harold Lasswell transformou essa ação na fórmula para o texto jornalístico. Chamado *lead*, o primeiro

⁸ SOUSA, 2004, p. 1-5.

Figura 197 – idem

112 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

parágrafo responde às seguintes questões: o quê, a quem, quando, onde, como, por que e para quê.

Notam-se as preocupações de Peucer com algumas das questões em torno das quais se tenta construir atualmente uma teoria do jornalismo: os conceitos de notícia e de jornais; as relações entre jornalismo e história, a contribuição da retórica e da evolução histórica para a estrutura das notícias, os critérios de noticiabilidade e os constrangimentos à produção de informação.

Em 1947, surgiu o conceito de *gatekeeper*, criado pelo psicólogo Kurt Lewin, a partir de um estudo sobre as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais, em especial no que se refere aos programas ligados à modificação dos hábitos alimentares (1947, p. 145).

Identificando os canais pelos quais flui a sequência de comportamentos relativos a um determinado tema, Lewin notou que existem neles zonas que podem funcionar como cancela, como porteiro: o conjunto das forças antes e depois da zona filtro é diferente de tal forma que a passagem, ou o bloqueio, da unidade através de todo o canal, depende, em grande medida, do que acontece na zona de filtro.

Isso ocorre não apenas com os canais de alimentação, mas também com a sequência da informação, dada pelos canais de comunicação de um grupo. As zonas de filtros são controladas por sistemas objetivos de regras ou por *gatekeepers*. Neste último caso, há um indivíduo ou grupo que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia.

Na década de 70, Donald Shaw e Maxwell McCombs, formulam outra teoria que marca o campo da produção jornalística: o *agenda-setting*, segundo a qual os meios de comunicação apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir.

O pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida pela imprensa (SHAW, 1979, p-96-101). É o que Michael Schudson (2003) chamou de efeitos de informação.

Figura 198 – idem

Luciana Moherdau | 113

Este período é assinalado também com trabalhos de Gaye Tuchman (1978), Herbert Gans (1979) e Philip Schlesinger (1978), entre outros. São estudos que orientam a decisão sobre o que é notícia, as rotinas de classificação e de cobertura dos acontecimentos, sustentação da objetividade, procedimentos ideológicos não expressos pelos jornalistas, o chamado *newsmaking*, abordado com mais detalhes no próximo tópico.

Notícia é um produto à venda⁹

O *newsmaking* (valores/notícia) é um componente da noticiabilidade. Ele constitui a resposta à pergunta: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para ser transformados em notícias? Nessa seleção, os critérios de relevância funcionam em conjunto, em pacotes, são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia que recomendam a escolha de um fato.

Os critérios de noticiabilidade integram o *newsmaking* e sua aplicação se dá em razão de não haver espaço suficiente nos veículos de comunicação para publicar todos os acontecimentos considerados notícia.

Um segundo aspecto geral é que os valores/notícia são critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo, isto é, não estão presentes apenas na notícia, mas também na composição da página. Fornecem diretrizes para apresentação do material, sugerindo o que deve ser prioritário na preparação das notícias. O *newsmaking* orienta o trabalho em uma redação e deriva de pressupostos implícitos ou de considerações relativas (WOLF: 2002, p. 195-196):

⁹ Esse tópico foi extraído do e-book editado pelo Senac-SP *Jornalismo sem manchete - A implosão da página estática* (MOHERDAUI: 2016).

Figura 199 – idem

114 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

- às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo (quando um acontecimento se transforma em notícia);
- disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo (conjunto dos processos de produção e realização);
- ao público (imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários);
- à concorrência (relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo).

Depois de Peucer, em 1965, Kaspar Stieler também estabeleceu valores para as notícias. Para ele, os jornalistas têm de ser capazes de distinguir entre o que é importante do que é trivial (KUNCZIK: 1998, p. 242).

Aliás, a organização de uma redação, sobretudo em relação ao perfil profissional, e a orientação editorial são indicações dos critérios de noticiabilidade que nela vigoram (WOLF, op. cit. P. 200). Para Michael Schudson, a criação das notícias é sempre uma interação entre repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização, necessidade de manter os laços com as fontes, desejos da audiência e poderosas convenções culturais dos jornalistas (apud CORREIA: 1997).

Embora tenham sido listados pela primeira vez em 1965 por Johan Galtung e Marie Holmboe Ruge, os fundamentos para responder a pergunta: “*how do ‘events’ become news?*” (1965, p. 65), Tobias Peucer já os selecionara nos anos 1600. Os critérios de noticiabilidade de Peucer, Galtung e Ruge não são diferentes dos propostos pelos teóricos citados anteriormente. Na realidade, são complementares. De modo geral, resumem-se a: atualidade, importância, proximidade, proeminência, negativismo e audiência.

Figura 200 – idem

Luciana Moherdau | 115

O olhar pela lente do jornalismo¹⁰

A socióloga Gaye Tuchman também tratou dos constrangimentos organizacionais no trabalho jornalístico em *Making News - A study in the construction of reality*. Para Tuchman, há uma enorme diferença entre cobrir um evento e receber informação. Quanto mais fontes exclusivas um jornal reunir, melhor será o conteúdo apresentado ao leitor e maior será sua receita (1978, p. 19; 21). Como a socióloga, o alemão Tobias Peucer já apontara a notícia como mercadoria em 1690.

Além disso, na opinião de Tuchman, a notícia é uma instituição social e enviesada conforme decisão editorial (IBIDEM, p. 4, 23):

- 1) Notícia é um método institucional para tornar informações disponíveis ao consumidor, que compra o jornal porque tem interesse no conteúdo;
- 2) Notícia é uma aliada das instituições legitimadas: um secretário de Estado pode fazer circular uma informação na mídia;
- 3) Notícia é localizada, apurada e disseminada por jornalistas que trabalham em empresas. Portanto é um produto resultado das práticas estabelecidas pela organização a qual pertence e essas práticas incluem associação com instituições cujas informações são rotineiramente divulgadas na imprensa.

Muito tempo se passou antes de se chegar às quatro características dos jornais modernos: 1) publicidade; 2) atualidade (ou seja, informação que se relaciona com o presente e o influencia); 3) universalidade (sem excluir nenhum tema) e 4) periodicidade

Figura 201 – idem

116 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

(distribuição regular). Já no século XVI os assuntos maravilhosos e assustadores atraíam o maior interesse dos editores¹¹.

Nesse sentido, merece atenção, entre as técnicas de construção noticiosa, um dos aspectos abordados anteriormente por Tuchman e que integra estudos de outros teóricos que se debruçaram sobre o jornalismo desde o século XVII, datação essa que inclui Tobias Peucer como um dos precursores dessa temática: o viés (angulação, abordagem ou recorte).

A esse respeito, escreveu Cremilda Medina em *Notícia, um produto à venda – Jornalismo na sociedade urbana e industrial*: “toda matéria jornalística parte de uma pauta que pode ser intencional, procurada ou ocasional (acontecimento imprevisto) e essa pauta tem em si a primeira força do processo, que pode ser chamada angulação” (1978).

Essa angulação, prossegue Medina, se identifica com a caracterização da empresa jornalística que, por sua vez, está ligada a um grupo econômico e político responsável por “conduzir o comportamento da mensagem de captação do real à sua formulação estilística”.

Também não se pode ignorar nessa reflexão que a angulação da qual trata a pesquisadora inclui o fator econômico, como o fizeram Peucer e Tuchman, entre outros:

“(…) Nota-se especialmente na formulação dos textos, nos apelos visuais e linguísticos, na seleção das fotos, a preocupação em corresponder a um gosto médio ou, em outros termos, a embalar a informação com ingredientes certos de consumo. São só a formulação está relacionada à angulação, o próprio conteúdo – dados significativos de realidade que passam para a representação – recebe essa influência”.

“(…) A angulação está, pois, nas aparências externas – formas de diagramação atraente, valorização de certos ângulos e cortes fotográficos, apelos linguísticos como títulos e narração dos fatos.

¹¹ KUNCZIK, 1998, p. 23.

Figura 202 – idem

Luciana Moherdauí | 117

Está também nos conteúdos e no processo de captação desses, extraídos de uma realidade” (IBIDEM, p. 75).

Portanto, é sobretudo essa “valorização de certos ângulos e cortes fotográficos”, com apelos estéticos e “linguísticos”, que orienta o tópico a seguir a respeito da polêmica capa da revista *Time* cuja reportagem abordou a separação de pais e filhos detidos na fronteira do México quando tentavam entrar ilegalmente nos Estados Unidos, resultado da política migratória de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, contra os imigrantes.

Pretende-se, a partir do arcabouço teórico já aqui apresentado, demonstrar a seguir como a angulação pode, em alguns casos, levar à falsificação da verdade, pressuposto desta reflexão.

O falso como critério noticioso

Como mostrado anteriormente, a construção da notícia leva em conta uma série de fatores, desde a pauta à publicação – ou à transmissão, no caso de rádio e tevê –, além do interesse econômico. Não foi diferente com reportagem da *Time* que mostrou em 10 páginas o desastroso resultado (humanitário e político) das ações de Donald Trump para conter a entrada de imigrantes ilegais nos Estados Unidos.

Há na reportagem os critérios que orientaram a definição do tema a ser coberto, como atualidade, relevância, amplitude, negativismo e interesse da audiência, entre outros, bem como sua escolha para o destaque daquela edição da publicação. Ou seja, a análise do texto indica aplicação das teorias do *newsmaking*, *gatekeeper* e *agenda-setting*. Ocorre, porém, que, intencionalmente ou não, o viés aplicado à capa levou à falsificação da verdade. É nesse contexto que o falso é incluído na lista que orienta o jornalismo tradicional.

Anunciado no Twitter, em 21 de junho de 2018, no perfil da *Time* (@time), o vídeo em que mostra a montagem da capa na qual

Figura 203 – idem

118 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

uma menina hondurenha está chorando diante de Donald Trump recebeu mais de 2 milhões de visualizações¹². Mas a imagem que se tornou símbolo separação de pais de filhos detidos na fronteira do México por tentar entrar ilegalmente nos EUA, fruto da política de tolerância zero do presidente aos imigrantes, não era verdadeira. A pequena Yanela, com quase dois anos na época, não foi separada dos pais.

No mesmo dia, à noite, uma entrevista do pai ao jornal *The Washington Post* e à agência de notícias *Reuters* recolocou a verdade em seu lugar. Yanela e sua mãe, Sandra Sánchez, foram detidas juntas na divisa de McAllen (Texas), contou Denis Javier Valera Hernández: "Minha filha se tornou um símbolo da separação de crianças na fronteira dos EUA."¹³



Capa da Time, junho de 2018

¹² Íntegra do vídeo disponível em: <<https://bit.ly/2MSRgYn>>. Acesso em ago. 2018.

¹³ Para saber mais sobre o caso Yanela, ver: <<https://glo.bo/2KdVHjS>>. Acesso em ago. 2018.

Figura 204 – idem

Luciana Moherdaui | 119



Foto original de Yanela feita por John Moore, da Getty Images

Essa imagem, captada pelo fotógrafo John Moore, prêmio Pulitzer, e reproduzida amplamente pela imprensa ao redor do mundo, foi usada em uma campanha para arrecadar donativos ao Centro para Educação e Serviços Legais de Refugiados e Imigrantes (Raice), entidade sem fins lucrativos. A ação no Facebook arrecadou mais de U\$S 17 milhões.

Na matéria publicada na internet em que narra como foi a produção da capa, a *Time*, em nenhum momento, menciona que a criança não foi separada dos pais⁴⁴. Questionado, o fotógrafo respondeu: “Eu não sei qual é a verdade. Eu temo que tenham sido separadas”. Moore informou que sabia apenas que as “duas eram de Honduras”. E justificou: “Só posso imaginar que perigos ela [Sanchez] passou, sozinha com a menina”⁴⁵. Nem tampouco a agência de fotos da qual faz parte Moore, Getty Images, fez menção ao fato, apesar de a correção feita pelo pai ter sido amplamente divulgada pela imprensa nacional e estrangeira. A Getty Images assim titulou a imagem: “símbolo difícil de se ver da política de tolerância zero de Trump a imigrantes, que resultou na separação

⁴⁴ Para saber mais sobre como a capa da *Time* foi produzida, ver: <<https://ti.me/zK74y3F>>. Acesso em ago. 2018.

⁴⁵ Para saber mais detalhes sobre como a foto foi feita, ver: <<https://bit.ly/zLWNRwx>>. Acesso em ago. 2018.

Figura 205 – idem

120 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

de pelo menos duas mil crianças de seus pais desde que entrou em vigor, em abril”¹⁶.

A agência fotográfica também não informa se a garota foi separada da mãe: “Embora Moore não saiba o que aconteceu com a menina hondurenha de dois anos e sua mãe, é provável que elas acabem em uma instalação de detenção como essa (ver imagem abaixo) em McAllen, onde Moore fotografou outro jovem hondurenho em 2014”¹⁷.



Reprodução Getty Images

A confusão é geral

O caso Yanela revela que está cada vez mais difícil separar a verdade da mentira e o quão complexo é definir o falso no noticiário. A confusão é geral, e não se restringe somente a redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea, atinge os meios de comunicação como um todo – como já aludido na abertura da

¹⁶ Para saber mais sobre a reportagem de John Moore, ver: <<https://bit.ly/2Mw3fst>>. Acesso em ago. 2018.

¹⁷ IBIDEM.

Figura 206 – idem

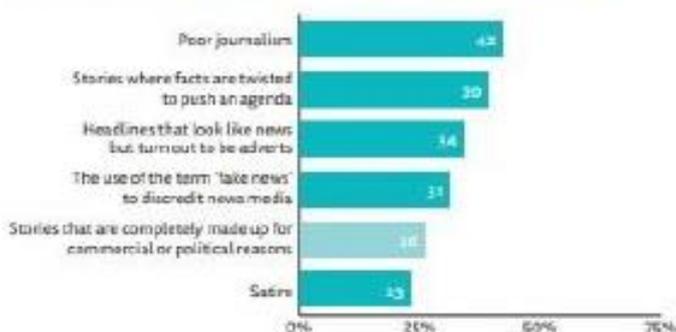
Luciana Moherdauí | 121

introdução a este artigo, “a mentira de imprensa é tão antiga como a mentira” (BUCCI: 2018).

O leitor que comprou aquela edição da *Time*, impactado pela imagem, pela ideia de há ali um símbolo do sofrimento das crianças separadas de seus pais, imigrantes ilegais, levou gato por lebre. Esse consumidor engrossa o número de pessoas que acreditam que o jornalismo de má qualidade resulta em desinformação, segundo levantamento feito para o *Digital News Report 2018*, do Reuters Institute.

Os dados são reveladores: a pesquisa feita com 74 mil pessoas em 37 países indicou que o jornalismo de má qualidade (42%) ocupa o primeiro lugar no ranking de desinformação. Em seguida estão: textos com fatos distorcidos (39%), manchetes com aspectos de notícias, mas que são, na realidade, anúncios (34%), uso do termo *fake news* para desacreditar a mídia (31%), matérias elaboradas por razões comerciais ou políticas (26%) e sátira (23%)¹⁸.

PROPORTION WHO WERE EXPOSED TO EACH TYPE OF MISINFORMATION IN THE LAST WEEK - ALL MARKETS



Q. FAKE_NEWS_3. In the LAST WEEK which of the following have you personally come across?
Base: Total sample in all markets.

Ranking sobre desinformação do Reuters Institute

¹⁸ A pesquisa completa do Reuters Institute está disponível em: <<https://bit.ly/2NCgLaq>>. Acesso em jul. 2018.

Figura 207 – idem

122 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

Assim, mesmo com produção que envolve técnicas jornalistas e o que a professora Cremilda Medina apontou como “valorização de certos ângulos e cortes fotográficos”, com apelos estéticos e “linguísticos”, já mencionado no tópico anterior, não se pode ignorar que o viés escolhido pela *Time* coloca em risco o que a filósofa Hanna Arendt chamou de verdade factual (primeiro registro dos fatos, frágil, efêmero) no artigo *Truth and Politics*, publicado na revista *New Yorker* em 1967.

Para ela, “o contrário da verdade é a falsificação deliberada, a mentira”. Mas há algo mais perigoso que a mentira, na opinião da filósofa alemã: “a verdade dos fatos é a mais vulnerável de todas as verdades”:

“(...) são efetivamente muito tênues as possibilidades de a verdade de facto tem de sobreviver ao assalto do poder, ela corre o constante perigo de ser colocada fora do mundo, através de manobras, não apenas por algum tempo, mas, virtualmente, para sempre. Os factos e os acontecimentos são coisas infinitamente mais frágeis que os axiomas, as descobertas e as teorias; ocorrem no campo perpetuamente modificável dos assuntos humanos, no seu fluxo em que nada é mais permanente que a permanência, relativa, como se sabe, da estrutura do espírito humano”.

É a vulnerabilidade da verdade factual que está em jogo nessa discussão sobre a capa da *Time*, não mais restrita somente à plataforma do papel, mas à de redes sociais e à de aplicativos de comunicação instantânea, pois “a não ser em casos muito explícitos, a linha entre notícia falsa e tendenciosa não é tão clara”, explicou Pablo Ortellado, professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, em 26 de julho passado¹⁹.

¹⁹ A íntegra da entrevista está disponível em: <<https://bit.ly/2mNg75X>>. Acesso em jul. 2018.

Figura 208 – idem

Luciana Moherdaui | 123

Mesmo não sendo correspondente ao significado que a *Time* deu para a pequena hondurenha ao incluí-la na capa de uma reportagem sobre crianças imigrantes separadas dos pais, apenas o presidente Donald Trump e seus apoiadores a denominaram *fake news*. O corpo editorial da revista nada mencionou a esse respeito. Nem na edição posterior.

E o guia editorial da *Time* (2012) é claro a respeito de correções em relação ao material fotográfico: “preste atenção ao contexto em que a foto foi tirada e certifique-se de que o contexto em que estamos usando é apropriado”²⁰.

E continua o alerta: “quando as fotos são alteradas para fins editoriais - para fazer uma ilustração fotográfica, ou para efeito cômico, por exemplo - os leitores devem ser informados”. Ainda de acordo com o documento que orienta o trabalho dos profissionais da revista: “na redação e edição de todas as histórias, é vital que revisemos a cópia pela imparcialidade, precisão e possível viés”²¹.

Isso leva aos seguintes questionamentos: se a foto não tivesse a assinatura de um fotógrafo premiado e se não tivesse sido publicada em uma importante revista, mas em redes sociais ou aplicativos de comunicação, seria denominada uma falsificação da verdade? Um erro - ou uma “barriga”, no jargão jornalístico -, é cometido sem intenção de causar dano. Já a falsa notícia tem como objetivo impactar o leitor, afetá-lo diante de algo. Nesse contexto, o termo *fake news* integra a era da pós-verdade política, na qual, segundo o dicionário Oxford, “fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelo à emoção e a crenças pessoais”²².

É correto supor que o jornalismo deseja a verdade, como afirmou Eugênio Bucci, professor da Escola de Comunicação e Artes

²⁰ O guia editorial da *Time* está disponível em: <<https://bit.ly/2Mo5HF3>>. Acesso em ago. 2018.

²¹ IBIDEM.

²² Para ver a íntegra da definição do dicionário Oxford sobre pós-verdade, ver: <<https://bit.ly/2gP7aYv>>. Acesso em ago. 2018.

Figura 209 – idem

124 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

da Universidade de São Paulo (ECA-USP), em artigo publicado no *Estadão* em maio passado. “A verdade está sempre em processo, e isso não é ruim, não é um defeito, é apenas natural. A verdade está menos no que a imprensa diz e muito mais nas perguntas que ela cobra do poder. A imprensa é menos uma fonte da verdade e mais um desejo de verdade”²³

Ora, não se pode simplesmente desejar verdades. É preciso trazer os fatos, comprová-los, caso contrário é imenso, não há dúvida, o risco de esse desejo de verdade se transformar em um falso relato e viralizar não só nas redes sociais, mas em toda a mídia tradicional. Foi o que ocorreu com a imagem da menina hondurenha, rotulada *viral photo* (foto viral) pela Getty Images. Essa tática, em vez de informar e esclarecer, desinforma e confunde o eleitor.

Há quem recuse o uso do termo *fake news* por ter sido apropriado por políticos ao se referir a notícias negativas publicadas na imprensa (VOSOUGH et al: 2018). Nos EUA, o presidente Trump usa desse expediente para criticar os jornalistas, a quem denominou: “inimigos do povo”. O mais apropriado seria rotular as notícias como falsas ou verdadeiras (*true or false news*) a partir da verificação dos fatos (IBIDEM).

Para Claire Wardle, diretora de pesquisa da *First Draft*, instituto ligado à Universidade de Harvard, a denominação *fake news* é “inútil”, porque trata-se de algo não restrito a notícias somente, mas a todo ecossistema de informações. E a nomenclatura *fake* não dá conta da complexidade dos diferentes tipos de desinformação, originados de jornalismo de má qualidade, paródia, partidarismo, lucro e influência política, entre outros, conforme o quadro abaixo²⁴:

²³ A íntegra do artigo de Eugênio Bucci ao *Estadão* está em: <<https://bit.ly/2vRKZGk>>. Acesso em ago. 2018.

²⁴ WARDLE, C. *Fake news: It's complicated*. In: *First Draft*, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2sgzNtf>>. Acesso em ago. 2018.

Figura 210 – idem

Luciana Moherdau | 125

FIRSTDRAFT		MISINFORMATION MATRIX						
	EXTRA DE PARROT	FAKE CONNECTION	MISLEADING GOALING	FALSE CONTEXT	HOAXES & BOMBS	MANIPULATED CONTEXT	FABRICATED CONTENT	
POOR JOURNALISM		✓	✓	✓	✓			
TO PROOF	✓					✓	✓	
TO PROVIDE OR TO HARM					✓	✓	✓	
MISSION				✓				
WATTS/SHARP			✓	✓				
PROFIT		✓			✓		✓	
POLITICAL INFLUENCE			✓	✓		✓	✓	
PROPAGANDA			✓	✓	✓	✓	✓	

Reprodução First Draft

Para entender o ecossistema atual de informações, a diretora do *First Draft* divide em três elementos a sua análise: a) os diferentes tipos de conteúdo que estão sendo criados e compartilhados; b) as motivações de quem cria esse conteúdo; e c) as formas como este conteúdo está sendo divulgado:

*Isso importa. Como Danah Boyd descreveu em um artigo recente, estamos em guerra. Uma guerra de informação. Nós certamente deveríamos nos preocupar com pessoas (incluindo jornalistas) inconscientemente compartilhando desinformação, mas muito mais preocupantes são as campanhas sistemáticas de desinformação. As tentativas anteriores de influenciar a opinião pública basearam-se em tecnologias de transmissão ‘um-para-muitos’, mas as redes sociais permitem que ‘átomos’ de propaganda sejam direcionados diretamente a usuários que têm mais probabilidade de aceitar e compartilhar uma mensagem específica. Uma vez que eles compartilham inadvertidamente um artigo, uma imagem, um vídeo ou um *meme* enganoso ou fabricado, a próxima pessoa que o visualizar em seu *feed* social provavelmente confia no pôster original e passa a compartilhá-lo. Esses ‘átomos’, em seguida, disparam através do ecossistema de informações em alta velocidade, alimentados por redes *peer-to-peer* confiáveis. Isso é muito mais preocupante do que os sites de

Figura 211 – idem

126 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

notícias falsas criados por adolescentes macedônios com fins lucrativos (2017)*.

Dada à complexidade da discussão, o que se compreende é que as notícias falsas não podem ser simplesmente comparadas a mentiras, como defendeu Hannah Arendt na *New Yorker*. Mentiras são mentiras, e existem desde sempre. E, talvez, sua distribuição tenha se amplificado exponencialmente, como afirma Pollyana Ferrari em *Como sair das bolhas* (2018), “a mentira [agora] está tomando conta de tudo”.

No contexto atual, é coerente a definição que fez o professor o Bucci, da ECA, em junho passado, em um evento no *Estadão* em que a temática foi discutida: “misturam informações verdadeiras e falsas, com o objetivo de persuadir o leitor. Parecem notícias, têm aspectos de notícias, mas não são notícias. Um falso brilhante, para comparar.”

Embora sua reflexão acerca da verdade e da mentira tenha sido publicada na década de 1960 e tenha sido centrada principalmente no âmbito político, a descrição de Arendt daquela época é perfeitamente aplicável à contemporaneidade jornalística: “uma falsificação não se esforça para alterar todo o contexto – faz por assim dizer um buraco no tecido dos fatos.”

Esse buraco no tecido dos fatos do qual trata a filósofa alemã tem correlação com a caracterização, mencionada anteriormente, que faz o professor Bucci: “parecem notícias, têm aspectos de notícias, mas não são notícias”. Por essa razão, não é incoerente incluir, sobretudo no pós-Trump – ou na era da pós-verdade –, que o falso é parte dos critérios de noticiabilidade que também norteiam o jornalismo.

É prudente, porém, lembrar que, embora diversos teóricos, como Tobias Peucer, tenham tratado da inverdade na produção noticiosa, em nenhum momento o falso integrou suas tabelas de noticiabilidade. É verdade que o professor Bucci, em sua definição, se referiu às falsas notícias que circulam nas redes sociais ou em

Figura 212 – idem

Luciana Moherdau | 127

aplicativos de comunicação instantânea, mas não se pode ignorar, a partir da análise da capa da *Time*, que nela pode ser incluída a mídia tradicional - a categoria *poor journalism* (jornalismo de má qualidade) integra a tabela de Claire Wardle e da pesquisa do *Digital News Report 2018*.

A menina, cuja imagem virou símbolo da política de tolerância zero de Trump com migrantes, não foi separada dos pais. Diante disso, é imprescindível perguntar: a verdade tem que ser sacrificada pela estética? É o que se percebe ao verificar o acervo de imagens disponíveis relacionadas àquela cobertura no banco de imagens da Getty Images. A única que se adequa perfeitamente à composição da *Time* e à mensagem que a revista quis transmitir sobre o presidente americano é a da pequena Yanela chorando e olhando para a mãe e para os agentes de imigração (ver p.14).

Há quem possa argumentar que “a fotografia não pode ser pensada como um documento que vale por si próprio, neutro, isento de manipulação; que “não existe documento inocente” (KOSSOY: 2007). Mas “a fotografia, assim como as demais fontes, deve ser submetida ao devido exame crítico que a metodologia da história impõe aos documentos. A desmontagem implica na ideia de decifração: o nosso estudo está centrado num contínuo exercício de decifração” (IBIDEM).

O raciocínio de Boris Kossoy traz uma dúvida: quem tem habilidades para fazer tal desconstrução? Lembra Arendt: “como todo historiador sabe, pode-se detectar uma mentira observando incongruências ou juntas dos espaços consertados. Enquanto a textura do seu todo for considerada intacta, a mentira mostrar-se-á imediatamente de modo espontâneo”.

Historiadores têm métodos e meios de aferir a veracidade, os leitores não temos instrumentos nem acesso para checar as informações que recebemos. Regra geral, a imprensa é nosso vetor de confiança. Como ficamos?

Figura 213 – idem

128 | Media Effects, vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News

Referências

- BUCCI, E. Pós política e corrosão da verdade. **Dossiê USP Pós-Verdade e Jornalismo**. São Paulo, Revista da USP, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lbenlt>>. Acesso em jul. 2018.
- CORREIA, Fernando. **Os jornalistas e as notícias**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- FERRARI, P. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Educ, 2018.
- GALTUNG, J., RUGE, J. The structure of foreign news. **Journal of Peace Research**, vol 1. Noruega, 1965. p. 64-90. Disponível em: <<http://bit.ly/Ak9NGw>>. Acesso em ago. 2018.
- GANS, H. **Deciding what's news. A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time**. New York: Pantheon Books, 1979.
- HANNAH, A. **Truth and politics**. *The New Yorker*, EUA, 1967.
- KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia – O efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- KUNCZIK, M. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1997.
- LAGE, N. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2001.
- MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus Editorial, 1978.
- MOHERDAUI, L. **Jornalismo sem manchete – A implosão da página estática**, e-book. São Paulo: Senac, 2016.
- SCHLESINGER, P. **Putting 'Reality' Together: BBC News**. London: Constable & Co., 1978.
- SCHUDSON, M. **The Sociology of News**. New York: Jeffrey C. Alexander, 2003.
- SOUZA, J. P. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo em Mídia**, da Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 1, n° 2, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2AWp2f5>>. Acesso em ago. 2018.

Figura 214 – idem

Luciana Moherdaui | 129

- TIME INC. **Editorial guidelines**. EUA, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2Mo5HF3>>. Acesso ago. 2018.
- TUCHMAN, G. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: Press, 1978.
- WARDLE, C. Fake news. It's complicated. **First Draft**, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2sg2Ntf>>. Acesso em ago. 2018.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. Lisboa: Presença, 1995.
- VOSOUGH, S. et al. et al. The spread of true and false news online. **Science**, EUA, 2018, p. 1146-1150.

Fonte: (figuras 187 a 214) Artigo publicado em *Media Effects*, v. 4. Disponível para *download* em: <https://www.editorafi.org/272opaje>. Acesso em: dez. 2020.

Anexo P4, Figura 215 – Pareceres para artigos da Comunicologia, revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília, 2019; 2020.

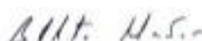


||| CERTIDÃO |||

PARECER *Ad doc*

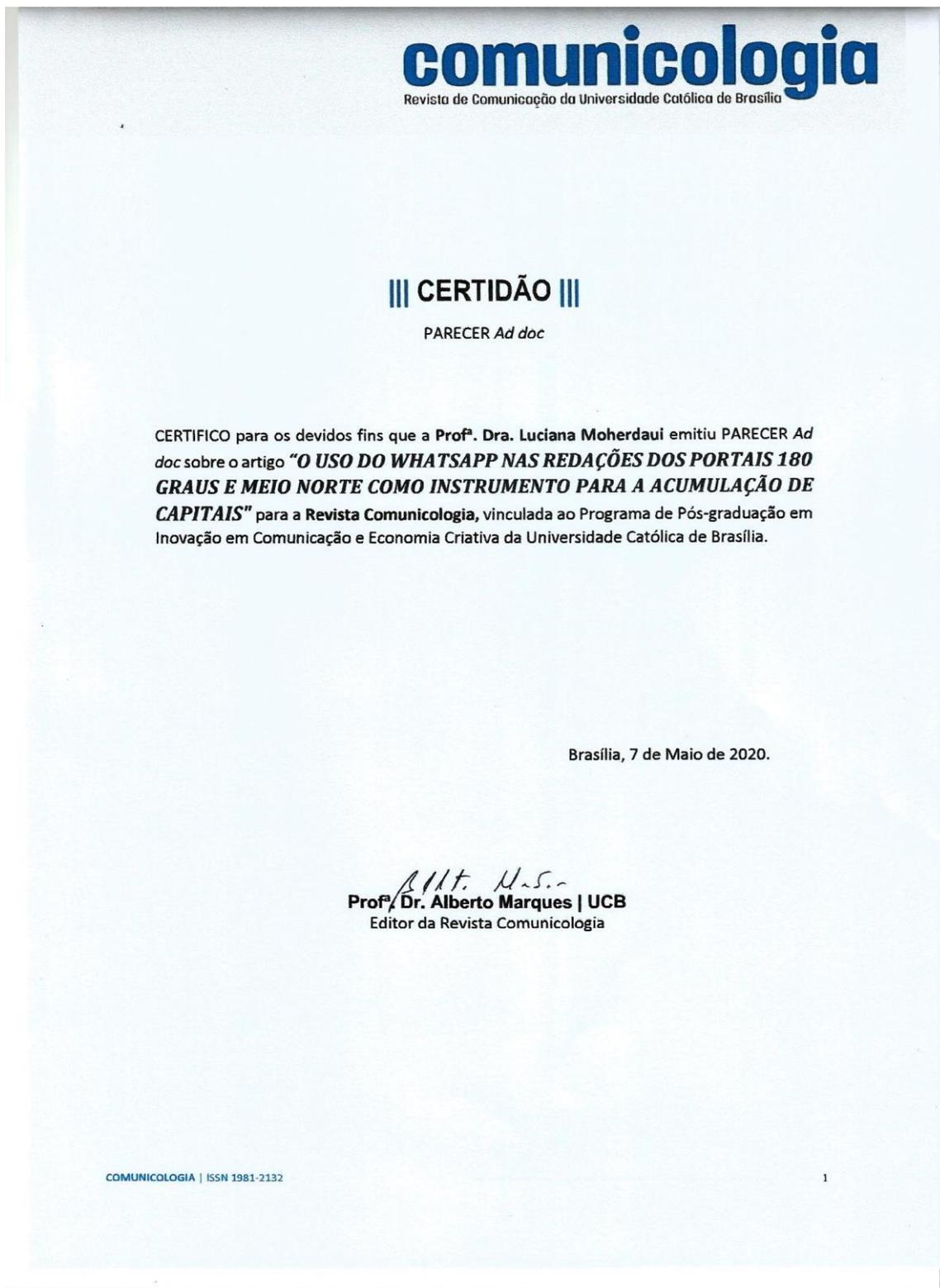
CERTIFICO para os devidos fins que a Prof^a. Dra. Luciana Moherdauí emitiu PARECER *Ad doc* sobre o artigo ***O QUE MUDA E O QUE PERMANECE NA ESTRUTURA DOS TÍTULOS DE JORNAIS NA INTERNET?*** para a **Revista Comunicologia**, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Inovação em Comunicação e Economia Criativa da Universidade Católica de Brasília.

Brasília, 16 de outubro de 2019.


Prof. Dr. Alberto Marques | UCB
Editor da Revista Comunicologia

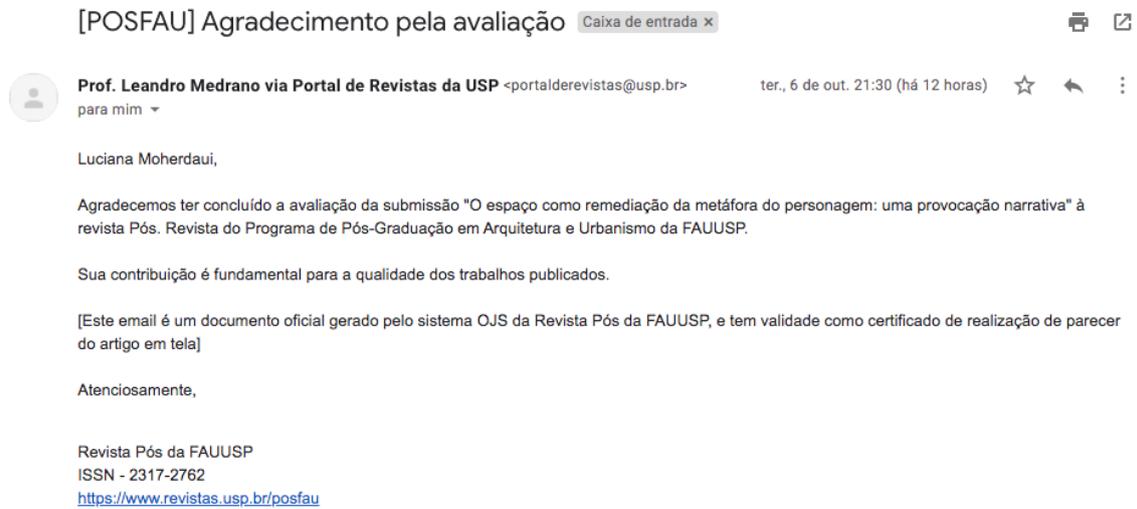
Fonte: ALBERTO Marques. Certificado recebido no e-mail luciana.moherdauí@gmail.com em 17 de outubro de 2019.

Figura 216 – idem



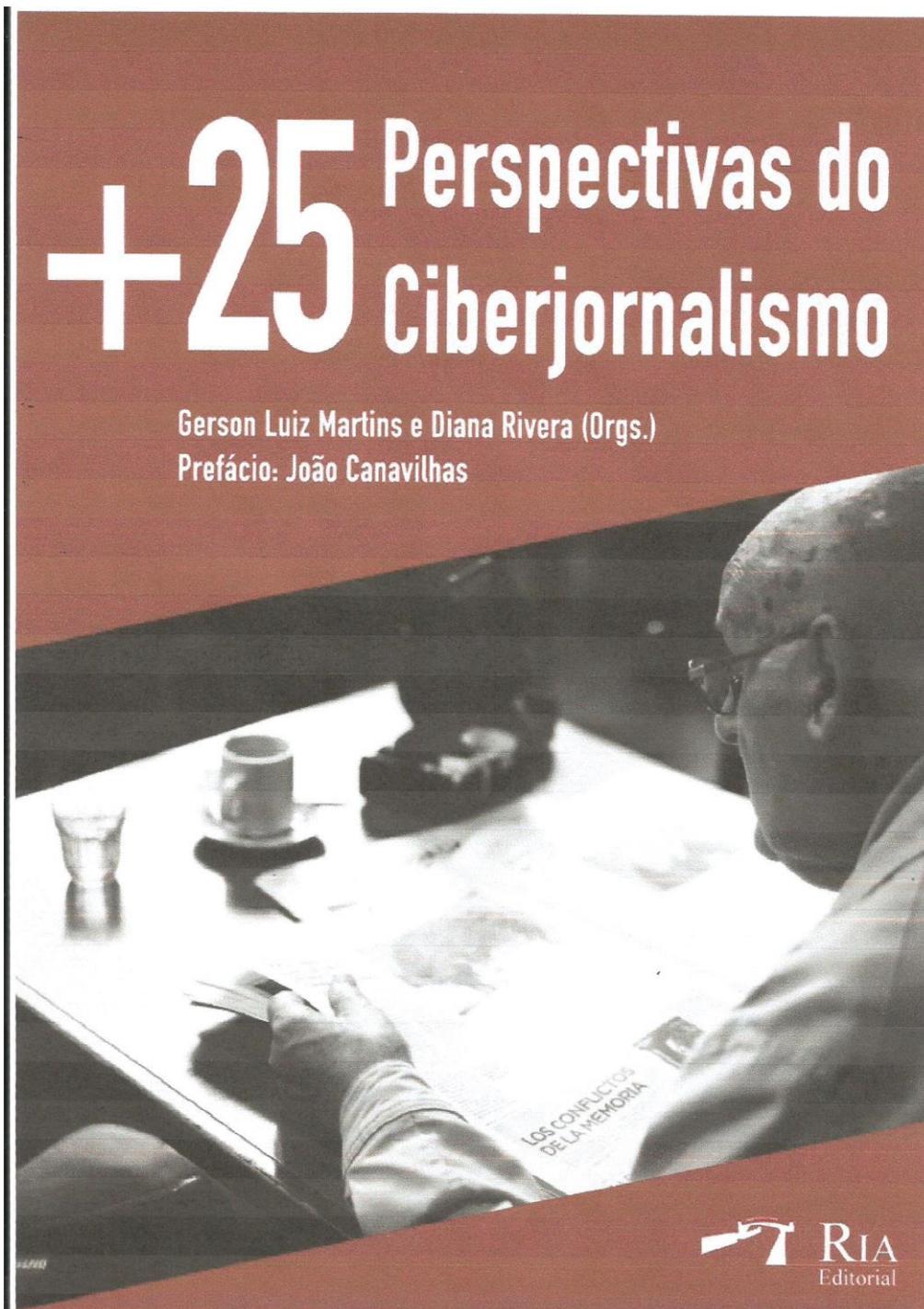
Fonte: ALBERTO Marques. Certificado recebido no e-mail luciana.moherdai@gmail.com em 8 de maio de 2020.

Anexo P5. Figura 217 – Parecer para a revista Pós, publicação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, 2020



Fonte: LEANDRO Medrano. Certificado recebido no e-mail luciana.moherdau@gmail.com em 6 de outubro de 2020.

Anexo P6, Figura 218 – Capa de livro: *+25: Perspectivas do Ciberjornalismo*, organizado por Gerson Luiz Martins e Diana Rivera, 2020.



Fonte: RIA Editorial. Disponível em: <https://bit.ly/371irfW>. Acesso em: ago. 2020.

Figura 219 – Folha de rosto de livro: *+25: Perspectivas do Ciberjornalismo*, organizado por Gerson Luiz Martins e Diana Rivera, 2020.

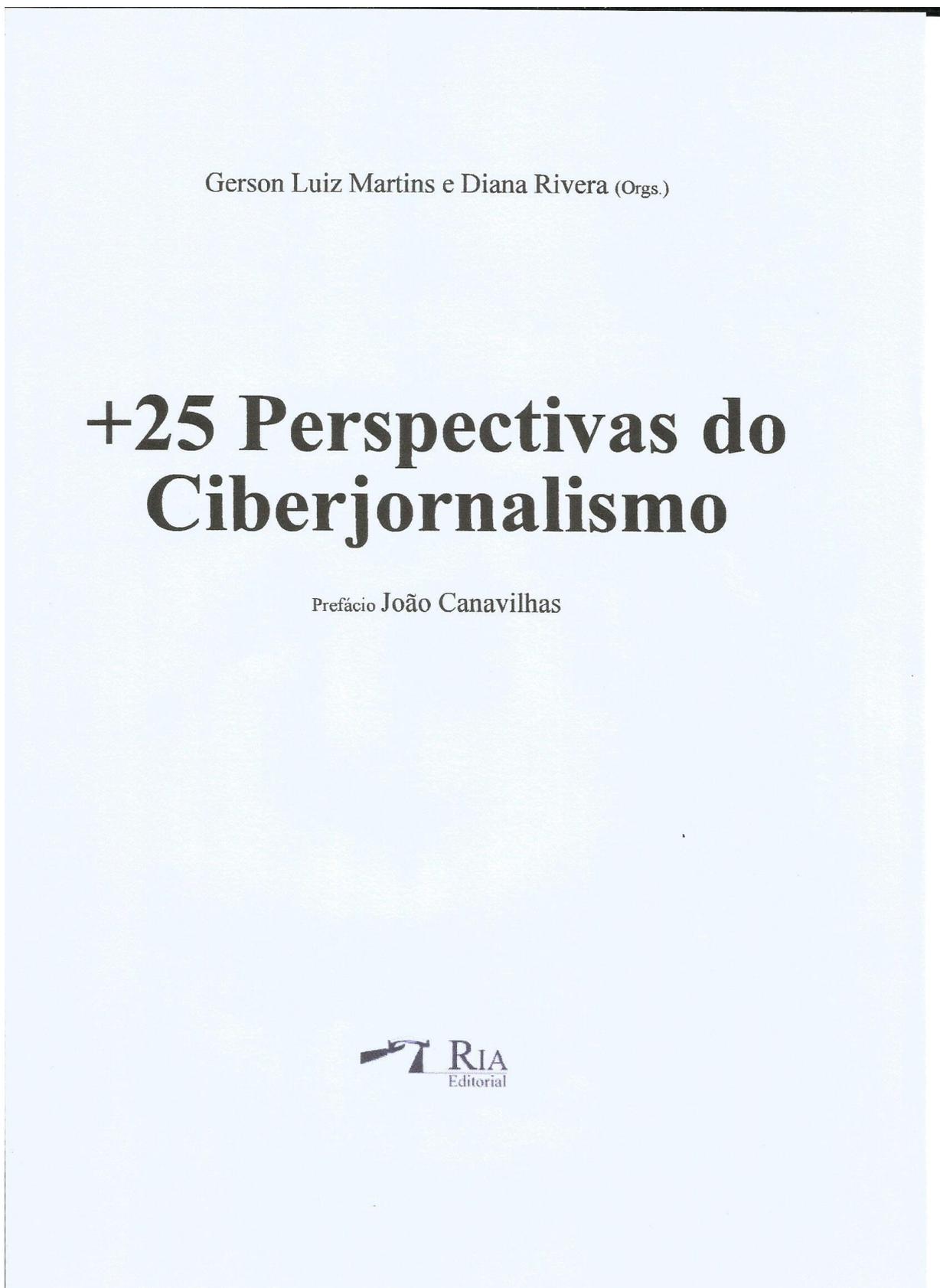


Figura 220 – Folha de rosto (verso) do livro: *+25: Perspectivas do Ciberjornalismo* (Martins e Rivera, 2020).

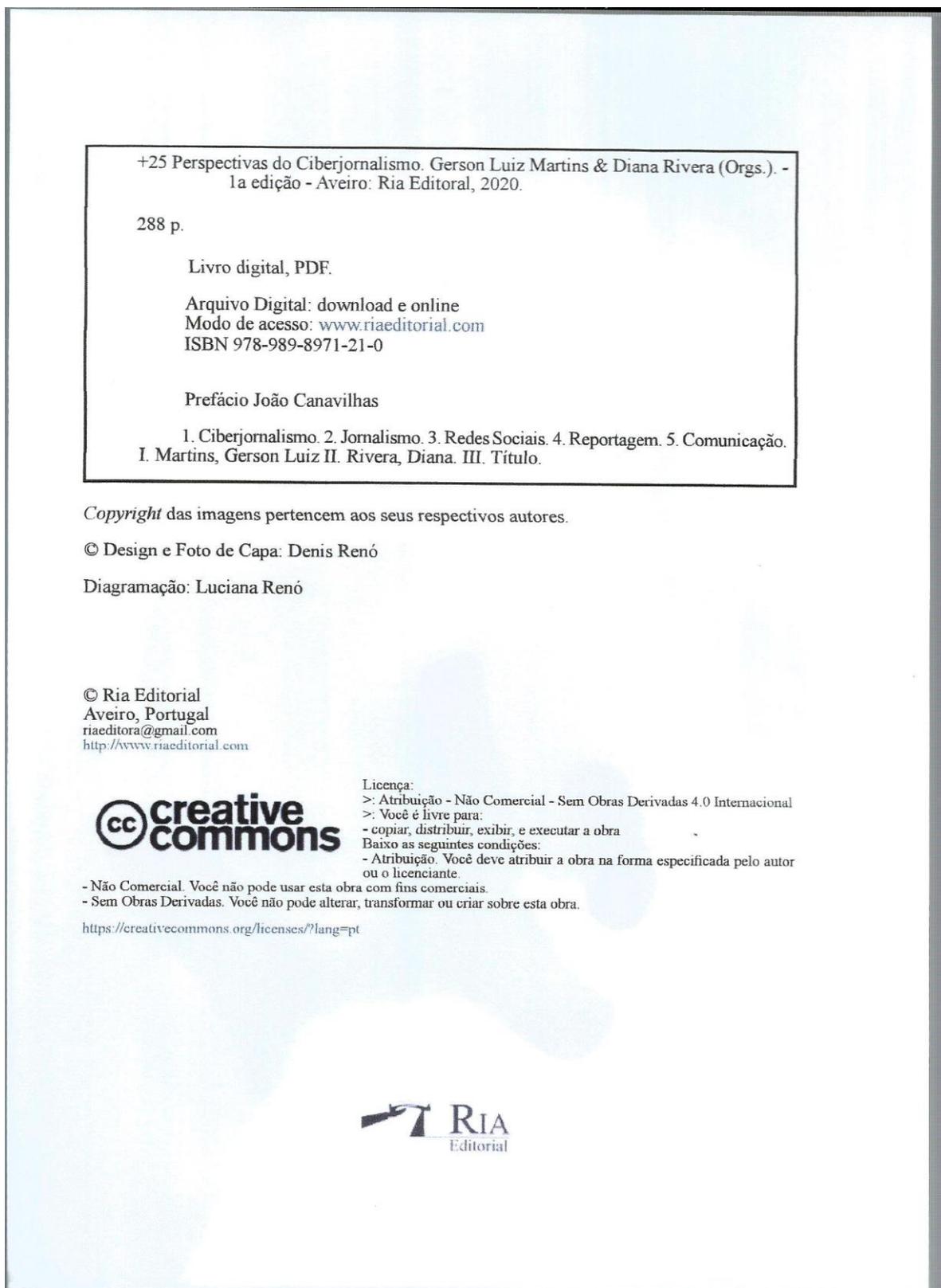


Figura 221 – Sobre avaliação e pareceristas do livro: +25: *Perspectivas do Ciberjornalismo* (MARTINS E RIVERA, 2020).

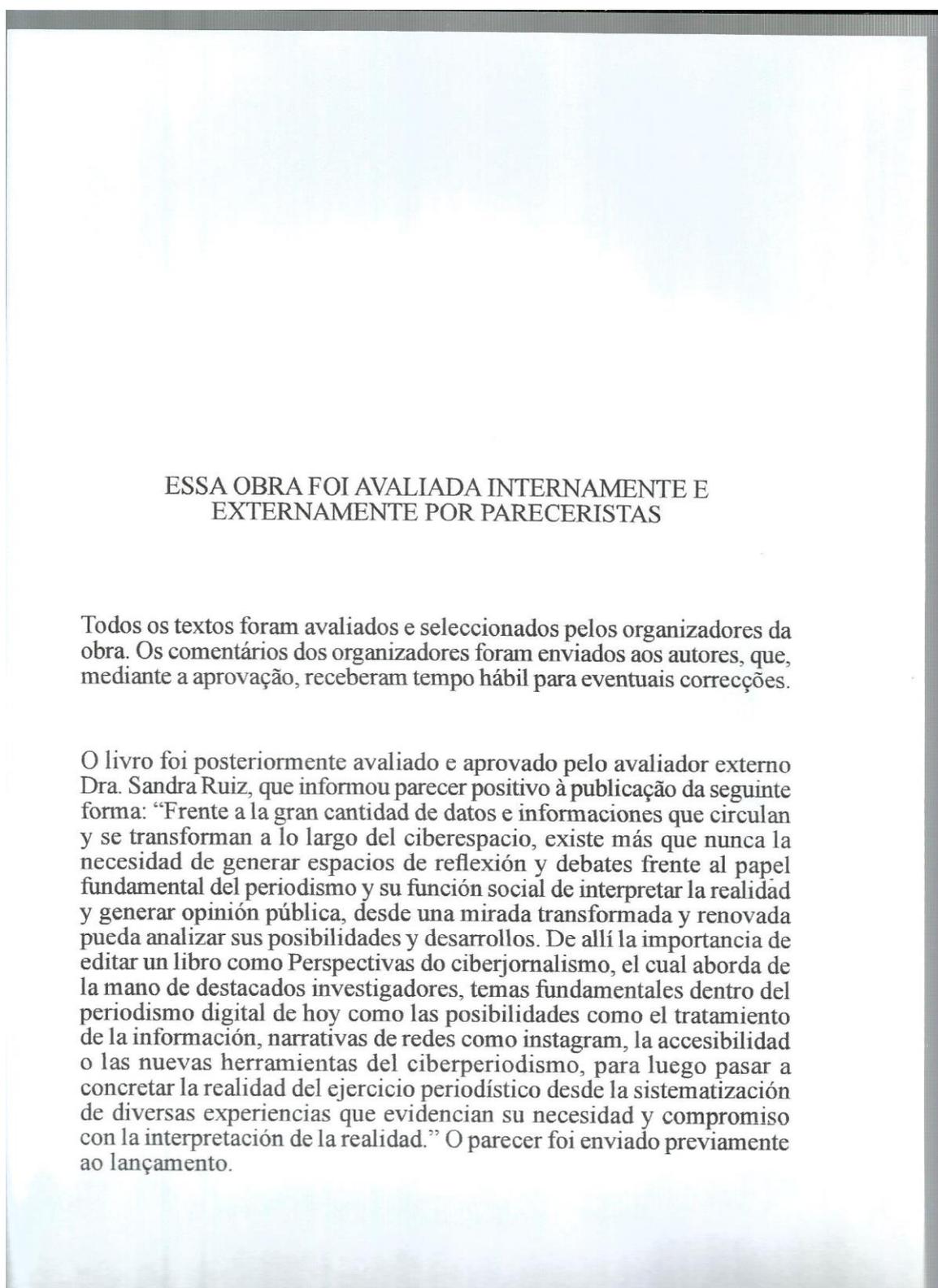


Figura 222 – Autores do livro: *+25: Perspectivas do Ciberjornalismo* (MARTINS E RIVERA, 2020).

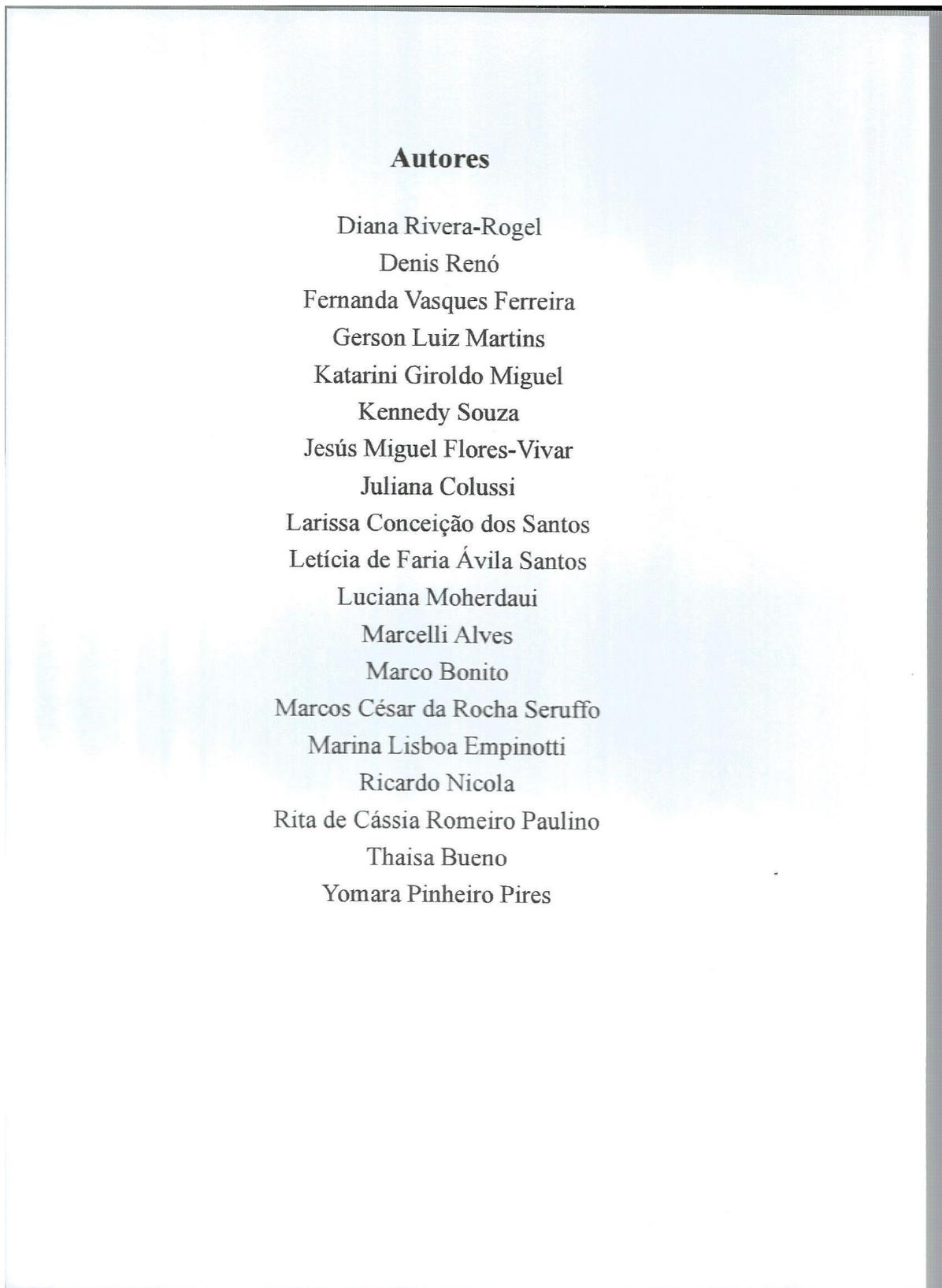


Figura 223 – Índice do livro: +25: *Perspectivas do Ciberjornalismo* (Martins e RIVERA, 2020).

Índice	
Prefácio	
<i>João Canavilhas</i>	11
Apresentação.....	26
TEÓRICA	
El Ciberperiodismo como Disciplina Profesional	
<i>Jesús Miguel Flores-Vivar</i>	35
El Tratamiento de la Información en los Cibermedios	
<i>Diana Rivera-Rogel</i>	65
A Pós-Fotorreportagem como Narrativa Imagética no Ciberespaço Contemporâneo	
<i>Denis Renó</i>	77
Das Reportagens Multimídia às Histórias no Instagram: uma Reflexão em Torno dos Gêneros Jornalísticos Híbridos	
<i>Juliana Colussi</i>	100
Revisitando Nora Paul	
<i>Luciana Moherdani</i>	114
Revisando las Características del Periodismo Digital: Accesibilidad Comunicativa	
<i>Marco Bonito e Larissa Conceição dos Santos</i>	134

Figura 224 – idem

PRÁTICA	
Ciberjornalismo na Contemporaneidade, o Ensino por Narrativas <i>Longform</i> e a Experiência do Primeira Notícia <i>Gerson Luiz Martins</i>	155
Universitag#: Principais Características e Historicidade no Estudo e Aplicação das Técnicas do Jornalismo <i>On-Line</i> Atuante no Mundo Acadêmico <i>Ricardo Nicola</i>	182
Participação Popular no Ciberjornalismo: Avaliação de Comunidades Virtuais de Prática em Rede Social <i>Rita de Cássia Romeiro Paulino, Marcos César da Rocha Seruffo, Yomara Pinheiro Pires, Marina Lisboa Empinotti e Kennedy Souza</i>	203
Ferramentas do Ciberjornalismo e a Reconfiguração do Campo no Telejornal <i>Thaís Bueno, Marcell Alves e Fernanda Vasques Ferreira</i>	229
Análise de Cobertura Jornalística (com Perspectiva de Gênero) da Revista <i>AzMina</i> <i>Leticia de Faria Ávila Santos e Katarini Giroldo Miguel</i>	251
OS AUTORES.....	276
Índice Remissivo.....	283

Figura 225 – Artigo *Revisitando Nora Paul*. publicado em *+25: Perspectivas do Ciberjornalismo*, organizado por Gerson Luiz Martins e Diana Rivera, 2020.

Revisitando Nora Paul

Luciana Moherdauí

Jornalismo de Internet

As primeiras experiências em jornalismo de internet têm origem em 1969, ano que a internet foi criada para uso militar pelos Estados Unidos. Naquele ano, a rede inglesa *BBC* iniciou testes com um novo formato de mídia para transmitir textos e gráficos por computador. Em 1970, o diário americano *The New York Times* criou um serviço de distribuição de informação *on-line*. Esta década marcou o fim do uso da máquina de escrever em redações como a da *Agência France Presse*, mas a principal mudança surgiu quando o engenheiro britânico Tim Berners Lee anunciou a criação da World Wide Web (WWW), a parte multimídia da internet, no início dos anos 1990. Foi a partir da Web que o jornalismo passou a ser objeto de pesquisas em localidades diversas. E o mundo se deu conta da importância dessa nova prática em 1995, quando o terrorista Timothy McVeigh explodiu o prédio do governo de Oklahoma, nos Estados Unidos, matando 168 pessoas e ferindo 500 (Moherdauí, 2007).

Os primeiros trabalhos nessa área têm assinatura de Mark Deuze, David Weinberger, Ramón Salaverría, Javier Díaz Noci, João Canavilhas,

Figura 226 – idem

George Landow, Janet Murray, Nora Paul, Mindy McAdams, Dan Gillmor, Lev Manovich, Javier Echeverria, Jakob Nielsen, Ted Nelson, Richard Grusin, Jay Bolter, Steven Johnson, John Pavlick e do grupo de Pesquisa em Jornalismo *On-line* (GJOL), vinculado à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA), fundado em 1995 por Marcos Palacios e Elias Machado, entre outros.

Foi o pesquisador Mark Deuze quem incluiu o jornalismo *on-line* em fases, em 2001. Na esteira dele, a contribuição para sua sistematização veio de Marcos Palacios (1999), John Pavlick (2001), Luciana Mielniczuk (2001) e Elias Machado (2006) – metáfora, produção para a internet com estética analógica, produção exclusiva para a internet e em base de dados -, bem como sua caracterização, ainda que algumas delas, como a memória e a multimidialidade, por exemplo, sejam potencializadas na rede.

As pesquisadoras Carol Rich, Janet Murray, Mindy McAdams e Nora Paul também investigaram essa temática. Rich apresentou modelo de pauta (1998), amplificado por esta pesquisadora na terceira edição revista e ampliada de *Guia de Estilo Web – Produção e Edição de Notícias On-line* (2007). Já Murray apontou as possibilidades estéticas da Web na produção de conteúdo (2003), McAdams propôs os pacotes multimídia (2005) e Paul elaborou uma taxonomia específica para a narrativa digital (2002). Já Ramón Salaverria e Javier Díaz Noci (2003) e João Canavilhas (2001) estudaram detalhadamente os efeitos do hipertexto na estrutura noticiosa.

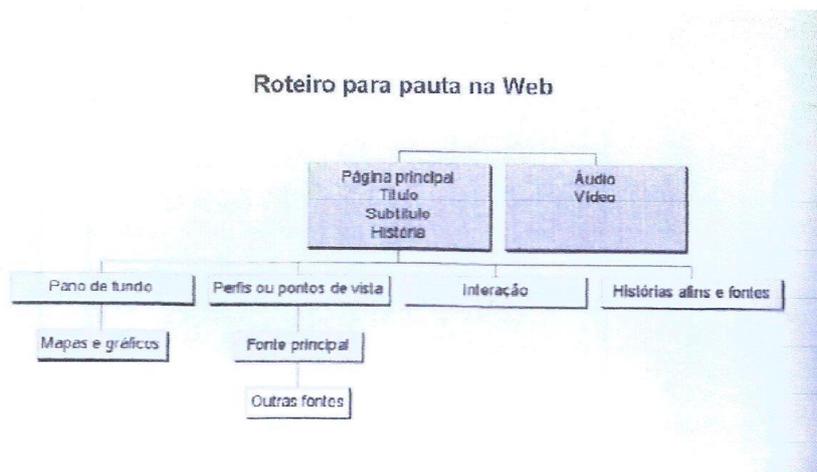
O jornalismo de internet reconfigurou especialmente práticas e processos, aumentou a participação do usuário na produção de conteúdo, pôs fim à grade de programação e aos limites temporais estabelecidos

Figura 227 – idem

pela mídia tradicional e incluiu o uso de um gigantesco banco de dados para apuração e exibição de conteúdos como fotos, vídeos e textos, entre outros. E com a chegada das redes sociais, em meados dos anos 2000, a estética em vigor, orientada por hierarquia, diagramação e coluna, foi colocada em questão, com a perda da padronização editorial e o fim da importância da manchete naquelas plataformas (Moherdau, 2016).

Figura 1

Proposta de pauta de Carole Rich em 1998



Reprodução do *Guia de Estilo Web* (Moherdau, 2000)

Outro fator de mudança foi migração da cobertura em tempo real dos portais e *sites* noticiosos ligados à imprensa tradicional para as redes sociais, especialmente o Twitter (Moherdau, 2016), e depois para aplicativos de comunicação instantânea, como o WhatsApp, de acordo com pesquisa DataSenado de novembro de 2019 (Pesquisa DataSenado, 2019). Essa mudança de comportamento tem sido apontada

Figura 228 – idem

nos relatórios do Reuters Institute, o *Digital News Report* (<http://www.digitalnewsreport.org>).

Além da função estética, esse gigantesco banco de dados é hoje a principal razão da proliferação de agências de checagens no ardoroso combate à desinformação, amplificada exponencialmente após a campanha do presidente Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016. Também são os dados armazenados que dão contexto ao noticiário por meio de hiperlink¹, base da Web (agora também dos aplicativos e outros formatos), como bem definiu David Weinberger nos anos 2000².

Lev Manovich (2001) e Elias Machado (2006) analisaram o impacto da base de dados na internet. Machado ampliou a função dos dados para além de coleções ou informações relacionadas a uma forma cultural das sociedades em rede (estruturação da informação, suporte para modelos de narrativa multimídia e memória para conteúdos publicados). Manovich incluiu em sua histórica pesquisa sobre dados as implicações da inteligência artificial na imagem (2018).

Ocorre, porém, que embora existam, não só na Web, mas na internet como um todo – por exemplo, de aplicativos a fachadas de mídia, desde a mídia tradicional a trabalhos de arte -, possibilidades definidas por Manovich (2013) a partir de uma nova linguagem visual híbrida (mistura de formas e formatos), a dinâmica do jornalismo na rede, do ponto de vista estético, assemelha-se ao que Jay Bolter e Richard Grusin denominaram remediação, a representação de uma mídia

1. A primeira associação entre textos surgiu em 1945 em um texto do cientista americano Vannevar Bush (2019)
2. Para saber mais, ver Weinberger (2000).

Figura 229 – idem

em outra (2001) ou que Manovich caracterizou como um PowerPoint com mídia distribuída (Manovich, 2013).

É verdade que há registros de diversas iniciativas para incluir as características da internet (Web e aplicativos) no *design* do jornalismo em alguns modelos, como as reportagens especiais ou assuntos de maior relevância que exijam um tratamento visual diferente do aplicado no cotidiano da cobertura da imprensa tradicional. Há um sem número de exemplos nesse sentido, como as experiências feitas pelos espanhóis *El País* e *El Mundo*, pelos americanos *The New York Times* e *The Washington Post*, pela rede britânica *BBC* e pelos brasileiros *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, entre tantos outros. Mas são casos esporádicos, não são rotineiros.

Algumas razões podem explicar a opção por esse formato. Uma delas é a tradição. O jornalismo opera na rede, segundo afirmou Ted Nelson em 2001, no *The Twelfth ACM Conference on Hypertext and Hypermedia*, realizado na Dinamarca, como um paginador de papel, com hierarquia e diagramação em colunas. Como é sabido, Nelson é autor dos termos hipertexto e hipermídia, nos anos 1960, e idealizador do Projeto Xanadu, também da mesma década, considerado o primeiro multimídia.

Outra é a concorrência: as empresas de comunicação tradicionais que atuam em coberturas em tempo real ou diárias perderam espaço para as redes sociais e sistemas agregadores, como o Google. Isso ajuda a compreender a abordagem reduzida de estéticas multimídia. Regra geral, o conteúdo é voltado a notícias e análises em tempo real (vídeo ou áudio incluídos) em formatos já consolidados historicamente, como a pirâmide invertida.

Figura 230 – idem

De modo geral, o que se percebe é uma estética formatada pela fragmentação das mídias e pelo hipertexto. É o que também já havia alertado Manoel Castells (2011): “que meios diferentes de comunicação não estão convergindo no sistema eletrônico, cada um deles retém sua especificidade e sua forma particular de expressão: o rádio continua rádio, a televisão continua televisão e a internet não integra tudo”. O raciocínio é oriundo da premissa de Marshall McLuhan (1964) segundo a qual um meio não elimina o outro.

Por fim, a questão econômica: “ninguém encontrou ainda uma forma de sair das mídias tradicionais para as novas mídias sem perder dinheiro, sem perder alguma coisa”. A avaliação da falta de um modelo de negócios que dê conta dos processos em rede cada vez mais estabelecidos foi feita pelo jornalista Ricardo Setti, em 2015, em entrevista ao programa *Roda Viva* (2015), da TV Cultura, mesmo com a alta registrada na base de assinantes digitais do *New York Times* (Strano, 2019).

No Brasil, os resultados em 2019 são negativos: os jornais mais relevantes perderam tiragem impressa e assinaturas *on-line* ainda são modestas, de acordo com levantamento do *Poder360* (2019). A crise também atingiu os Estados Unidos: O Pew Research Center apontou queda no número de profissionais em redação de jornais de quase 50% entre 2008 e 2018. Dados do instituto indicam alta de empregos em redações digitais (Grieco, 2020).

Pesquisas do Pew Research (*State of the News Media*) e do Reuters Institute (*Digital News Report*) indicam desde 2012 a migração do consumo de notícias da mídia tradicional de papel, *sites* e portais para plataformas de redes sociais. Esse cenário foi confirmado pelo *Innovation Report*, divulgado em 2014 pelo jornal *New York Times* (Abbruzzese, 2014).

Figura 231 – idem

Mesmo com a mudança no algoritmo do Facebook, anunciada no início de 2018, que deixou de privilegiar notícias em sua *timeline*, esta rede social ainda é fonte de informação em países como Estados Unidos e Inglaterra, de acordo com dados do Reuters Institute divulgados em 2019 (Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, & Nielsen, 2019).

Também outro competidor da mídia tradicional é o WhatsApp, aplicativo da empresa Facebook, para distribuição de informação, conforme já afirmado anteriormente (ver p. 3). Esses formatos de comunicação, bem como as redes sociais, não fazem parte do modelo de negócios das companhias de comunicação tradicionais no Brasil e no mundo, e esses conglomerados não conseguiram ainda reverter em lucro o uso que delas fazem (Moherdai, 2016).

Não funcionou até agora a estratégia de os usar para aumentar o tráfego de *sites* ou portais. Relatório do Reuters Institute indica que as pessoas se informam por meio de redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea, e as interfaces principais têm audiência significativa em casos específicos, como, por exemplo, cobertura de eleições. Pesquisa DataSenado mostrou resultado semelhante a respeito (ver p. 3).

Como forma de reduzir a mediação entre redes sociais e *sites* jornalísticos, empresas de mídia têm investido em *newsletters* e alertas de notícias entregues a dispositivos móveis, indica o mesmo levantamento. O leitor recebe boletins atualizados sem fazer pedágio naquelas plataformas. Essa tática já havia sido apontada pela pesquisadora Nora Paul em 2005 ao analisar as promessas e realidades relacionadas ao jornalismo, esmiuçadas no próximo tópico.

Figura 232 – idem

Promessas e Realidades³

Quando fez um balanço, 10 anos depois, das promessas e das realidades apontadas no seminário “Novos produtos noticiosos”, realizado pelo Poynter Institute de 1995, a diretora do Centro de Jornalismo de Minnesota afirmou que a “Web se tornou um sistema de alerta de notícias” (Moherdau, 2007). E não é exagero ampliar essa constatação para a rede mundial de computadores (aplicativos e outras plataformas, por exemplo): a internet se tornou um grande sistema de alerta de notícias, e não será diferente com a Internet das Coisas, uma vez que eletrodomésticos, entre outros objetos, serão programados para informar sobre falta de mantimentos.

Na ocasião, Paul apontou ainda que, “apesar das ferramentas disponíveis atualmente”, os textos publicados na rede seguem a lógica da edição do impresso sem nenhum tratamento que leve em conta as características do jornalismo digital. Havia uma expectativa de que seria possível propor alternativas à fórmula do lide, característica do formato noticioso tradicional, a pirâmide invertida. Mas ela não se concretizou.

Também não se realizou por completo a previsão de que “novos softwares permitiriam uma narrativa com a integração entre palavras, texto e imagens, o que facilitaria a criação de pacotes multimídia e daria agilidade à produção noticiosa”. Pacotes multimídia não deram agilidade à produção noticiosa. Esses formatos, conforme já foi apontado anteriormente, se restringiram a reportagens especiais por não terem o mesmo *timing* da cobertura de *hard news*.

3. Tópico redigido a partir de extrato do livro *Guia de Estilo Web – Produção e Edição de Notícias On-line* (Moherdau, 2007, pp. 138-144).

Figura 233 – idem

Do seminário de 1995 do Poynter Institute, que reuniu 17 estudiosos para discutir a produção da notícia na Web, Nora Paul selecionou oito grandes previsões e, na opinião da autora, na maioria dos itens selecionados, as expectativas não se confirmaram em 2005. A realidade ficou aquém do previsto naquele ano, sobretudo ao que se refere à construção de uma narrativa *on-line* - apesar das ferramentas disponíveis atualmente (Paul, 2005).

Conforme se verificará a seguir, as avaliações e as referências estão relacionadas ao desempenho dos veículos de comunicação na migração do ambiente analógico para a internet e aos blogs:

1. A internet permitiria publicar um número infinito de notícias, algo impossível na imprensa tradicional nos anos 1990.
2. Haveria uma demanda inesgotável por informações de profundidade por parte dos usuários da Web.
3. O uso do hiperlink permitiria saltar de uma notícia para outra entre diferentes publicações.
4. A informação jornalística deixaria de ser unidirecional para ter ida e volta. O leitor poderia participar da produção da notícia mais ativamente, não se restringiria apenas a enviar e-mails. Também poderia comentar as matérias.
5. A produção de notícias jornalísticas seria um processo cada vez mais transparente. Repórteres e fotógrafos poderiam deixar os leitores informados sobre os métodos de apuração da matéria.
6. A popularização da internet criaria uma nova estrutura narrativa apoiada na não linearidade, na convergência de mídias e no abandono da pirâmide invertida com técnica para montar textos jornalísticos.

Figura 234 – idem

7. A notícia na Web não morreria no dia seguinte e teria uma duração praticamente ilimitada.
8. Novos softwares permitiriam uma narrativa com a integração entre palavras, texto e imagens, o que facilitaria a criação de pacotes multimídia e daria agilidade à produção noticiosa

Dez Anos Depois

1. Os textos publicados na rede seguem a lógica da edição do impresso sem nenhum tratamento que leve em conta as características do jornalismo digital.
2. A Web se tornou um serviço de alerta de notícias. Os leitores não se aprofundam, o Google, por exemplo, hierarquiza as notícias por ordem de atualização em seu *Google News*.
3. *Sites* noticiosos não fazem links externos por dois motivos: a) não querem mandar seus usuários outros *sites*, principalmente aos concorrentes; b) têm de checar a credibilidade do conteúdo a ser relacionado. Os jornais digitais *linkam* o conteúdo a matérias publicadas no próprio *site* jornalístico.
4. *New York Times* e *Washington Post* oferecem esse serviço de envio de e-mail e de comentário de matérias. Já *USA Today* e *Star Tribune* não o fazem. Poucos repórteres disponibilizam e-mail para contatar leitores.
5. O áudio e a imagem ajudaram o repórter e fotógrafo a contar como a história foi produzida.
6. A pirâmide invertida continua a ser o formato dominante nas narrativas da Web, mas pondera que os blogs e os fóruns oferecem possibilidades de narrativas que aproximam o leitor do repórter. Segundo ela, os blogs podem trazer uma nova forma de narrativa.
7. Alguns *sites* produzem conteúdo tendo em vista a característica de memória que a Web oferece e também mantêm as

Figura 235 – idem

atualizações dos assuntos. São como os especiais da mídia tradicional, só que são atualizados e podem ser arquivados.

8. Apesar do crescimento do uso de programas como o *Flash*, da Adobe, a criação de pacotes multimídia ainda é escasso.

O Contexto Atual

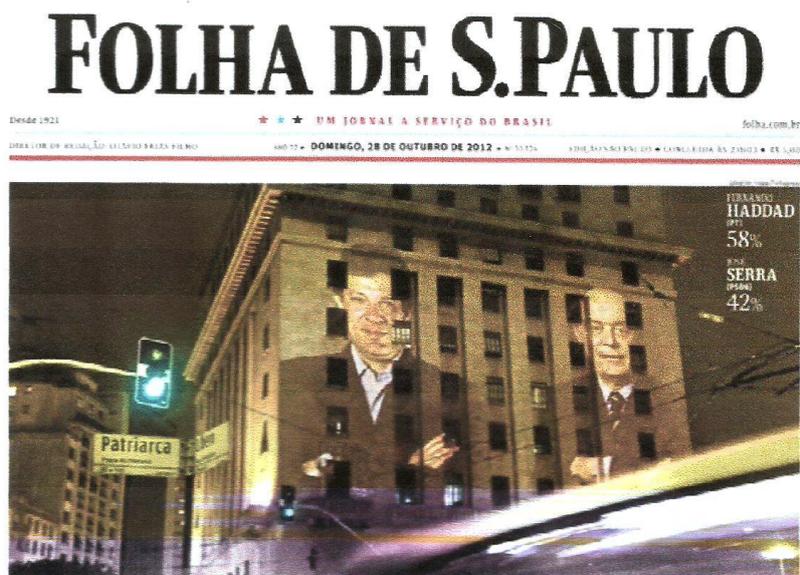
Passados 25 anos, mantém-se constante a tensão entre as possibilidades que a internet oferece e os regramentos tradicionais do jornalismo – sobretudo a temporalidade -, que corrobora a percepção, principalmente do ponto de vista estético, ou seja, de uma interface em branco, de que ainda há a simulação do papel, na Web, conforme apontaram Ted Nelson (2001) e Lev Manovich (2013), em aplicativos ou em fachadas de mídia, mesmo com aspectos multimídia e experimentações de narrativas em base de dados.

Nesse sentido, a análise desse campo indica que tão logo não haverá mudanças estruturais e que as empresas de comunicação não lidam bem com a transição para o digital (Moherdau, 2016), como apontado em 1995 e em 2005, sobretudo por razões relacionadas à economia, tradição e concorrência. Além desses três fatores, a cultura do *template* (Lovink & Gerritzen, 2010) e a plataformização das mídias sociais, (Nieborg, Poell, & Deuze, 2018), em que a conexão e os dados dos usuários estabelecem os negócios, dificultam a inclusão de formatos variados. Isso é igualmente percebido nas *media facades*, inclusive nas projeções mapeadas.

Figura 236 – idem

Figura 2

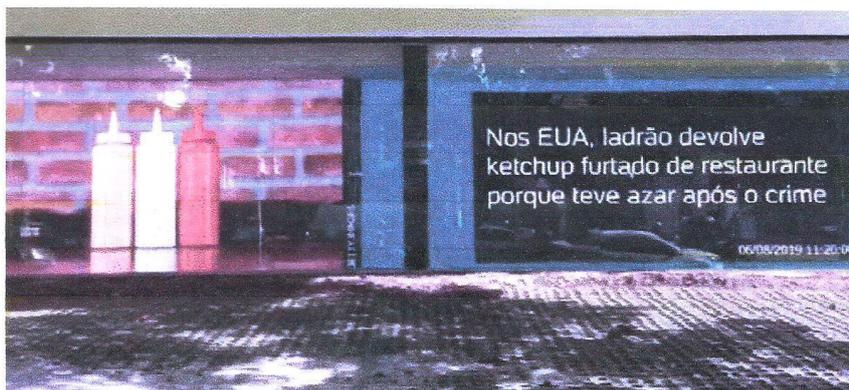
Projeção exibida na fachada do no prédio da Prefeitura da capital paulista



(Reprodução Folha, 2012)

Figura 3

Fachada de mídia de LED nos Jardins, em São Paulo



(Arquivo pessoal, 2019)

Figura 237 – idem

É preciso, porém, destacar avanços importantes, para além das considerações estritamente relacionadas ao *design* das telas noticiosas, como o uso de inteligência artificial programada para o microtarget, não só na produção, mas também na distribuição de informações, sobretudo por meio de aplicativos antes restritos a trocas de mensagens. Essa estratégia sinaliza uma possível elaboração de modelo de negócios tendo a base de dados como elemento estruturante.

Outra mudança paradigmática importante é notada em relação a uma reflexão sobre a reprodução de metáforas analógicas e as redundâncias nas interfaces da rede, como “clique aqui e aperte *play* para ver o vídeo”, cuja crítica não é nova. Jacob Nielsen (2000) e Steven Johnson (2001) problematizaram essa questão há aproximadamente 20 anos.

Mais uma contribuição vocabular nesse âmbito vem de William Gibson, responsável por cunhar o termo ciberespaço. Em entrevista ao *Washington Post* em 2007 (Garreau, 2007), o autor do clássico *Neuromancer* (1984) afirmou que não faz mais sentido a divisão entre ciberespaço e mundo real. Aliás, a nomenclatura é pré-Web. Gibson contou, na edição comemorativa de 30 anos de seu livro, como o criou. Ele estava descendo uma importante rua de Vancouver, no Canadá, a Granville Street, quando viu jovens enfeitiçados com fliperamas de vídeo. “Era como um daqueles sistemas fechados de um romance do Pynchon⁴: um *loop de feedback* com fótons saindo das telas e entrando nos olhos dos garotos, neurônios se movendo pelo videogame” (2014, p. 401).

Corroboram a constatação de Gibson os pesquisadores Lev Manovich (Cabral, 2009) e Clay Shirky (Hind, 2009). Essa reconfiguração leva a

4. Thomas Pynchon é escritor de ficção científica.

Figura 238 – idem

ponderar a respeito do prefixo aplicado ao jornalismo, o ciberjornalismo. É o caso de questionar se ainda faz sentido essa nomenclatura. Quando a Internet das Coisas se impor haverá a necessidade de uma nova nomenclatura? E quando as *media facades* forem apropriadas pela informação noticiosa? Raciocínio semelhante pode ser estendido a denominações já estabelecidas, como jornalismo eletrônico, jornalismo multimídia e webjornalismo.

Sendo assim, tais análises críticas apontam a urgência de pensar um repertório que dê conta das transformações oriundas da sociedade em rede. Pois, na realidade, a estética atual pouco difere do que sistematizou Nora Paul, conforme conclui-se:

1. A internet permite, de fato, a publicação de notícias do tamanho da curiosidade de qualquer leitor. Algo impensável nos anos 1990, mas há a dificuldade de arquivar a gigantesca base de dados. Os números de dados produzidos por minutos não param de crescer. Só para se ter uma ideia, no Twitter são feitos mais de meio milhão de posts por minuto (Business, 2019). Isso implica em uma complexa engenharia para elaborar sistemas de buscas eficientes. Geralmente não são, sobretudo os da mídia tradicional.
2. Não houve uma imensa demanda de contexto por parte dos leitores de conteúdo *on-line*. É muito comum em uma *thread*, sequência de posts no Twitter que explicam um raciocínio ou apresentam um consolidado sobre um fato ou uma análise, que apenas a primeira linha registre mais retuites ou engajamentos. E não apenas a Web se tornou um alerta de notícias, mas toda a rede, incluindo aplicativos em smartphones.
3. De fato, o uso de hiperlinks permite saltar de uma notícia para a outra entre diferentes textos. Mas não em *sites* ou portais jornalísticos, e sim em plataformas de redes sociais. As empresas de mídia tradicionais fazem links de contexto para suas próprias publicações ou para seus parceiros de

Figura 239 – idem

conteúdo como, por exemplo, agências de notícias, como já alertado em 2005 por Paul.

4. A ideia da participação do leitor na produção noticiosa se concretizou nas plataformas de redes sociais, embora existam regras para tal. Mesmo assim, não foi possível conter a disseminação desenfreada de notícias falsas. As empresas de mídia tradicionais mantêm sistemas mediadores para comentários e publicação orientados por critérios de noticiabilidade e controle editorial.
5. Repórteres e editores contam experiências de coberturas por meio de áudios, os hoje chamados *podcasts*, e, em algumas ocasiões, por meio de texto ou vídeos. Mas não revelam suas fontes em *off*, somente àquelas em *on*, protegidos pela Constituição.
6. A pirâmide invertida é o pilar do jornalismo tradicional, embora a Web e a internet possibilitem a elaboração de narrativas dinâmicas, com uso de mapas dinâmicos, de pacotes multimídia e de uso de *tags* para compor. Mesmo nas redes sociais, que colocaram fim ao padrão editorial, não há frequentemente composições híbridas. O que se percebe são mídias fragmentadas, como vídeo, áudio e imagens. O que difere as redes sociais das plataformas jornalísticas é o fim do poder da manchete - o efeito de uma informação é mais importante que seu título -, da diagramação em colunas e da hierarquia.
7. A notícia não tem duração praticamente ilimitada. Mas ela pode ser contextualizada e pode ser retomada para complementar ou apontar o contraditório. Essa prática é muito utilizada por agências de checagens para apontar a veracidade ou a falsidade de uma informação.
8. Embora existam softwares que possibilitem a criação de uma nova linguagem visual híbrida, com mistura de formas e formatos, como definiu Manovich (2013), a estética jornalística em vigor guarda semelhanças com a da mídia tradicional. Não são mais escassos os pacotes multimídia, mas também não são rotineiros.

Figura 240 – idem

Referências

- Abbruzzese, J. (2014, maio 16). The Full New York Times Innovation Report. *Mashable*. <http://bit.ly/2M1e9M3>
- Bolter, J. & Grusin, R. (2001). *Remediation: understanding new media*. The MIT Press.
- Business. (2019, julho 9). Domo Releases Seventh Annual “Data Never Sleeps” Infographic. *Bloomberg*. <https://bloom.bg/2rUC6xO>
- Cabral, R. (2009, agosto 21). Para Lev Manovich: falar em ‘cibercultura’ é negar a realidade. *Contra a clicagem burra*. <http://bit.ly/2PTBosN>
- Canavilhas, J. (2001). *Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web*. LabCom. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>
- Castells, M. (2011). Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço. *Revista Musas*, (5).
- Deuze, M. (2001). Online Journalism: Modelling the first generation of news media on the word wide web. *First Monday, Chicago*, 6, (10). <http://bit.ly/38KkF3E>
- Garreau, J. (2007, setembro 7). Through the Looking Glass. *The Washington Post*. wapo.st/jcfUIT

Figura 241 – idem

Grieco, E. (2020, abril 20). *U.S. newspapers have shed half of their newsroom employees since 2008*. Pew Research Center. <https://pewrsr.ch/35B2GL5>

Hind, J. (2009, fevereiro 15). This much I know. *The Guardian*. <http://bit.ly/2EuhMGe>

Johnson, S. (2001). *A cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de pensar*. Zahar.

Lovink, G. & Gerritzen, M. (2010). *Everyone is a designer in the age of social media*. All Media Foundation.

Machado, E. (2006). *O jornalismo digital em base de dados*. Calandra.

Manovich, L. (2001). *The language of new media*. MIT.

Manovich, L. (2013). *Software takes command*. Bloomsbury Academic. <http://bit.ly/34xuU8b>

Manovich, L. (2018). *AI aesthetics*. Strelka Press.

Mcadams, M. (2005). *Flash journalism: how to create multimedia news packages*. Focal Press.

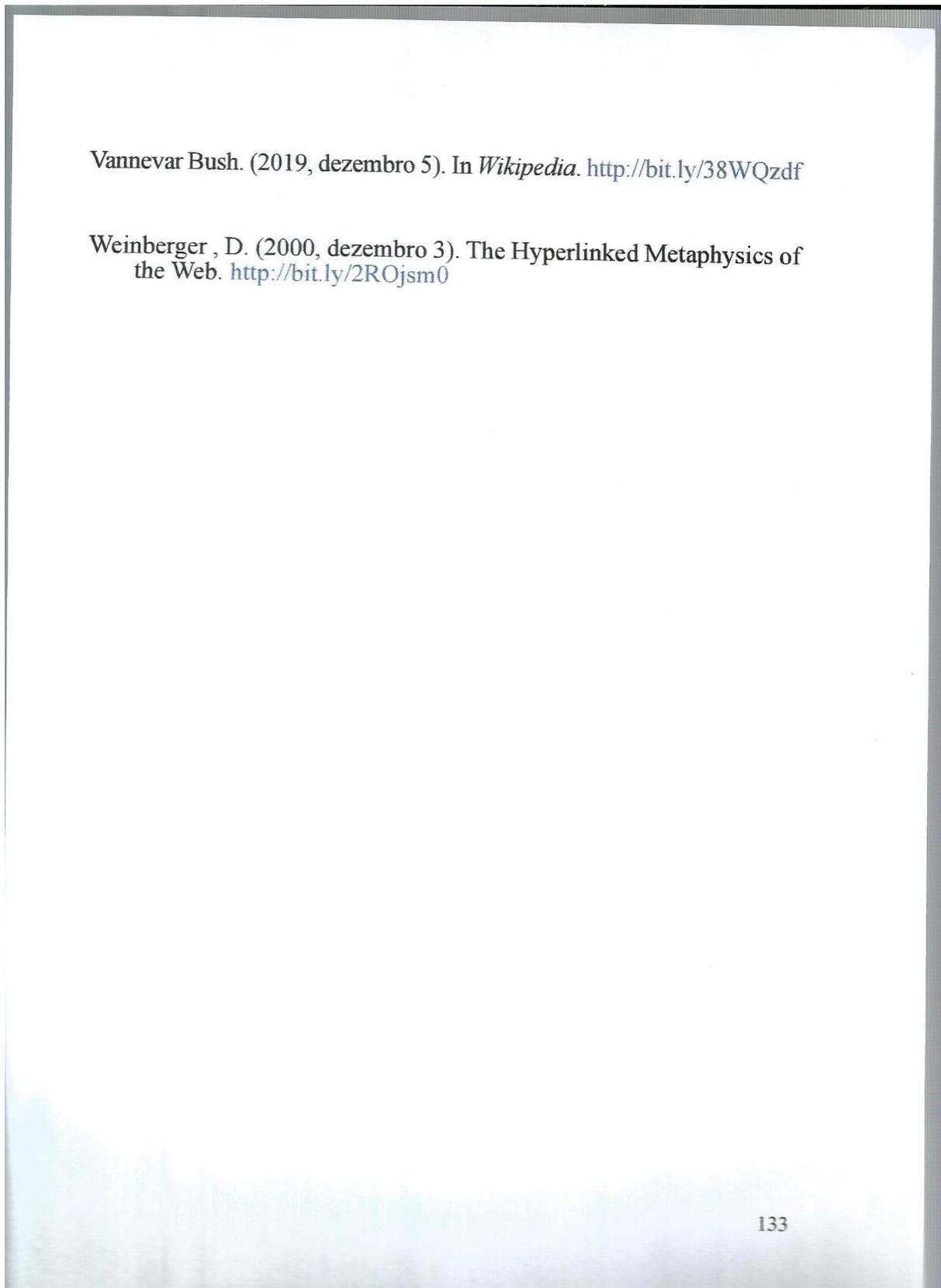
McLuhan, M. (1964). *Os meios de comunicação como extensão do homem*. Cultrix.

Figura 242 – idem

- Mielniczuk, L. & Palacios, M. (2001). Considerações para um estudo sobre o formato da notícia na web: o link como elemento paratextual. *Anais do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line. Pauta Geral*, 4, 33-50.
- Moherdau, L. (2000). *Guia de Estilo Web – Produção e Edição de Notícias On-line* (1a ed.). Senac.
- Moherdau, L. (2007). *Guia de Estilo Web – Produção e Edição de Notícias On-line* (3a ed.). Senac.
- Moherdau, L. (2016). *Jornalismo sem manchete – A implosão da página estática*. Senac.
- Murray, J. (2003). *Hamlet no holodeck: o future da narrativa no ciberespaço*. UNESP.
- Nelson, T. (2001). *Deeper Cosmology, Deeper Documents* [Apresentação Conferência]. The Twelfth ACM Conference on Hypertext and Hypermedia, Dinamarca. <http://bit.ly/xpgIMR>
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., & Nielsen, R. (2019). *Reuters institute digital news report 2019*. Reuters Institute for the Study of Journalism. <http://bit.ly/36Faewy>
- Nieborg, D. B., Poell, T., & Deuze, M. (2019). The Platformization of Making Media: Production, Practices, and Professions. ResearchGate. <http://bit.ly/2Py2FBT>

Figura 243 – idem

- Nielsen, J. (2000). *Projetando websites*. Campus.
- Palacios, M. (1999). *O que há de (realmente) novo no Jornalismo Online?* [Conferência proferida por ocasião do concurso público para Professor Titular na FACOM/UFBA]. Salvador, Brasil.
- Paul, N. (2002). *The elements of digital storytelling*. Universidade de Minnesota. <http://bit.ly/2Ew5MEd>
- Paul, N. (2005, março 24). 'New News' retrospective: Is online news reaching its potential? *Online Journalism Review*. <http://bit.ly/35vjfrZ>
- Pesquisa DataSenado. (2019, novembro). *Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet*. Câmara dos Deputados/Senado Federal. <http://bit.ly/2PkTMeT>
- Poder 360. (2019, novembro 26). Jornais no Brasil perdem tiragem impressa e venda digital ainda é modesta. *Poder 360*. <http://bit.ly/2RMmneV>
- Roda Viva. (2015, maio 27). *Roda Viva Ricardo Setti - 2015* [Vídeo]. YouTube. <http://bit.ly/34IVoU8>
- Salaverria, R. & Noci, J. D. (2003). *Manual de redacción ciberperiodística*. Editora Ariel.
- Strano, S. (2019, agosto 7). NYT alcança 4,4 milhões de assinaturas digitais. *Meio & Mensagem*. <http://bit.ly/2t7pHa3>

Figura 244 – idem

Fonte: (figuras 218 a 244) RIA Editorial. Disponível em: <https://bit.ly/371irfW>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo P7, Figura 245 – Inscrição para participação em concurso público para vaga de professor-doutor na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP, 2020.

USP Universidade de São Paulo
Brasil

Luciana Moherdau (lucianamoherdau@usp.br) Sair Alterar Senha

São Paulo Hora Atual
11/05/2020 13:23:01

Buscar Concursos Acompanhamento

Concurso Público

Editais: 011-2020	Unidade: ECA-Escola de Comunicações e Artes	Departamento: CJE-Jornalismo e Editoração	Título: Professor Doutor	Início Inscrição: 03/02/2020 08:30:00	Fim Inscrição: 02/04/2020 16:00:00	Jornada: RDIDP
-----------------------------	---	---	------------------------------------	---	--	--------------------------

Situação:
Principal: Inscrição

Dados da Inscrição

Data da Inscrição: 11/02/2020 15:46:44	Situação: Inscrição Recebida
--	--

Legenda de Ações
Anexar Arquivo Trocar Arquivo Remover Arquivo Ver Arquivo

Arquivos de Inscrição		
Ações	Documento	Arquivo
	Documento de identidade	RG_LM_CPF.pdf
	Título de eleitor	tituloeleitor.pdf
	Certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada da Justiça Eleitoral	certidao_de_quitacao_eleitoral.pdf
	Requerimento de inscrição no concurso de prof. Doutor	inscricao_LucianaMoherdau.pdf
	Prova de que é portador do título de doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido	diploma_doutorado_frente.pdf
	Memorial circunstanciado	memorial_LucianaMoherdau.pdf

Comprovações do Memorial		
Ações	Documento	Arquivo
	Documentos comprobatórios do Memorial de Luciana Moherdau	Documentos comprobatórios do memorial de Luciana Moherdau.pdf

Página 1 de 1 20 Ver 1 - 1 de 1

Página 1 de 1 20 Ver 1 - 6 de 6

Andamentos do Concurso

Data	Descrição
11/02/2020 15:47:00	Candidato inscrito!
11/02/2020 16:37:00	Documentos e informações do candidato atualizados.
12/02/2020 01:18:00	Documentos e informações do candidato atualizados.
12/02/2020 01:54:00	Documentos e informações do candidato atualizados.
12/02/2020 14:35:00	Documentos e informações do candidato atualizados.
13/02/2020 09:53:00	Documentos e informações do candidato atualizados.

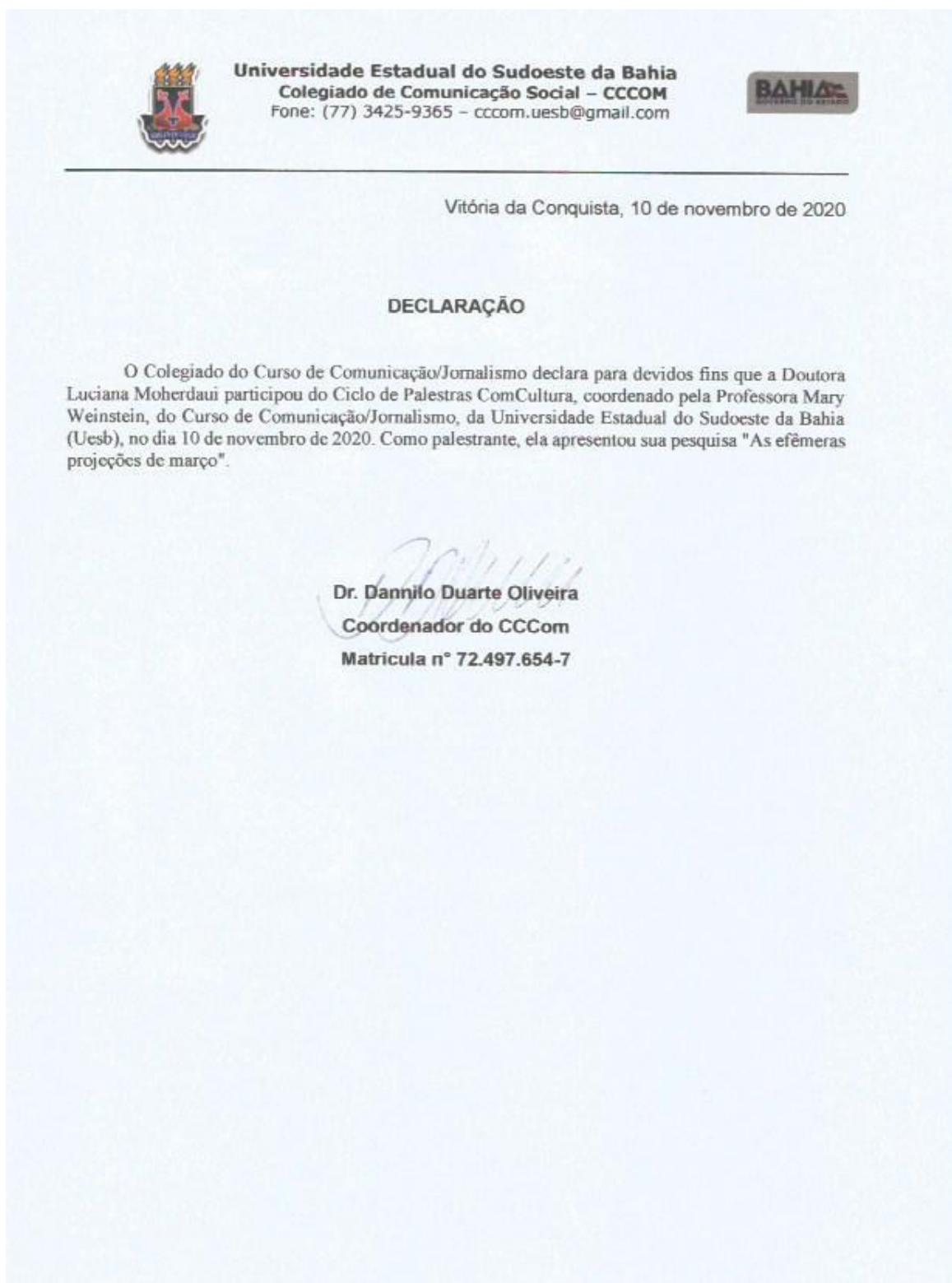
Fonte: Comunicado emitido pelo Sistema USP Digital. Disponível em <https://bit.ly/3kY0PYH>. Acesso em: ago. 2020.

Anexo P8, Figura 246 – Participação em debate por videoconferência: *A verdade, a informação e as 'fake news', o valor e a reputação*, 2020.



Fonte: ANA Lucia de Alcântara Oshiro. Certificado de participação enviado para o e-mail lucianamoherdai@usp.br em 16 de junho de 2020.

Anexo P9, Figura 247 – Certificado de participação como palestrante do Ciclo de Palestras ComCultura no curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)



Fonte: DANNILO D. Oliveira. Colegiado de comunicação social da Uesb Certificado de participação enviado para o e-mail lucianamoherdauí@usp.br em 20 de novembro de 2020.



Figuras de capa e contracapa: Fotos Projetemos (@projetemos).